



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Luiza Araujo Jorge de Aguiar

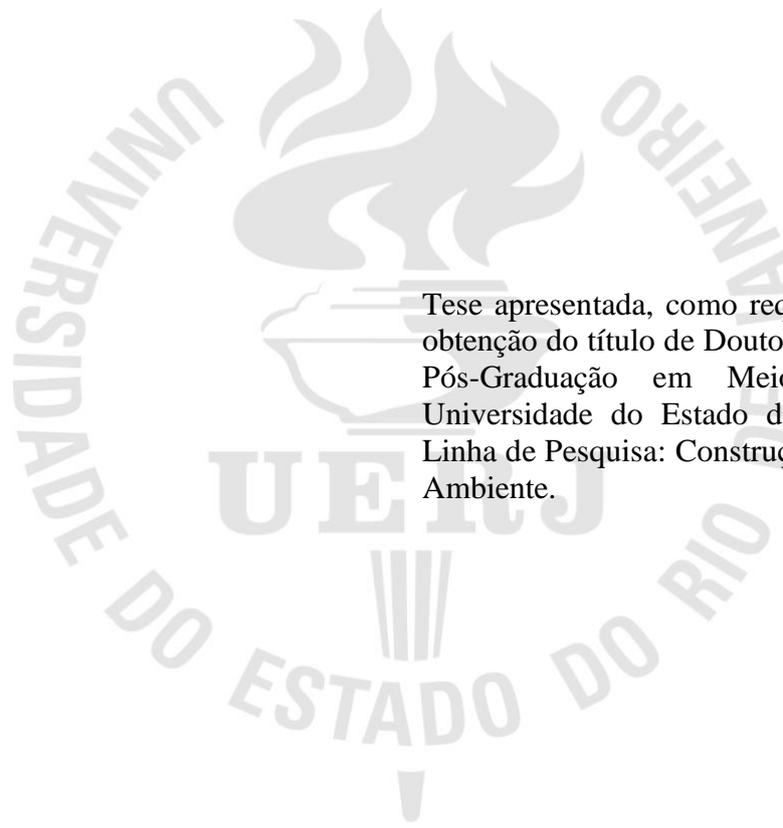
**Pescadores artesanais e a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ - RESEXMar AC: trajetória e desafios frente a atividades turísticas**

Rio de Janeiro

2021

Luiza Araujo Jorge de Aguiar

**Pescadores artesanais e a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ -  
RESEXMar AC: trajetória e desafios frente a atividades turísticas**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Construção Social do Meio Ambiente.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosane Manhães Prado

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Teresa Mendonça

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC-A

A282 Aguiar, Luiza Araujo Jorge de.  
Pescadores artesanais e a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ - RESEXMar AC: trajetória e desafios frente a atividades turísticas/ Luiza Araujo Jorge de Aguiar. – 2021.  
146 f.: il.

Orientadora: Rosane Manhães Prado  
Coorientadora: Teresa Cristina de Miranda Mendonça  
Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Pesca artesanal - Arraial do Cabo (RJ) - Teses. 2. Turismo - Aspectos ambientais - Arraial do Cabo (RJ) - Teses. 3. Turismo - Aspectos sociais - Arraial do Cabo (RJ) - Teses. I. Prado, Rosane Manhães. II. Mendonça, Teresa Cristina de Miranda. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. IV. Título.

CDU 639.2(815.3)

Patricia Bello Meijinhos CRB-7/ 5217- Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte



Assinatura

27 de setembro de 2021

Data

Luiza Araujo Jorge de Aguiar

**Pescadores artesanais e a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ -  
RESEXMar AC: trajetória e desafios frente a atividades turísticas**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Construção Social do Meio Ambiente.

Aprovado em 13 de julho de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosane Manhães Prado

Instituto de Ciências Sociais - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Alexandre Maia do Bomfim

Instituto Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cátia Antonia da Silva

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Helena Catão Henriques Ferreira

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

## **DEDICATÓRIA**

Esta tese é dedicada a todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores que, mesmo diante das adversidades impostas pela pandemia, se mantiveram firmes, em especial os profissionais da área de saúde que trabalharam duro para que pudéssemos enfrentar esse momento difícil.

## AGRADECIMENTOS

Esta tese foi escrita num período de 4 anos e 10 meses e, durante esse tempo, enfrentei dificuldades pessoais que me fizeram repensar a vida. Diante disso, depois de um 2019 intenso e de um 2020 pesado, começo agradecendo a oportunidade de ter meus pais comigo, vivos e saudáveis.

Em um período tão difícil para todos no Brasil e no mundo, agradeço à minha psicóloga Edna Santos e minha psiquiatra Lívia Gonçalves, que garantiram minha saúde mental e emocional, principalmente na reta final do doutorado.

Agradeço à minha mãe por todo apoio emocional, logístico e de organização desta tese, principalmente no momento final.

Agradeço ao meu pai por todo apoio emocional e por garantir que eu pudesse ter momentos de tranquilidade nessa reta final.

Agradeço à minha irmã por estar sempre ao meu lado, principalmente nos momentos mais difíceis.

Agradeço ao meu irmão por me fazer rir quando tudo estava tão triste e pesado.

Agradeço a minha madrinha Christiane Senra, pelas ricas aulas de filosofia que tanto contribuíram para o processo de compreensão dos fenômenos socioambientais.

Agradeço aos pescadores, barqueiros e trabalhadores do mar de Arraial do Cabo, que se disponibilizaram a participar desta tese.

Agradeço aos gestores do Instituto Chico Mendes de preservação da Biodiversidade de Arraial do Cabo, que permitiram a realização dos trabalhos de campo desta tese.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, que tantas vezes seguraram minha barra para que eu pudesse concluir o doutorado sem uma licença para estudo.

Agradeço ao colega Vitor Alves pelas “orientações” na área da geografia durante o processo de escrita.

Agradeço ao colega Eduardo De Biase pelas “orientações” na área de sociologia e antropologia.

Agradeço em especial as amigas e colegas de trabalho, Teresa e Anna Cristina, que me deram tanto apoio nos momentos mais difíceis e acreditaram em mim, muitas vezes mais do que eu mesma.

Agradeço às amigas Carolina Ávila e Camila Aragão pelos momentos de riso e descontração durante todos os anos de doutoramento e por tornarem meus dias de labuta mais leves e agradáveis.

Agradeço ao amigo Jorge Marcelo, pelos momentos de conversa e descontração em momentos difíceis durante o processo de doutoramento.

Agradeço aos meus alunos pela compreensão dos atrasos nas entregas de provas e notas, atividades corrigidas, que tantas vezes foram adiadas para que eu pudesse concluir alguma etapa da tese.

Agradeço às “desencontradas”, Daniele, Priscila, Rafaela, Raissa e Debora, nosso grupo de mulheres pesquisadoras resistentes e sobreviventes desse processo enlouquecedor que é o doutorado. O apoio que demos umas às outras foi crucial.

Agradeço aos colegas de turma, que tornaram mais leves os compromissos do doutorado.

Agradeço às meninas da secretaria do PPGMA, sempre dispostas a nos ajudar.

Agradeço a todos os professores e colaboradores do programa, pelas contribuições no processo de doutoramento.

A todos os servidores da UERJ e terceirizados, por garantirem o funcionamento da universidade.

Agradeço ao amigo Marcelo Amaral, cabista, pescador e barqueiro, por toda ajuda e disponibilidade durante o processo de doutoramento.

Agradeço aos ex alunos Dill Santos e Zé Mario, pelo carinho, cuidado, prontidão e disponibilidade em ajudar na coleta de dados junto à Fundação de Pesca.

Agradeço ao amigo Wanderson Pequeno, pelas conversas esclarecedoras e contribuição na busca de dados.

Agradeço às amigas Camila Fernandes, Lídia Sampaio e Monique Barreto, apoio fundamental nos momentos difíceis, especialmente no ano de 2020, sempre acreditando e proferindo palavras de confiança.

Agradeço aos amigos Alicia, Nana e Juan por todo apoio e torcida.

Agradeço às crianças Catharina Amaral, Dante Pereira, Fernando Aguiar, Ian Simas e Pedro Simas, por deixarem os dias mais leves com a alegria que só as crianças têm.

Agradeço ao Herick Simas, cabista, neto de pescador, biólogo marinho, pesquisador e ex companheiro, por todo apoio ao longo dos 4 primeiros anos de doutoramento, tornando possível minha estadia na cidade de Arraial do Cabo e acreditando na minha trajetória com essa pesquisa.

Agradeço à Rosane Manhães Prado, por ter aceitado assumir a orientação desta tese e por toda compreensão nos momentos pesados.

Agradeço à Teresa Mendonça, por ter aceitado ser coorientadora e ter contribuído de forma incansável para que essa tese pudesse ser concluída.

Agradeço à Mariana Ostanello, por todo apoio e conversas, principalmente no final da escrita da tese.

Agradeço à UERJ pela resistência em se manter viva.

Agradeço ao Sana e sua natureza exuberante, pequeno vilarejo na Serra do Mar, repleto de boas energias e refúgio nas horas mais difíceis por todo acolhimento e “recarga da bateria”.

Agradeço igualmente ao Arraial do Cabo e suas águas cristalinas cujas ondas embalaram minhas pesquisas.

Por fim, agradeço a mim mesma, pela persistência e determinação para seguir com o processo de doutoramento, mesmo com todas as adversidades.

### **A Bossa do Arraial e o mar**

Nasceu da junção da saudade e da paixão  
Lambeu os lábios da saudade e vingou  
Bebeu da água da paixão pra flutuar  
A Bossa do Arraial e o mar

Banhou-se da divindade  
luz da manhã  
Embebedou - se da penugem de sal  
Se deparou com o pôr do sol e se entregou à Bossa que o Arraial criou

Tudo vem, tudo vai  
Conforme a maré ditar  
Tudo vem, voltará num cheiro, num som, num fio de memória...

(Júnior Carriço – Artista local)

## RESUMO

AGUIAR, Luiza Araujo Jorge de. *Pescadores artesanais e a reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo/RJ: trajetória e desafios frente a atividades turística*. 2021. 146 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Em Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, os pescadores artesanais enfrentam desafios socioambientais que podem afetar diretamente sua vida e trabalho. Convivem com: o espólio deixado pela Companhia Nacional Álcalis que, hoje extinta, impactou o município durante sua construção e funcionamento (1943 a 2006); a especulação imobiliária fomentada pelo turismo; um novo contexto socioambiental desde 1997, quando da criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ (RESEXMar AC). Paralelamente à chegada e implementação da RESEXMar AC, novas regras para a pesca e circulação marítima foram impostas. Os moradores locais também encaram o recrudescimento do turismo como atividade econômica, que pode ser utilizada pelo pescador artesanal como uma alternativa à pesca ou mesmo vir a substituí-la. Esta pesquisa teve por foco os pescadores do distrito sede de Arraial do Cabo, visando descrever e compreender como lidam com tais circunstâncias e elementos e os novos e diversos significados da RESEXMar nesses processos complexos. Eu registrei em fotografias a arena em que essas atividades ocorrem, antes e durante a pandemia de COVID-19, investiguei a história do trabalho dos pescadores locais, entrevistei pescadores que são lideranças locais, o gestor da RESEXMar AC, e analisei a documentação oficial relacionada à essas atividades laborais e ambientais. Adotei uma abordagem antropológica/etnográfica com procedimentos metodológicos qualitativos, e, para analisar o universo pesquisado, tomei como referência os seguintes conceitos/categorias analíticas: unidades de conservação; identidade social; território; populações tradicionais; conflitos socioambientais; turismo; arena. Os resultados apresentados e discutidos na tese, foram sintetizados em capítulos cujos títulos derivam de falas dos pescadores captadas em minhas entrevistas: (1) “Cabista da ova do peixe”, evidenciando um profundo senso de pertencimento e identidade dos pescadores, (2) “A reserva não foi feita pra nós, pescadores?” com as reflexões que fazem sobre a RESEXMar AC; (3) “O turismo atrapalha?” conversando sobre o convívio dos pescadores com as atividades turísticas, antes de durante a quarentena imposta pela COVID-19; e (4) “Não seria o pescador se adequar ao turismo. O turismo teria que se adequar ao pescador”, com as perspectivas de futuro do convívio nessa arena. Os resultados evidenciaram que a RESEXMar AC está assumindo novos significados para além daqueles estipulados por lei, e que os pescadores estão optando pelas oportunidades que lhes trazem mais rendimentos. A compreensão do caso da RESEXMar AC, nos remete às diversas situações das tantas unidades de conservação no Brasil que são levadas a composições variadas com a presença humana, passando a demandar soluções específicas para sua gestão.

Palavras-chaves: Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo. Turismo. Pescador artesanal.

Identidade social. Arena Turística.

## ABSTRACT

AGUIAR, Luiza Araujo Jorge de. *Artisanal fishermen and the marine extractive reserve of Arraial do Cabo/RJ: trajectory and challenges facing tourist activities*. 2021. 146 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

In Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, artisanal fishermen face social and environmental challenges that can directly affect their lives and work. They live together with three major problems (1) the spoil left over by the Álcalis National Company that operated from 1943 to 2006 and was extincted, leading to a huge impact on the municipality; (2) speculation on buying and selling land and houses fostered by tourism; and (3) a new socio-environmental context since 1997, when the Arraial do Cabo/RJ Marine Extractive Reserve (RESEXMar AC). At the same time when RESEXMar AC was implemented, new rules for fishing and maritime circulation were imposed. The local residents do also see the resurgence of tourism as an economic activity, which can be used by artisanal fishermen as an alternative or as a replacement to fishing. This research focused on fishermen in the district of Arraial do Cabo, aiming to describe and understand how they deal with such circumstances and elements, as well as with the new and diverse meanings of RESEXMar in these complex processes. I photographed the arena in which these activities take place, before and during the COVID-19 pandemic, investigated the history of local fishermen work, interviewed fishermen who are local leaders, the manager of RESEXMar AC, and analyzed the related official documentation to these labor and environmental activities. I adopted an anthropological/ethnographic approach with qualitative methodological procedures. To analyze this universe, I took as reference the following analytical concepts/categories: conservation units; social identity; territory; traditional populations; socio-environmental conflicts; tourism; arena.

The results presented and discussed in the Thesis were synthesized in chapters whose titles derive from the fishermen's words captured in my interviews: (1) "Fish roe fisherman", evidencing a deep sense of belonging and identity of the fishermen, (2) " Was the marine reserve not made for us, the fishermen?" with their reflections on RESEXMar AC; (3) "Does tourism get in the way?" talking about the coexistence of fishermen with tourist activities, before during the quarantine imposed by COVID-19; and (4) "It would not be for the fisherman to adapt to tourism. Tourism would have to suit the fisherman", with the prospects for the future of coexistence in this arena. The results demonstrate that RESEXMar AC is taking on new meanings beyond those set by law, and that fishermen are opting for the opportunities that bring them more income. Understanding the case of RESEXMar AC, brings us to the different situations of so many Conservation Units in Brazil that are transformed into different compositions with the human presence, starting to call for specific solutions for their management.

Keywords: Marine Extractive Reserve Arraial do Cabo. Tourism. Artisanal fisherman. Social identity. Touristic arena.

## LISTA DE FIGURAS

Figura capa – Praia do Forno – Arraial do Cabo.....	13
Figura 1 - Marco histórico. Monumento que indica o ponto de chegada da tripulação de Américo Vespúcio em 1503. ....	17
Figura 2 - A RESEXMar de Arraial do Cabo e seus diferentes usos. ....	18
Figura 3 - Localização geográfica da área de estudo em relação ao estado do Rio de Janeiro e ao Brasil. ....	20
Figura 4 - Praias, ilhas e costão rochoso que compõem a RESEXMar AC. ....	22
Figura 5 - Arraial do Cabo ao longo do tempo.....	24
Figura 6 - Arraial do Cabo ao longo da história. ....	26
Figura 7 – mapeamento da extensão da área da RESEXMar Arraial do Cabo .....	30
Figura 8 – Áreas de atuação do turismo náutico .....	34
Figura 9 -Pontos de Mergulho .....	35
Figura 10 - Placa da entrada da cidade .....	36
Figura 11 - Condições da entrevista e da observação participante.....	44
Figura 12 -O cabista e o pescador .....	50
Figura 13 -Pescadores artesanais atuando como apoio ao desembarque de turistas nasprainhas do Pomtal do Atalaia. ....	57
Figura 14 -Delimitação da área que compreende a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.....	66
Figura 15 -Arena.....	68
Figura 16 -Linha do Tempo dos documentos da RESEXMar AC .....	74
Figura 17 - Arena Turística .....	81
Figura 18 - Esquema Ilustrativo Conceitual de Arena Turística .....	82
Figura 19 - Barreira Sanitária no acesso a Arraial do Cabo. ....	92
Figura 20 - Crescimento do número de barcos de turismo. ....	93
Figura 21 - Registros pandêmicos. ....	94
Figura 22 - Jubarte no mar de Arraial do Cabo em junho de 2020 .....	96
Figura 23 - Marina dos Pescadores.....	97
Figura 24 -Publicação do decreto de flexibilização após o pleito eleitoral. ....	98
Figura 25 -Dados do COVID em Arraial do Cabo .....	99
Figura 26 - Nível de alerta para Covid-19 em Arraial do Cabo .....	100
Figura 27 - Nuvem de palavras - Marca sociocultural de Arraial do Cabo.....	105

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAS	Águas Centrais do Atlântico Sul
CEFETQuímica	Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis
CNA	Companhia Nacional de Álcalis
COPPE-	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
DOU	Diário Oficial da União
FIPAC	Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NuAAC	Núcleo Avançado de Arraial do Cabo
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGMA	Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente
RESEX	Reserva Extrativista
RESEXMar AC	Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC	Turismo de Base Comunitária
UC	Unidade de Conservação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

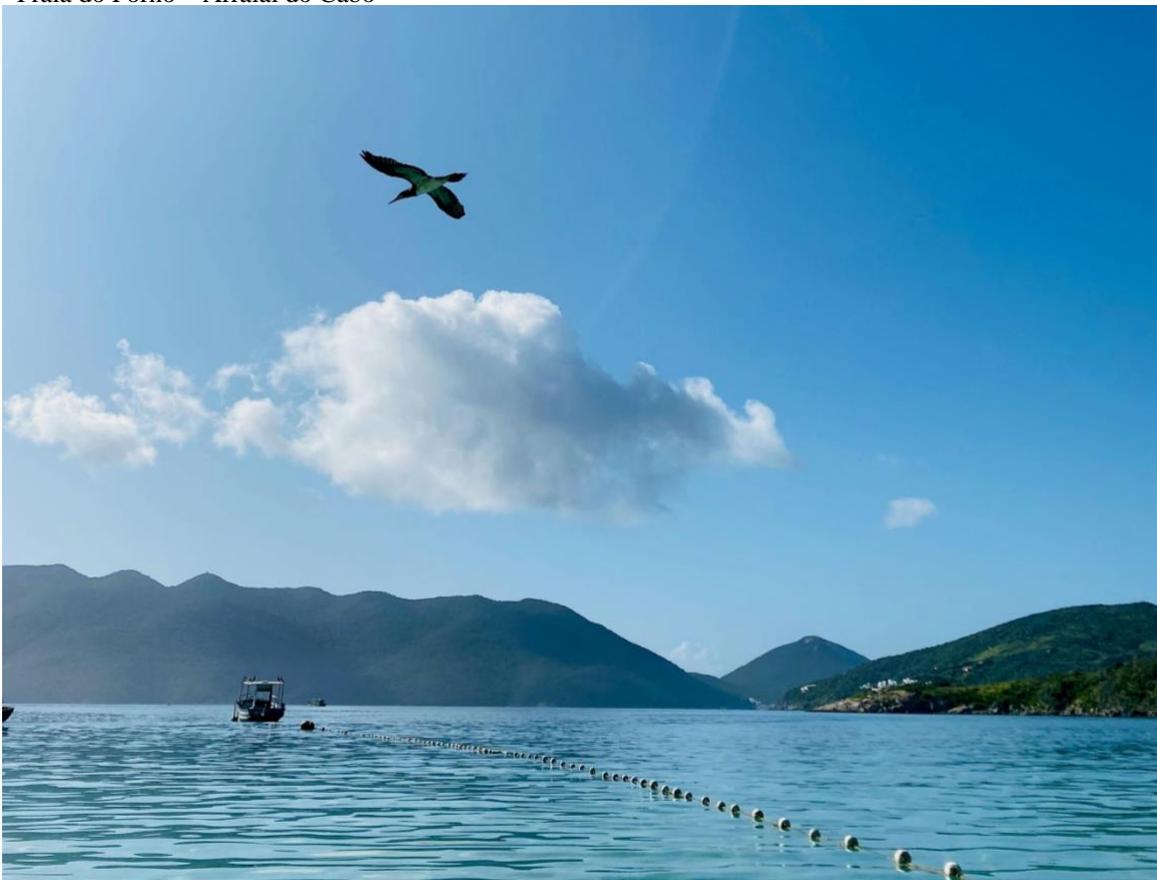
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 “CABISTA DA OVA DO PEIXE”: OS PESCADORES E SEU SENSO DE PERTENCIMENTO E IDENTIDADE</b> .....	47
<b>2 “A RESERVA NÃO FOI FEITA PRA NÓS, PESCADORES?” A RESEXMAR DE ARRAIAL DO CABO</b> .....	59
<b>3 O TURISMO ATRAPALHA? MANIFESTAÇÕES DE TURISMO EM ARRAIAL DO CABO</b> .....	77
<b>CONCLUSÃO</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	111
<b>APÊNDICE A – Entrevista semiestruturada</b> .....	121
<b>APÊNDICE B – Entrevistados</b> .....	123
<b>APÊNDICE C – Imagens ilustrativas da capa e dos capítulos</b> .....	124
<b>ANEXO A – TCLE</b> .....	125
<b>ANEXO B – TCIA</b> .....	127
<b>ANEXO C – Dicionário cabistês</b> .....	128
<b>ANEXO D – Autorização comitê de ética</b> .....	130
<b>ANEXO E – Autorização ICMBIO</b> .....	133
<b>ANEXO F – Trabalho apresentado em evento internacional</b> .....	134
<b>ANEXO G – Trabalho apresentado em evento nacional</b> .....	145

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Luiza Araujo Jorge de Aguiar

**Pescadores artesanais e a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ -  
RESEXMar AC: trajetória e desafios frente a atividades turísticas**

Praia do Forno – Arraial do Cabo



Fonte: Acervo Pessoal

Rio de Janeiro

2021

## INTRODUÇÃO

### Lugar de fala

Acho importante começar este trabalho me apresentando. Sou geógrafa e professora de Geografia e Meio Ambiente por formação e apaixonada por Arraial do Cabo. Em abril de 2006, mudei-me para a cidade durante a implantação do Núcleo Avançado de Arraial do Cabo (NuAAC) com o Curso Técnico de Meio Ambiente do, então, Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (CEFETEQ), atualmente Instituto Federal do Rio de Janeiro. Durante todo o tempo em que atuei nessa escola, estive atenta e curiosa ao que acontecia com parte daquela população reconhecida por legislação como tradicional desde os anos de 1990.

Em 2008, devido a um edital da Petróleo Brasileiro S.A.(Petrobrás), aconteceu um curso de pós graduação de Especialização em Gerenciamento Socioambiental Costeiro, oferecido pela COPPE/UFRJ, como etapa do Projeto Ressurgência.<sup>1</sup> Durante este curso, aproximei-me das questões vivenciadas pelos pescadores da localidadee, por ter formação em Geografia, pude perceber a dinâmica da configuração social, territorial e identitária que se apresentava em Arraial do Cabo (Região dos Lagos<sup>2</sup>, estado do Rio de Janeiro) devido ao aumento das atividades ligadas ao turismo e um possível “enfraquecimento” da pesca artesanal que, de acordo com Silva

é um importante posto de trabalho e economia no Brasil; destaca-se como circuito produtivo em que, na maioria das vezes, o trabalhador é dono dos meios de produção, que são em geral o barco, a rede, os petrechos e a técnica de pescar. (SILVA, 2015. p. 19)

No período de realização do curso (ao longo do ano de 2008), me ative exclusivamente às transformações da paisagem e aos impactos no ambiente físico consequentes dessa transformação, em especial, no bairro da Prainha, focalizando a

---

<sup>1</sup>Programa Petrobras ambiental de gestão socioambiental da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo-RJ, que teve como uma das etapas o Projeto de curso de pós-graduação lato sensu Especialização em Gerenciamento Socioambiental de Ocupação Costeira e Marinha

<sup>2</sup> Região dos Lagos recebe esse nome por conta da sua geografia marcada pela presença de restingas com lagunas e lagoas. Tal localidade foi mais recentemente, classificada ainda como região turística da Costa do Sol. Vale chamar atenção para o fato de que muitos moradores de Arraial do Cabo não se sentem confortáveis com esse novo nome, relatando muitas vezes não se sentirem identificados com ele.

especulação imobiliária. Entretanto, ao longo do curso, em conversas com os moradores, percebi que não era apenas a paisagem que se transformava, mas eram, também, as ocupações e atividades dos pescadores locais, muitas vezes passando a oferecer serviços ligados ao turismo.

No NuAAC<sup>3</sup>, desenvolvemos vários projetos, mas um, em específico, me despertou o interesse sobre o tema aqui abordado. O projeto em questão, na ocasião, foi a construção do documentário *Escama de Pescador*<sup>4</sup>.

Com um grupo de alunos e alguns colegas docentes, procurei saber como viviam os antigos pescadores de Arraial do Cabo representados no filme *Arraial do Cabo 1959*, de Paulo Saraceni. Depois de assistirmos ao filme, conversamos com alguns pescadores/personagens, que hoje infelizmente não estão mais vivos, para ouvir o que eles tinham a dizer sobre suas atividades nos últimos 50 anos de vivência no local. Trata-se, ainda hoje, de um grupo que exerce a pesca artesanal e por isso se enquadra na categoria de “população tradicional”, mas que em diversos momentos aponta para a consternação do enfraquecimento dessa atividade pesqueira, devido, segundo alguns relatos, ao pouco interesse das novas gerações, muitas vezes incentivados pelos próprios pais.

No desenvolvimento do projeto audiovisual “Escama de Pescador”, surgiu a ideia de pesquisar essa temática a partir da demanda dos alunos envolvidos no projeto. Durante as conversas com os pescadores mais antigos, foi recorrente o discurso dos entrevistados de que “os jovens não querem saber da pesca”, bem como a ideia de que seria melhor para os filhos e os netos não serem pescadores e, sim, “alguém na vida” a partir da formação escolar. Embora as justificativas fossem muitas, o aumento dos “barcos de turismo” (seja de propriedade de pescadores locais ou não) estava presente em todas as falas reiterando o discurso contra ser pescador, como se não valesse a pena a concorrência com eles.

Em 2014, concluí meu mestrado em Ensino de Ciências, no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, no Instituto Federal do Rio de Janeiro, em que trabalhei com a temática da educação ambiental a partir da relação homem / meio ambiente de uma população tradicional de seringueiros do Acre, onde morei por 12 meses, no período compreendido entre setembro de 2012 e setembro de 2013.

---

<sup>3</sup> Núcleo Avançado Arraial do Cabo do Centro Federal de Educação, ciência e tecnologia de Química de Nilópolis, atual Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

<sup>4</sup> disponível no youtube pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=5pAPf0Rasxw>

Na oportunidade, pude compreender o nascimento das Reservas Extrativistas propostas por Chico Mendes<sup>5</sup> e reconhecidas e aprovadas pelo governo brasileiro no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990.

De volta ao Rio de Janeiro, influenciada pelo que vi na Reserva Extrativista no Acre, achei que seria importante entender a criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEXMar AC), resgatando meu antigo interesse pela região e pelo modo de vida e dinâmica socioambiental daquela localidade. A partir daí, senti-me desafiada a investigar e a me aprofundar sobre a problemática vivenciada pelos pescadores que vivem e trabalham na zona costeira do município de Arraial do Cabo.

Com essa ideia na cabeça, ingressei no Doutorado em Meio Ambiente do Programa de pós-graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a fim de entender a questão que passou a se colocar para mim: como uma unidade de conservação, que exige a condição da presença de população tradicional para ser criada e implantada para a produção de atividades econômicas consideradas como tradicionais, que é o caso da Reserva de Arraial do Cabo, se coloca em relação ao turismo?

A redação final desta tese se deu no momento histórico da pandemia de COVID-19 no mundo e no Brasil, instigando algumas novas reflexões e provocando alterações no campo inicial do trabalho, que foram aqui também registradas. No entanto, todas as entrevistas da pesquisa de campo ocorreram no momento anterior e permanecem válidas para as conclusões elaboradas. Diante das dificuldades impostas pela pandemia, poucas visitas de observação puderam ser feitas ao cais e à praia, tendo as atividades virtuais contribuído bastante nesse momento para o que faltava das atividades de campo.

Foi também durante a pandemia, que foi publicado o Plano de Manejo da RESEXMar AC, em setembro de 2020, trazendo mudanças significativas para a dinâmica dentro da Unidade de Conservação, e indicando que esta tese aponta na mesma direção da decisão tomada pelo Estado através desse Plano, no sentido de que o turismo passa a ser considerado uma das possíveis atividades produtivas dos pescadores.

---

<sup>5</sup>Chico Mendes foi um seringueiro, líder sindical, ativista político e da questão socioambiental. Foi responsável pelas práticas de Empate ocorridas na região da Amazônia na luta pela manutenção da floresta visando garantir a sobrevivência dos seringueiros e conseqüentemente dos trabalhadores seringueiros. Foi o responsável pela concepção da ideia de Reservas Extrativistas. Foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, se tornando um mártir.

### Local e questões do estudo

Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, é um município costeiro localizado na região sudeste do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, ao norte do município do Rio de Janeiro, marcante por suas belezas naturais, biodiversidade e atividade extrativista de pesca artesanal. Com uma rica história iniciada em 1503 (Figura 1), se tornou município independente de Cabo Frio em 1985. Atualmente, os pescadores artesanais de Arraial do Cabo enfrentam desafios socioambientais que podem afetar diretamente sua vida e trabalho. Por um lado, convivem com o espólio deixado pela Companhia Nacional Álcalis que, hoje extinta, impactou o município durante sua construção e funcionamento (1943 a 2006). Nesse momento, o recrudescimento do turismo como atividade econômica passou a ser uma alternativa ao desemprego dos trabalhadores da antiga Álcalis e, também, à própria pesca artesanal, vindo, às vezes, até a substituí-la. Além disso, vivenciam intensa especulação imobiliária fomentada pelo turismo.

Figura 1 -Marco histórico. Monumento que indica o ponto de chegada da tripulação de Américo Vespúcio em 1503.



Fonte: Arraial do Cabo Histórico, 2020.

Por outro lado, em 1997, um novo contexto socioambiental emergiu quando da criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ (RESEXMar AC), instituída com o objetivo de preservar a pesca artesanal e os interesses ecológicos e sociais da comunidade local. Paralelamente à chegada e implementação da RESEXMar AC, novas regras para a pesca e circulação marítima foram impostas.

Desse modo, o problema que abordo nesta tese está indicado na Figura 2, que apresenta a área de trabalho abrangendo o distrito sede de Arraial do Cabo (Figura 2 A) e a RESEXMar AC (Figura 2 B). Nesse espaço da Reserva pode ser encontrado o que consegui perceber sobre a sua influência na vida da cidade em relação a seus objetivos diretos referentes à preservação da biodiversidade, representado aqui por uma baleia das muitas possíveis de serem vistas em Arraial do Cabo (Figura 2C) e à atividade pesqueira extrativista artesanal, matriz econômica que predominou em Arraial do Cabo durante muitas décadas e que, durante a pandemia de COVID-19 assegurou alguma fonte de renda (Figura 2 D). Nesse contexto, se insere algo não previsto nos objetivos iniciais da criação da RESEXMar AC: a atividade turística dominante na cidade, o passeio náutico (Figura 2 E).

Figura 2 - A RESEXMar de Arraial do Cabo e seus diferentes usos.



Legenda: 2A – Área de trabalho. Fonte: ISA. 2B – RESEXMar AC. Fonte: ISA. 2C - Baleia Jubarte Fonte: @drone\_adventuresbr (2020). 2D - atividade pesqueira, Foto de acervo pessoal (2020). 2E - o passeio náutico. Fonte: Saveiro Dom Juan Tour (2020). Fonte mapa: ISA (2020).

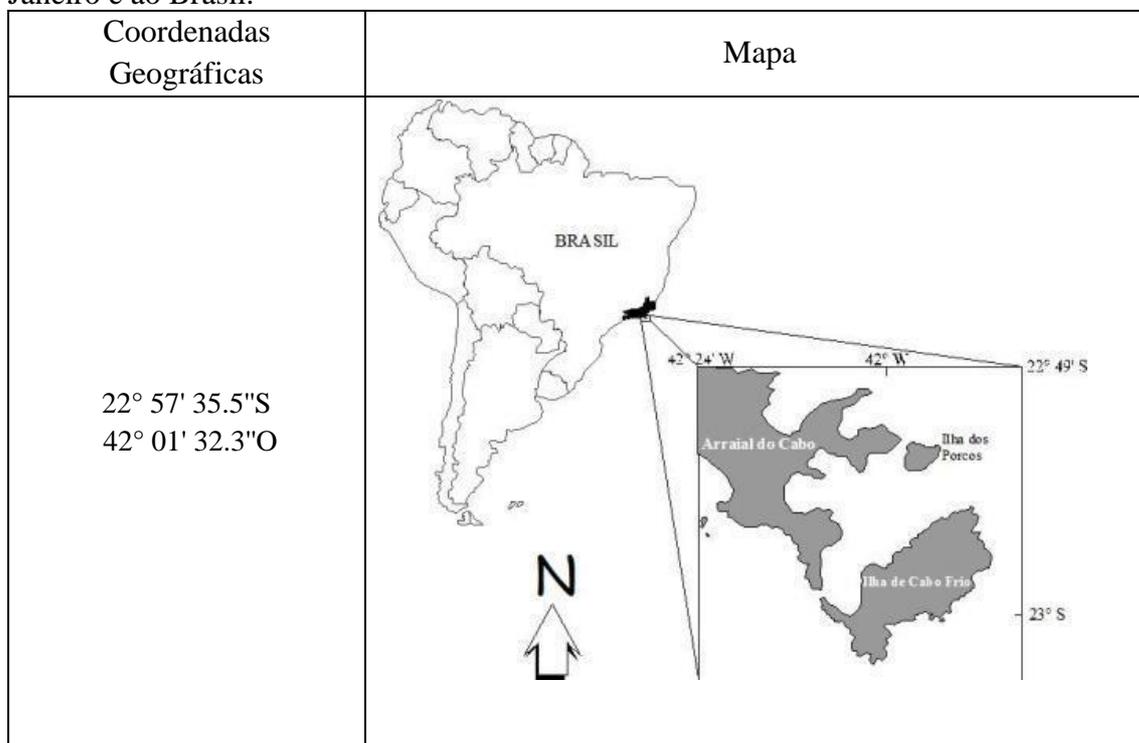
A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo foi criada pelo Decreto s/nº de 03 de janeiro de 1997, e é uma das Unidades de Conservação (UC) presentes no território do estado do Rio de Janeiro, sob gestão do Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio). Foi a primeira Resex Marinha do estado, do Rio de Janeiro, sendo que a segunda foi criada em 2013 sob a gestão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a Resex de Itaipu (Niterói). Partindo do pressuposto de que sua criação tem o objetivo de “garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, por população extrativista do Município de Arraial do Cabo”, como está no Art. 2º do decreto de criação da unidade de conservação (BRASIL, 1997, p.01), perceber um crescimento do turismo na região, fez emergir para mim a questão relativa a como o turismo ocorre ali nas suas diferentes formas. Ou seja, como a RESEXMar AC se coloca em relação ao turismo, uma vez que foi exigida a condição da presença de uma população tradicional para ser criada e implantada com o objetivo da produção de atividades econômicas consideradas como tradicionais.

Assim, dentre as questões motivadoras da pesquisa, a questão central foi: como a disputa pelo uso do mar (turismo X pesca) e seus recursos, repercute sobre os pescadores artesanais, que deveriam ser protegidos pela criação da RESEXMar AC, o que leva a pensar os novos significados da RESEXMar AC.

### Aspectos geográficos da área de estudo

Arraial do Cabo é um município com 29.304 habitantes, segundo estimativa do IBGE de 2017. O município está localizado na região sudeste do Brasil, no estado do Rio de Janeiro, ao norte do município do Rio de Janeiro. Compreendido entre as coordenadas geográficas  $22^{\circ} 57' 35.5''\text{S}$  e  $42^{\circ} 01' 32.3''$  (Figura 3), o município tem seus limites territoriais marcados pela divisa ao norte com os municípios de Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, a leste e ao sul com Oceano Atlântico e a oeste com o município de Araruama.

Figura 3 -Localização geográfica da área de estudo em relação ao estado do Rio de Janeiro e ao Brasil.



Fonte: Silva e Souza, 2007.

Sua extensão territorial é de 158.952 km<sup>2</sup>, organizado político-administrativamente em oito distritos: Arraial do Cabo como Distrito-Sede<sup>6</sup>; Monte Alto; Figueira; Parque das Garças; Sabiá; Pernambuco; Novo Arraial e Caiçara. Neste trabalho,

<sup>6</sup>Por distrito-sede entende-se “que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município.” (PINTO, 2003, p. 29 *apud*. PINA et al. 2008 p. 135).

direciono meu foco à área do Distrito Sede, mas especificamente à Baía da Enseada dos Anjos.

Com área de topografia plana, Arraial do Cabo caracteriza-se por possuir extensa área marinha composta por praias (Figuras 4 A a – Praia Grande/b – Prainhas do Pontal do Atalaia/c – Enseada dos Anjos e 4 C/b – águas cristalinas das Prainhas do Pontal do Atalaia), costões rochosos (Figura 4 B) e ilhas costeiras (Figura 4 C a), tendo seu ponto mais alto na Ilha do Cabo Frio, conhecida também como Ilha do Farol, com altitude máxima de 395 metros<sup>7</sup> (Figura 4 A).

---

<sup>7</sup> Informação disponível em: <https://www.marinha.mil.br/node/1784>

Figura 4 - Praias, ilhas e costão rochoso que compõem a RESEXMar AC.



Legenda: 4A - Área da RESEXMar AC vista do alto do Farol Velho, localizado no ponto mais alto da região. Fonte: acervo pessoal (2009). 4B - costões rochosos que caracterizam a região por conta da sua geografia e geologia. Fonte: acervo pessoal (2020). 4C - vista da ilha e beleza natural do mar de Arraial do Cabo. Fonte: Saveiro Dom Juan turismo (2020).

A geografia do município tem relação direta com o regime de ventos da região. Durante os meses do verão, o padrão de ventos predominante é paralelo à costa e ao quadrante NE. Este vento possibilita o transporte de uma massa de água superficial em direção ao mar aberto. No inverno, os ventos do quadrante SO sopram com maior frequência, causando transporte de uma massa de água superficial do mar aberto para a costa e de uma camada subsuperficial de água da costa em direção ao mar aberto.

Essa configuração geográfica traz uma particularidade. A mudança na direção da costa brasileira (de norte/sul para leste/oeste) que ocorre na região do Arraial do Cabo e a proximidade da isóbata<sup>8</sup> de 100 m criam uma condição topográfica que permite o afloramento das Águas Centrais do Atlântico Sul (ACAS), uma massa d'água subsuperficial, fria e rica em nutrientes, permitindo a ocorrência do fenômeno conhecido como ressurgência (Valentin, 2001 *apud*. Santos, 2018). Esta ressurgência costeira é o principal evento oceanográfico na região e ocorre com maior frequência e intensidade durante a primavera e o verão, quando predominam os ventos E-NE.

Essas massas d'água de origem subsuperficial, ricas em nutrientes, propiciam uma alta produtividade primária, que sustenta uma rica teia trófica e uma complexa biodiversidade marinha (Ferreira et al, 2004) que, por sua vez, contribui para a oferta de recursos pesqueiros levando ao fato de a pesca ter sido, durante muito tempo, o pilar da economia local. Essas mesmas águas desse mar, que engloba o lugar, englobam também a sua história e fazem correlacionar-se os assuntos a serem trabalhados nesta tese: os pescadores, a RESEXMar, o turismo (Figura 02).

---

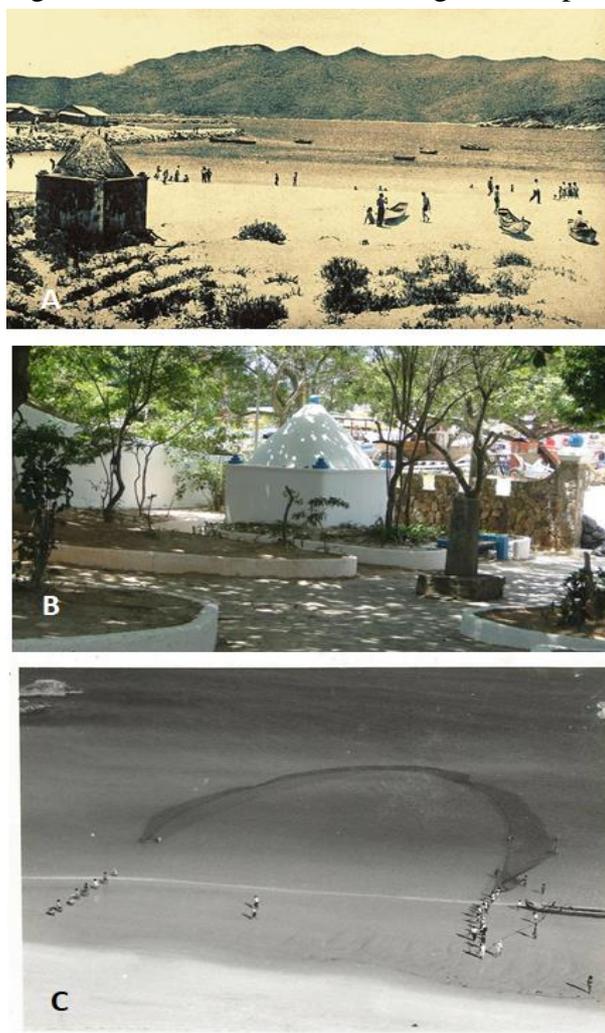
<sup>8</sup> Isóbata é a linha usada em mapas para “agrupar” pontos de mesma profundidade em oceanos.

## Uma panorâmica da história local

### Dos primórdios aos tempos atuais

A história de Arraial do Cabo e a relação de sua população com o mar é antiga. Em 1503, Américo Vespúcio desembarcou em Arraial do Cabo, construindo sua casa no Bairro da Rama, conhecido hoje como Praia dos Anjos (PRADO, 2002). Além de seu marco histórico (Figura 1), a cidade reúne diversos outros pontos que registram essa história tão antiga quanto a do próprio país, como é o caso da “cacimba” (Figura 5A e B), que é uma referência para os moradores da cidade e dos pontos de pesca artesanal (Figura 5C)

Figura 5 - Arraial do Cabo ao longo do tempo



Legenda: 5A e 5B–cacimba na Praia dos Anjos em diferentes momentos da história. 5C pesca de arrasto da Praia Grande, uma arte de pesca artesanal. Fonte: Arraial do Cabo histórico (2020)

Durante muito tempo, Arraial do Cabo viveu isolado, sem acesso a outros povoados, como Cabo Frio, ao qual era ligado administrativamente (PRADO, 2002). De difícil acesso, seus habitantes exerciam suas atividades econômicas, indo e vindo pela praia, a pé ou a cavalo, uma vez que as estradas só foram “fortalecidas” em meados do século XX.

Desde o início da história de Arraial do Cabo, a pesca se configurou como a atividade de maior importância econômica para a população local, uma vez que sempre foi conhecida como uma vila de pescadores. Há registros da existência de populações antigas encontradas nos sítios arqueológicos denominados Sambaquis<sup>9</sup>, uma população pré-histórica, portanto, que precedeu os chamados “caiçaras”, vistos agora localmente como nativos da região costeira, nos quais se incluem os pescadores artesanais (PRADO, 2002). Estes, por tal herança/pertencimento, são considerados por marcos legais, tais como Decreto nº 6040 que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Decreto s/nº de 02 de janeiro de 1997 de criação da reserva, como população tradicional.

Até a metade da década de 1980, Arraial do Cabo se configurava como distrito de Cabo Frio, entretanto, seu desenvolvimento se deu de forma bem diferenciada. O núcleo urbano de Cabo Frio prosperou lentamente até fins do século XIX, tendo sua economia baseada na agricultura com mão-de-obra escrava realizada em grandes latifúndios (PRADO, 2002). Com a abolição da escravatura, em 1888, a região viveu um grande colapso econômico e só conseguiu se restabelecer a partir de meados do século XX, sobretudo depois da implantação da estrada de ferro Maricá, que chegou até Cabo Frio em 1937, sobretudo devido a produção de sal na região (E.F. DO BRASIL – *online*)<sup>10</sup>, da construção da ponte Rio-Niterói, na década de 1970, e das rodovias BR- 101 e RJ-124 (IBGE – *online*)<sup>11</sup>.

Arraial do Cabo se manteve distrito do município de Cabo Frio, até 1985, quando finalmente foi decretada a lei estadual nº 839, de 13 de maio de 1985, que determinou a

---

<sup>9</sup> De acordo com Guerra e Guerra (2003, p.561) Sambaquis são monumentos arqueológicos correspondendo a um depósito artificial de conchas deixadas pelos indígenas, representando testemunho pré-histórico dos nossos antepassados. Em Arraial do Cabo esses registros e estudos são realizados pelos arqueólogos, geólogos e antropólogos do Instituto de Estudos do Mar Paulo Moreira – IEAPM – órgão de pesquisa marinha e costeira da Marinha do Brasil, localizado no canto direito da Praia dos Anjos.

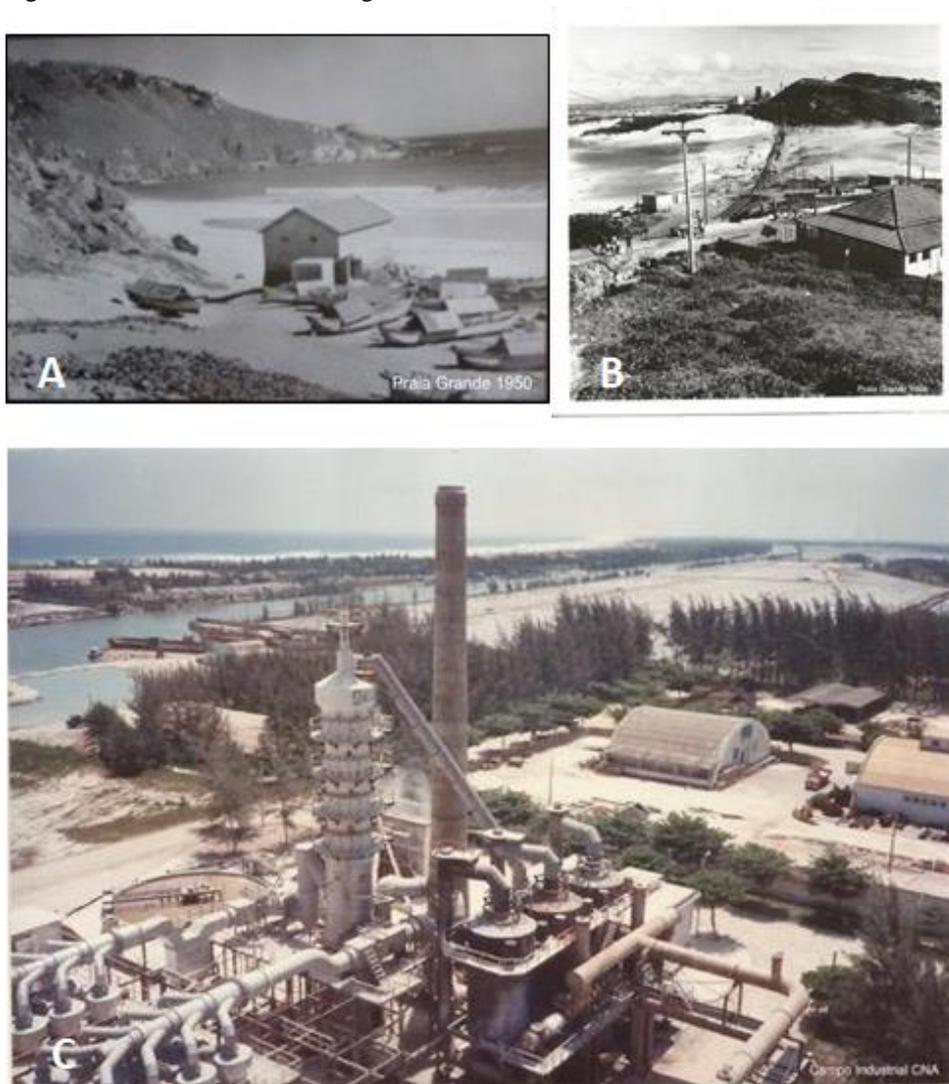
<sup>10</sup> [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl\\_ramais\\_3/cabofrio.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_ramais_3/cabofrio.htm)

<sup>11</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/arraial-do-cabo/historico>

sua emancipação. A história de Arraial do Cabo, está marcada por diferentes momentos de auge e declínio econômico ligados à exploração dos recursos naturais. Inicialmente a pesca, mais tarde o sal, a exploração de calcário e, mais recentemente, o turismo (PRADO, 2002). Como se vê, devido a sua localização geográfica costeira, todas essas atividades estão diretamente ligadas ao mar.

Enquanto uma pequena vila de pescadores (Figura 6A, B) na Região dos Lagos (hoje conhecida e divulgada, turisticamente, também como Região da Costa do Sol), no estado do Rio de Janeiro, Arraial do Cabo constituiu-se, historicamente, com uma população de pescadores usuários de diferentes técnicas artesanais nas suas diferentes praias, configurando assim uma territorialidade da pesca (BRETTAS, 2018).

Figura 6 - Arraial do Cabo ao longo da história.



Legenda: 6A e 6B - vila de pescador que a cidade já foi. 6C - a contradição da chegada do progresso com a instalação do parque fabril da Álcalis. Fonte: Arraial do Cabo histórico (2020)

## A Álcalis e o Porto do Forno

Com o passar dos anos, novas “oportunidades” de atividades foram surgindo, juntamente com o esperado “progresso”. Na década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, foi implantada a Companhia Nacional de Álcalis - CNA (Figura 6C), transformando a dinâmica sócioespacial do município (PEREIRA, W. 2010). A CNA era uma empresa de exploração de calcário de conchas retiradas da laguna de Araruama para a produção de barrilha, importante matéria prima para atender à demanda de outras indústrias no país. Na visão local, entende-se que a CNA atuou na cidade de Arraial do Cabo como principal responsável pela economia local até o final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, tendo sua falência decretada em 1996 e suas atividades definitivamente encerradas em 2006 (PRADO, 2002).

Com a decadência da Álcalis, Arraial do Cabo precisou descobrir e/ou redescobrir outras formas de (ou para) “desenvolvimento”. Nesse momento, no ano de 2006, as atividades petrolíferas no Brasil estavam em amplo incremento, estimuladas pela descoberta de um dos maiores campos de exploração de petróleo – o campo do pré-sal – localizado ao norte da bacia de Campos e ao sul da bacia de Santos, no litoral do sudeste brasileiro. Geograficamente, Arraial do Cabo encontra-se justamente na divisa dessas duas bacias de produção de petróleo e, com o crescimento da atividade petrolífera no Brasil, este município anteviu a possibilidade de crescer com a indústria do petróleo. Isso foi, claramente, percebido inclusive numa audiência realizada pelo poder público para o debate das atividades do Porto do Forno. Para isso, os gestores públicos de Arraial do Cabo apostaram no desenvolvimento e na modernização do Porto do Forno, em funcionamento desde 1972. Após ampla divulgação e debates com participação popular, o Porto do Forno obteve, em 2009, a licença de funcionamento para atividades portuárias relacionadas às plataformas petrolíferas, ainda que com restrições. No entanto, tais atividades representam uma ameaça à biodiversidade marinha e à atividade pesqueira, atividade essa que, como já colocado, foi durante muito tempo a principal fonte de sustentação da economia local.

Essa autorização, com apoio popular se deu, sobretudo, devido ao discurso atrativo dos grandes empreendedores que, quase sempre, se utilizam do argumento mais retórico e sedutor para justificar a implantação de um empreendimento potencialmente

poluidor, com base na previsão de “farta” oferta de emprego e renda, como se esta atividade fosse a salvação da economia local, conforme afirmam Santos e Brandão Filho (2010, p. 01). Entretanto, como veremos em detalhes mais adiante, o Porto do Forno está localizado dentro da enseada dos Anjos, área marinha pertencente à Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Atualmente as atividades do Porto do Forno estão embargadas pelo IBAMA devido ao não cumprimento de normas do licenciamento ambiental.

## A Reserva Extrativista Marinha

Na década de 1990, Arraial do Cabo protagonizou a criação da primeira<sup>12</sup> Reserva Extrativista Marinha (RESEXMar) do Brasil, por Decreto Presidencial (s/n) publicado no D.O.U. ANO CXXXV - N° 3 de 6 de janeiro de 1997, pautada no Decreto nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990 de criação das Reservas Extrativistas no Brasil. Seu decreto de criação normatiza, no seu artigo 1º, que “as reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. Tal destinação é reforçada pela Lei 9985 de 18 de julho de 2000 de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que assegura, no artigo 18, que a Reserva Extrativista é uma

área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000, p.12).

Além disso, a reserva tem seu gerenciamento realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>13</sup>.

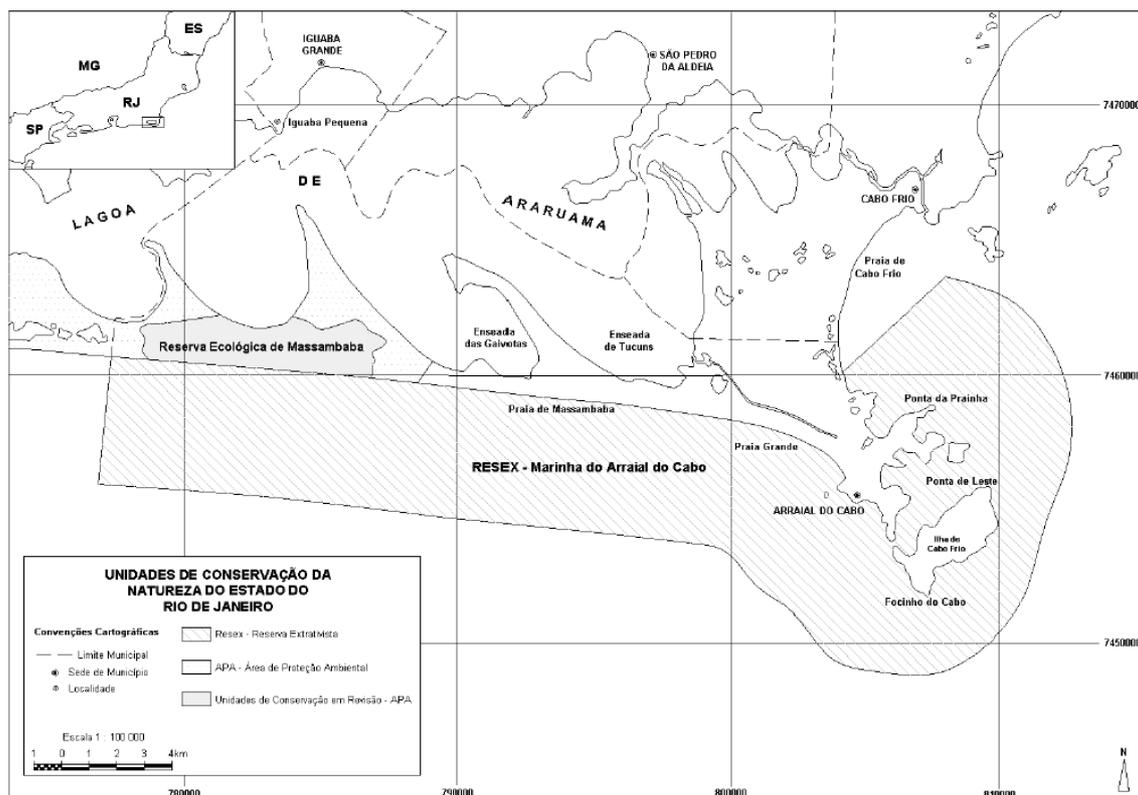
De acordo com o decreto presidencial de criação, a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, conforme mostra a Figura 7, compreende um cinturão pesqueiro entre as praias de Massambaba, na localidade de Pernambuco e a praia do Pontal, na divisa com Cabo Frio, incluindo a faixa marinha de três milhas da costa de Arraial do Cabo, conforme a seguinte descrição baseada em coordenadas geográficas aproximadas: Limite Oeste: 22°56'21”S e 42°18'02”O; Limite Nordeste: 22°56'00”S e 41°55'30”O; Limite Sudeste: 23°04'00”S e 41°55'30”O ; Limite Sudoeste: 23°04'0”S e 42°18'02”O.

---

<sup>12</sup>Ainda que na literatura haja controvérsias com relação à RESEXMar AC ser ou não a primeira Unidade de Conservação deste formato, pois existe uma informação de que em 1992 já havia sido criada uma RESEXMar no estado de Santa Catarina, a Reserva de Pirajubaé (PROST, 2018), Prado (2002) nos aponta a RESEXMar AC como sendo a primeira.

<sup>13</sup> De acordo com o site do órgão, o ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – é uma autarquia em regime especial criada dia 28 de agosto de 2007, pela lei nº 11.516. “É vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.” (<https://www.icmbio.gov.br/portal/> )

Figura 7 – mapeamento da extensão da área da RESEXMar Arraial do Cabo



Fonte: Fonseca-Kruel e Peixoto (2004)

A RESEXMar de Arraial do Cabo, tal qual outras reservas extrativistas, foi criada com o objetivo de proteger a atividade pesqueira tradicional e garantir a sobrevivência dos pescadores artesanais. No que tange à redução do estoque pesqueiro, há uma inconsistência com relação aos dados existentes a respeito da atividade. Nesse sentido, cabe informar que, segundo relatório da FIPERJ,

No Sudeste, a pesca se caracteriza por nítida diversificação e, segundo dados do MPA (2012), a região ocupa a quarta posição na produção de pescado marinho e estuarino do país, sendo o Estado do Rio de Janeiro apontado como o quarto maior produtor nacional (54 mil toneladas). Resultante, principalmente, do estágio avançado de sobreexplotação das principais espécies pelas quais há interesse econômico, além da poluição das águas, as capturas vêm apresentando um comportamento geral decrescente ao longo das últimas décadas. Outro aspecto relevante que contribui para esse cenário é que a produção pesqueira fluminense tem sido tradicionalmente subestimada, por não haver uma coleta de dados de desembarque contínua e eficiente na maior parte do Estado. (RIO DE JANEIRO, RJ. 2011 p. 08)

Analisando os relatórios disponíveis no site<sup>14</sup> da FIPERJ (2011 a 2017), fica claro que há uma divergência nos dados e informações, com relatórios de anos distintos apresentando dados gerais idênticos entre os anos, bem como o texto, indicando uma prática de cópia entre os relatórios e inclusão apenas de dados específicos diferenciados, resultando numa difícil leitura da realidade do estoque pesqueiro.

---

<sup>14</sup> É importante informar que existe um hiato nos dados informados pela FIPERJ, sendo disponibilizados os relatórios anuais de 2011 à 2019. Os dados dos anos da década de 1990, foram disponibilizados de forma compilada, em outros trabalhos disponíveis na internet.

## O Turismo

O turismo em Arraial do Cabo não é algo recente. Com a construção da ponte Rio-Niterói (década de 1970) e a consolidação das estradas de acesso como a BR 101 e a RJ 124, Rodovia Via Lagos, ocorreu um aumento do número de turistas na região. A cidade sempre foi procurada devido às suas belas praias de águas cristalinas e rica biodiversidade, o que a leva ser classificada como “a capital do mergulho”. No entanto, neste trabalho não pretendo me ater a fenômenos biogeográficos, apesar de reconhecer sua importância inclusive para o turismo, mas sim a compreender como o turismo ocorre na arena RESEXMar de Arraial do Cabo (Figura 02) e como a população local, em especial os pescadores, extrativistas tradicionais (conforme cita a lei) lidam e/ou se inserem no turismo.

O chamado “turismo náutico” é uma das manifestações do turismo em Arraial do Cabo, que tanto o ICMBio (BRASIL, 2017a) como outros órgãos do poder público, empresários, visitantes e nativos reconhecem. Essa modalidade, que é também um segmento turístico reconhecido oficialmente, aumenta na mesma proporção em que aumentam os “barcos de passeio” principalmente depois do encerramento das atividades da Álcalis. Esse tipo de turismo também aumentou com a crise econômica que implicou na diminuição das atividades petrolíferas da região pré-sal<sup>15</sup> e, conseqüentemente, no desemprego acompanhado de uma indenização. Esse conjunto de questões será abordado em detalhe como foco desta tese, em especial no capítulo 3 “O turismo atrapalha?: Manifestações de turismo em Arraial do Cabo”.

---

<sup>15</sup> Arraial do Cabo está geograficamente localizado no limite entre as bacias de Campos e Santos, local onde foi descoberto o pré-sal. O pré-sal é uma sequência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos onde foram depositados grandes volumes de matéria orgânica, ao longo de milhões de anos que foram transformadas em hidrocarbonetos (petróleo e gás natural). (PETROBRAS, 2020).

## **Aspectos teórico-metodológicos**

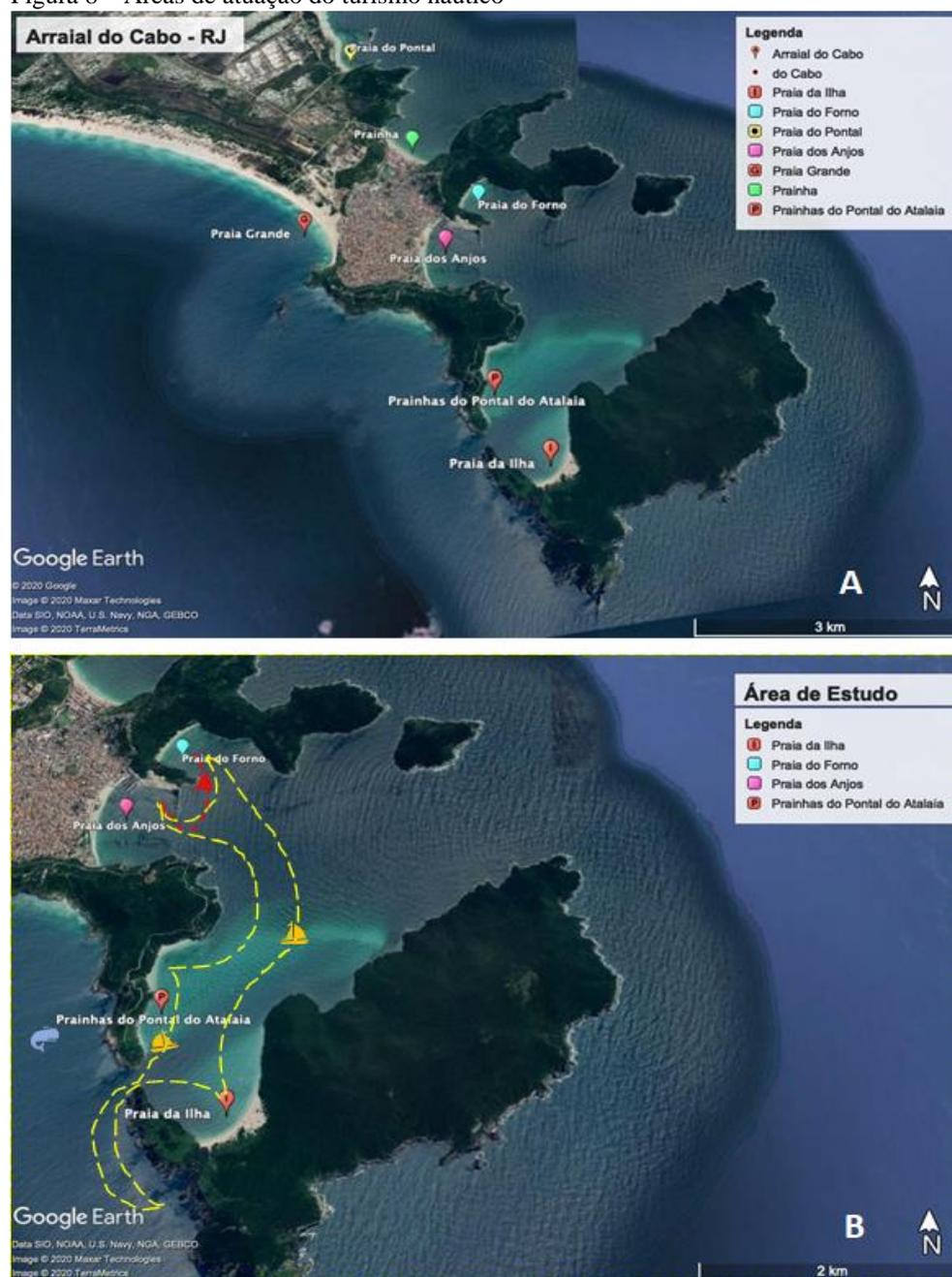
### Escolha do local de trabalho

A escolha da área de pesquisas e deu a partir da identificação de uma atividade turística massiva em ambiente marinho antes utilizado essencialmente para a pesca. Primeiro foi feito um mapeamento a partir do Google Earth para localização do município (Figura 8) e posteriormente, as reduções de escala para que fosse possível, através de imagens de satélite, identificar a arena RESEXMar AC, a área onde são autorizados os passeios náuticos, outros componentes das atividades de turismo e a territorialização dos atores e atividades sociais.

Focalizei a pesquisa nesta área da RESEXMar AC, onde é permitida a prática do turismo náutico, por ser ali o principal cenário de atuação e de encontro dos barcos de turismo náutico e dos referidos à pesca, que partem da praia dos Anjos. Entretanto, não posso deixar de reconhecer que, em faixa costeira, outras formas de atividades turísticas disputam territorialidade com a pesca, uma vez que o turismo se dá de diferentes maneiras nas diferentes praias do município e áreas da RESEXMar AC.

Apesar de Arraial do Cabo ser procurada e aproveitada quase que em sua totalidade para atividades turísticas de diferentes modalidades, me restringi a analisar exclusivamente as áreas de atuação do turismo náutico categorizado por (i) passeios de barcos que partem da Praia dos Anjos (Figura 8a) e que fazem em geral o percurso delineado de amarelo na Figura 8b, passando pelas prainhas do Pontal do Atalaia, pelo Boqueirão, pelas grutas da ilha do Cabo Frio, pelo mar da praia da Ilha do Farol, pela praia do Forno até o retorno ao píer da praia dos Anjos. Desta última saem os (ii) barcos-taxi, que fazem apenas o percurso de ida e volta até a praia do Forno, delineado de vermelho na Figura 8b. Finalmente, há também muito movimento relacionado ao trajeto de (iii) barco para os pontos de mergulho superficial (tubo e máscara) ou profundo (com tanque de oxigênio), como apontado na Figura 9.

Figura 8 – Áreas de atuação do turismo náutico



Legenda: Essa figura é composta de duas imagens. 8A - imagem de satélite identificando as diferentes praias de Arraial do Cabo; 8B - diferentes roteiros adotados pelos barcos de turismo náutico. Fonte: imagens extraídas do Google Earth

Figura 9 -Pontos de Mergulho



Legenda: folder de divulgação dos diferentes pontos de mergulho na cidade de Arraial do Cabo, Capital do Mergulho devido a sua rica biodiversidade resultante do fenômeno da ressurgência.  
 Fonte: <http://www.cabufa.com/mergulho/pontos-mergulho-arraial-do-cabo.htm>

É nessa área de mar com coloração verde esmeralda e águas cristalinas que ocorrem os passeios de barco diariamente durante todo o ano e dão ao município o título de “Capital do Mergulho”, recentemente exposto na placa de sinalização (Figura 10) que marca o início do limite administrativo do município na divisa com Cabo Frio.

Figura 10 - Placa da entrada da cidade



Fonte: Acervo Pessoal

Como dito anteriormente, Arraial do Cabo tem um microclima muito particular, resultante da presença do fenômeno da ressurgência que faz com que seus índices pluviométricos sejam baixos, permitindo que a atividade turística seja realizada o ano inteiro praticamente.

Devo esclarecer que, ao longo da tese, me refiro frequentemente à Ilha Grande, como um contraponto ao caso de Arraial do Cabo. Embora reconhecendo com os pesquisadores da Ilha Grande (PRADO, 2012; FERREIRA, 2010; MENDONÇA, 2010) que ali as configurações locais são bastante diferenciadas em termos das diversas praias, considero digno de nota a proximidade das questões trabalhadas e da confluência dos temas envolvidos, como: turismo, unidade de conservação e populações tradicionais.

### Categorias de análise e referencial teórico

O estudo das relações sociais significativas requer que sejam adotadas categorias de análise para interpretar a realidade para além da sua aparência, em suas contradições e inter-relações.

Quando vislumbrei esta pesquisa, fui motivada pelas dificuldades encontradas pelos pescadores artesanais de Arraial do Cabo diante da inserção e crescimento da atividade turística, principalmente do turismo náutico. Nesse sentido, entendo que pescadores artesanais são grupos sociais pertencentes à categoria de “população tradicional”, prevista em lei, mas sujeita a muitas variações de compreensão tanto no universo dos atores sociais envolvidos com unidades de conservação, como nos estudos a respeito, conforme apontam as teses defendidas pelo Fórum Contra a Privatização da Baía da Ilha Grande (FCPBIG, 2017).

O Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, refere-se à expressão “população tradicional” como povos ou comunidades tradicionais, os quais são definidos pelo Artigo 3 como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007)<sup>16</sup>.

A ideia de população tradicional, como nos apontam Pereira e Diegues (2010), é o centro de diversas discussões, envolvendo uma série de problemáticas relacionadas às políticas ambientais, territoriais e tecnológicas, uma vez que os diversos organismos que trabalham em torno deste assunto apresentam dificuldades e discordâncias na tentativa de indicar uma definição que seja aceita universalmente, o que facilitaria a proteção dos conhecimentos tradicionais difundidos pela tradição oral destas populações.

Para Cunha e Almeida (2001), as populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (através de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas, não necessariamente todas, das seguintes

---

<sup>16</sup> Como nos mostram Pereira e Diegues (2010), este decreto contribui para discussões ao não atribuir a mesma definição para populações tradicionais e povos indígenas, sendo que tanto a legislação que discorre sobre estes grupos quanto às várias pesquisas científicas deixam claro que estes dois grupos apresentam diferenças.

características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto; formas equitativas de organização social; presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; liderança local; traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. Para esses autores, um modo mais apropriado de se entender população tradicional é como uma categoria “habitada”, no sentido de apropriada pelos próprios atores sociais assim classificados, a partir de suas práticas e transformando os “rótulos” a eles atribuídos em “bandeiras mobilizadoras”, garantindo assim a ocupação do território e o consequente uso dos recursos.

Entendo igualmente que, ao trabalhar com populações tradicionais é preciso ter em mente de que se trata também de “identidade social” socialmente construída, como aponta o FCPBIG (2017), e que, no caso em estudo, foi atribuída de fora para dentro da comunidade de pescadores de Arraial do Cabo, assumida pelo grupo e reconhecida pelo Estado quando criou a RESEXMar em 1997.

Vale ressaltar que, diferente do que aconteceu na Ilha Grande - na qual a condição de caiçara foi gradualmente assumida pelos nativos em função de seus interesses em serem reconhecidos juridicamente como população tradicional – em Arraial do Cabo, o surgimento de outras identidades socioculturais, como a de “caiçara”, é bastante complexo. Por exemplo, durante algumas lives do Circuito dos Mestres Sabedores da Cultura Popular<sup>17</sup>, veiculado de forma virtual durante a pandemia de COVID-19, alguns dos participantes ligados a Arraial do Cabo colocavam que essa é uma categoria “mais recente”, enquanto outros, como alguns pescadores e descendentes de pescadores, colocavam que essa categoria é “mais antiga” em Arraial do Cabo.

Esse auto reconhecimento como caiçara refere-se a uma identidade reconstruída, como resultado ou em processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial e com os neomitos criados por esta, como indicado por Diegues (2001).

Dentre os autores que discutem o caráter de construção e de negociação que envolvem a ideia de identidade social, Bauman (2005, p.17) coloca que “pertencimento e identidade

---

<sup>17</sup>“O Circuito dos Mestres Sabedores da Cultura Popular’ busca trabalhar com os saberes e os fazeres tradicionais com a perspectiva de salvaguardar o patrimônio cultural material e imaterial de forma descentralizada. No âmbito do projeto, ‘Museus/Salas Expositivas’, localizados nas casas, ateliês, coletivos, oficinas e espaços de trabalhos, como por exemplo, nos paióis dos pescadores artesanais de ‘canoas de borçadas’ da cidade de Arraial do Cabo, na Região dos Lagos. Além disso, a iniciativa atua na educação patrimonial para moradores (em particular, para estudantes), visitantes e turistas. Este ‘circuito’ visa gerar trabalho e renda, através do TBC – Turismo de Base Comunitária, com foco na salvaguarda do patrimônio cultural e no desenvolvimento local.” (PATRIMÔNIO FLUMINENSE, 2019 – *on line*)

não têm solidez, sendo negociáveis e revogáveis, a partir das decisões que o indivíduo toma e dos caminhos que percorre”. Nesse contexto, minha percepção inicial foi a de que as modificações desenvolvidas e operadas por pequenos barqueiros e grandes empresários levou a um processo de desterritorialização das populações tradicionais (neste caso, os pescadores) dentro do seu ambiente de trabalho.

Nesse contexto impõe-se também a adoção da categoria “territorialidade”, em relação à qual opto pelas concepções de Haesbaert (2003), Spósito (2009) e Arruda (2010), tendo em vista que é a partir da disputa pelo uso do espaço que os pescadores de Arraial do Cabo são reconhecidos e se reconhecem como “tradicionais”. Para Arruda,

as ações que desencadeiam um espaço transformado; particularizado pelos grupos que o dominam constituem as *territorialidades* deste espaço apropriado, ou seja, constituem as territorialidades do território ocupado, já que este não mais poderá ser entendido sem as relações de poder dos grupos que lhe conferem corpo (ARRUDA, 2010, p. 02).

Para entender essa dinâmica de “reorganização territorial”, é necessário compreender “território”, conceito muito trabalhado por geógrafos e redescoberto pelas Ciências Sociais, como aponta Rogério Haesbaert (2007), que inclui o componente de historicidade no conceito, com a qual território é compreendido a partir da sua abrangência histórica e seu caráter absoluto ou relacional. Nessa perspectiva, território é construído a partir da interação entre múltiplas dimensões, sendo elas: i) a dimensão natural, concebida a partir do caráter biológico; ii) das relações de poder / política; iii) do plano simbólico-cultural e iv) econômica.

Para Rogério Haesbaert o território é compreendido por diferentes enfoques, a partir de uma classificação pautada em três vertentes básicas conforme nos apontam Bordo *et al.*

1) jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural(ista), que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (Bordo *et al.* 2004, p.03).

Estas visões conceituais serviram como guias de investigação para as questões desta tese, a respeito das relações de poder entre os grupos que atuam no território e o papel do Estado; a questão da identidade e as desterritorializações decorrentes destas disputas.

Cabe aqui ressaltar que, como dizem Bordo et al.,

Cada autor, dependendo da sua linha de trabalho e de suas concepções teórico-metodológicas, dá ênfase a alguns aspectos dentro do território, seja o aspecto econômico, político e cultural ou o entrelaçamento destes fatores, para explicar o conceito e a dinâmica de um espaço que está sempre em construção. (Bordo *et al.* 2004, p. 01)

Paralelamente à questão territorial, assumo com Vivacqua e Vieira (2005), Muniz (2009) e Little (2006), a concepção de “conflitos socioambientais” como o conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, protagonizado por aqueles que buscam autonomia por meio de uma maior participação nas tomadas de decisão.

Por se tratar de um estudo pautado na interferência da atividade turística nas atividades de pesca de Arraial do Cabo/RJ, adoto o “turismo” como outra categoria de análise, interpretando o processo levando em conta o conceito de “turismização”,

construído na pesquisa etnográfica realizada na Ilha Grande para significar o processo “turismizador” responsável não apenas pela alteração no estatuto e na utilização dos lugares, mas também pela influência nas relações e modos de vida e identidade (...) colocando foco no plano simbólico - de relações, de representações, de significados, identitário e histórico - como imbricado com o turismo (MENDONÇA e PRADO, sd, p. 1),

Entendo, assim a “turismização” como um fenômeno social que abrange tanto os visitados como os visitantes envolvidos na sua ocorrência, e adotando como base a perspectiva de que não se pode pensar em “turismo” de forma genérica, mas sim de “turismos”, ou seja, o turismo é visto na sua diversidade, em seus diversos formatos e nas diversificadas experiências provocadas e vivenciadas (PEREIRO e FERNANDES, 2018; GRUNEWALD, 2003) na medida em que a sua ocorrência se dá de formas variadas, sendo o caso de Arraial do Cabo uma delas.

Relativizo a ideia de comunidade “afetada” pelo turismo, como sugere Steil (2004), quando analisa duas coletâneas de momentos históricos diferentes, mostrando que a relação visitantes / visitados deixa de ser vista como de passividade por parte dos visitados, baseado numa “estrutura narrativa implícita que via as comunidades hospedeiras como totalidades idealizadas a serem preservadas contra a ação de qualquer agente externo”, e passando a assumir um caráter de contribuição na construção da identidade de ambas as partes, como “espelho invertido”. E adoto a ideia de “comunidade turística”, aquela composta tanto pelos visitados que de alguma forma se envolvem com a atividade turística, quanto pelos visitantes, no contexto de uma “arena turística”, espaço

territorial e sociocultural de ocorrência da atividade turística em determinada comunidade receptora, como sugere Grunewald (2003), apesar de enfatizar a voz do visitado (do pescador artesanal da RESEXMar) na presente pesquisa.

Assim, o Quadro 1 sintetiza as categorias de análise e meus principais referenciais teóricos a serem utilizados ao longo da tese.

Quadro 1 - Principais marcos teóricos do trabalho - categorias de análise e autores

Categoria de análise	Autores de referência
1- População Tradicional	Almeida; Cunha; Diegues; Pereira; Prado, R.; Prado, S.
2-Identidade Social	Almeida; Bauman; Cunha; Diegues; Moresco; Ribeiro; Prado, S.
3- Territorialidade/território	Arruda; Haesbaert; Heidrich; Lopes de Souza; Santos; Sposito
4-Conflitos Socioambientais	Little; Vieira; Vivacqua
5-Turismo	Fernandes; Grunewald; Mendonça; Prado, R.; Steil; Pereira, X.
6- Arena	Sardan
7 – Arena Turística	Grunewald

## Procedimentos de pesquisa

Esta tese foi elaborada a partir de uma abordagem antropológica, ou seja, da perspectiva etnográfica, que implica uma orientação teórica e uma atitude interpretativa em busca dos significados envolvidos no contexto estudado (PEIRANO, 2008 e 2014; GEERTZ, 2008). Como geógrafa que sou e sendo o trabalho de campo uma tradição importante na Geografia, também considero, seguindo Beaud & Weber (2007), que o fazer etnográfico através de trabalho de campo se fundamenta na consideração e no estabelecimento de relações – entre os pesquisados e entre o pesquisador e os pesquisados – implicando uma reflexividade permanente no exercício da pesquisa e uma determinada duração de tempo.

Para tanto, realizei pesquisa qualitativa, que, conforme Minayo et al (2016, p. 20), “responde a questões muito particulares. Essa ótica de pesquisa está voltada dentro das Ciências Sociais, para o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes”. Assim se caracteriza a pesquisa em que se baseia esta tese, na medida em que toma como objeto de estudo esse mesmo universo de aspectos, forjados nas relações sociais dos pescadores/barqueiros de Arraial do Cabo/RJ, e foca na relação e na compreensão dos significados explicitados.

O trabalho de campo envolveu: observação participante, implicando moradia no lugar, convivência e observação prolongadas com os grupos locais; e entrevistas com alguns atores sociais envolvidos no turismo, na pesca e na gestão da RESEXMar de Arraial do Cabo. Além disso, as investigações foram realizadas com base em: pesquisa bibliográfica referente a textos em especial relacionados à temática do turismo, da pesca e do extrativismo e à localidade estudada; pesquisa documental, recorrendo, por exemplo, a estatutos, atas de reuniões e textos legais

Quanto às principais referências relacionadas a estudos acadêmicos sobre a localidade de Arraial do Cabo e respectivos temas abordados, devo dizer que recorri em especial a Simone Moutinho Prado, em seu trabalho referencial *Da anchova ao salário-mínimo* (2002). Outros trabalhos foram recentemente publicados tangenciando nosso campo de estudo, tais como: *A pesca artesanal e a culinária típica em Arraial do Cabo antes da instalação da Companhia Nacional de Álcalis- RJ*, por Luiz Fernando Brettas (2018), e *Paisagem da pesca em Arraial do Cabo: conflitos e potencialidades*, por Almeida e Tardin (2019).

Decidi coletar os dados da pesquisa por meio de entrevista semiestruturada, posto que permite que se faça questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa (TRIVIÑOS 1987, p. 146), podendo gerar novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos participantes. A entrevista semiestruturada, diferente do questionário, permite que o foco seja aplicado pelo pesquisador, com alguma flexibilidade durante a entrevista. A entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para realizar as entrevistas, construí um roteiro semiestruturado de 25 questões (Apêndice I) que orientou a condução das conversas. Algumas perguntas permitiam desdobramentos em itens ou temas que foram previamente pensados e estavam apontados entre parênteses. No entanto, não necessariamente seria preciso seguir à risca tal sugestão, a depender do andamento da entrevista ou da necessidade de maior esclarecimento de algum ponto. A cada entrevista, se necessário, poderia ser incluído um item ou tema em qualquer pergunta. A maior parte das perguntas foi do tipo aberta, permitindo manter a fala do entrevistado em seu contexto original.

Para realizar as entrevistas com os pescadores me dirigia, às 8 horas da manhã, para a colônia de pescadores, localizada na Marina dos Pescadores, na Praia dos Anjos (Figura 11). O período da manhã foi escolhido por ser o momento de retorno das atividades de pesca que são realizadas durante a noite. Dependendo do recurso a ser pescado, o horário de saída dos barcos pode variar ao longo do dia e da noite, havendo ainda os que passam dias seguidos pescando. As entrevistas foram feitas com os pescadores que se disponibilizaram a conversar comigo, o que definiu e justificou o número final de entrevistados: cinco homens e uma mulher, conforme apresentado no apêndice 2. Além disso, devo esclarecer que a previsão inicial de realização de entrevistas foi prejudicada pelo advento da pandemia, reduzindo significativamente a quantidade realizada.

Figura 11 - Condições da entrevista e da observação participante.



Legenda: 11 - construção da sede provisória da Colônia de Pescadores, onde foram realizadas as entrevistas. Fonte: Colônia Z5 – página do facebook.

Cabe ressaltar que algumas entrevistas, pela natureza do ambiente, tomaram caráter coletivo com a participação de outros pescadores se agregando ao entrevistado inicial constituindo um pequeno debate sobre os temas. Cabe ainda esclarecer que um entrevistado em particular – Seu J. – foi uma fonte especialmente rica e que alimentou boa parte das minhas “descobertas” sobre a realidade local. Uma ilustração disso é que são dele as frases que compõem os títulos dos capítulos desta tese e que representam precisamente as questões tratadas.

Se, de um lado, a pandemia veio prejudicar o andamento de tudo que dizia respeito à pesquisa realizada em campo, por outro lado, em função dela fui levada a recorrer a fontes que não havia previsto, tais como lives organizadas pelo “Circuito Mestre Sabedores”, reuniões online organizadas pela FIPERJ e grupos de discussão sobre a documentação da RESEXMar AC.

Usei também, na Conclusão deste trabalho, a ferramenta “Nuvem de Palavras”, a

fim de tornar visíveis as palavras mais citadas e mostrar os temas recorrentes nas falas dos meus entrevistados. Nuvem de Palavras é um recurso gráfico que permite mostrar a frequência das palavras mais utilizadas nos textos – por meio do tamanho das palavras, ou seja, as mais frequentes ficam evidentes em fontes maiores e as menos frequentes em fontes menores. Artigos, pronomes e preposições são palavras retiradas, ou seja, ignoradas no processo da construção das nuvens (MCNAUGHT e LAM, 2010). As nuvens de palavras foram geradas através do *website* wordclouds.com.

As entrevistas tiveram duração média de 40 minutos cada uma, todas gravadas e depois transcritas por mim e analisadas segundo as categorias e conceitos referenciados nesta tese. Todos os entrevistados concordaram em participar e autorizaram o uso dos dados coletados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do termo de concessão de uso de imagem e áudio (Ver Anexos I e II) e tiveram suas identidades preservadas como prescrito na legislação de pesquisa com seres humanos. Um dos entrevistados assumiu o caráter de colaborador por ser um ex-aluno e amigo pessoal.

Utilizei a observação participante conforme os pressupostos desse procedimento, bem sistematizados por Lícia Valladares (2012) na resenha do clássico livro de William Foote Whyte, *Sociedade de esquina*: (a) longo tempo de observação da área e do problema; (b) o pesquisador não tem controle da situação; (c) o pesquisador interage diretamente com os pesquisados; (d) e é nitidamente diferente do grupo pesquisado; (e) admite que alguns dos pesquisados podem se transformar de “informantes-chave” para “colaborador”, esclarecendo incertezas e até dando sugestões para a pesquisa; (f) o pesquisador está todo o tempo sendo observado pela comunidade pesquisada; (g) a observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos, levando o pesquisador a saber quando perguntar ou não, e a hora certa de fazer a pergunta, e a nem mesmo necessitar de entrevistas formais: com o tempo os dados praticamente “caiam no meu colo”; (h) uso de diário de campo em diferentes formatos (notas redigidas em cadernos reais e em espaços virtuais); (i) admite aprendizagem com erros cometidos; (j) há expectativa de devolução do resultado de seu trabalho para os entrevistados.

As imagens utilizadas nesta tese foram obtidas ou por fontes da internet identificadas nas legendas ou capturadas por mim durante atividade de campo no período de realização da pesquisa. Vale ressaltar que, devido ao fato de ter morado e trabalhado na cidade em período anterior ao de realização desta tese, algumas imagens de acervo pessoal foram capturadas anteriormente.

\*\*\*

Os resultados da tese estão estruturados em três capítulos e mais a conclusão, cujos títulos foram retirados da fala de um dos pescadores do lugar e que refletem as questões centrais aqui focalizadas. No capítulo 1, o foco está nos pescadores e questões a eles relacionadas, sobretudo o seu senso de identidade e de pertencimento ao lugar. No capítulo 2, é focalizada a RESEXMar de Arraial do Cabo com as implicações de sua criação e manutenção, sobretudo na relação com a presença dos pescadores e dos turistas. No capítulo 3, trato do turismo e sua repercussão no local, sobretudo quanto à coexistência com os pescadores locais e a RESEXMar AC.

## 1 CABISTA DA OVA DO PEIXE”: OS PESCADORES E SEU SENSO DE PERTENCIMENTO E IDENTIDADE

Pescadores artesanais



Fonte: Acervo Pessoal - 2020

Iniciei este trabalho a partir de uma vivência em Arraial do Cabo desde quando ainda não tinha a intenção de desenvolver ali uma pesquisa. Morei durante cinco anos (de 2006 a 2011) e fui casada com um “cabista” neto de pescador. O que sempre me chamou a atenção foi a relação dos nativos com a natureza do município, principalmente da parte dos mais velhos e dos pescadores mais velhos. Refiro-me a estes porque, como veremos mais à frente, os mais novos não apresentam tanto apego às tradições locais, como por exemplo as artes de pesca artesanal, tais como a função de vigia do cardume e a da tessitura das redes de pesca. Ao mesmo tempo, os mais novos não querem abrir mão da identidade de pescador, uma vez que ser pescador no contexto de uma Reserva Extrativista Marinha – que no caso foi criada também em função da existência de pescadores artesanais – traz alguns benefícios como o recebimento de auxílios financeiros, e o direito de pescar em determinadas situações como foi o caso durante o período da pandemia de COVID-19. No entanto, na maioria das vezes eles não se identificam como “pescador”.

Ser “cabista” equivale à ideia de ser “caiçara” na Ilha Grande, conforme apresentado por FCPBIG (2017, p.01) ao dizer que “quando falamos de 'caiçaras' nos referindo a grupos humanos no Brasil, estamos falando de certo modo de vida, de uma cultura no sentido antropológico – que se pode caracterizar e identificar por uma série de atributos e maneiras de pensar e viver”. Talvez a principal diferença do cabista para o caiçara seja a assunção, pelo cabista, de uma identidade prioritariamente associada à localização geográfica. Cabista, de acordo com os locais, e pelo que Prado (2002) nos mostra em seu trabalho, é quem nasce em Arraial do Cabo, apesar de ser quase impossível esbarrar com algum cabista que não tenha alguma relação com o mar de uma ou outra maneira, como é o caso também dos caiçaras.

Estamos aqui diante de uma questão de identidade social tanto no que diz respeito a ser cabista quanto a ser caiçara. Na literatura acadêmica o conceito de identidade é tratado de diferentes maneiras. Neste trabalho, me apoio, dentre outros, em Bauman (2005), que coloca identidade como algo a ser “alcançado”. Ou seja, no caso de Arraial, quem se sente pertencente ao local automaticamente já se identifica como sendo cabista, enquanto aquele que não se sente pertencente busca por algum meio de afirmar esse pertencimento (“já moro aqui há muito tempo, já sou cabista”). Isso leva também ao conceito de “lugar” na Geografia, que pode ser definido como o espaço com o qual as pessoas se identificam.

Mas no caso da identidade de cabista, o sentimento da identificação passa por essa localização geográfica.

Tendo em vista a influência do lugar, segundo minhas observações, e também pelas realizadas por Prado (2002), em determinadas situações, a auto identificação como cabista se sobrepõe àquela de ser pescador podendo os termos ser usados como sinônimos. Isso se deve ao modo de vida local. Tal qual os caiçaras da Ilha Grande, os cabistas, enquanto pescadores artesanais locais, configuram uma população tradicional, categoria prevista em lei diante da relação que eles mantêm com o ambiente onde estão inseridos, classificado como unidade de conservação. O termo “cabista” expressa uma noção local de pertencimento e não uma assunção por contingências advindas de novas relações com a sociedade abrangente. Não se trata, então, de uma questão de “assumir” uma identidade, como o FCPBIG (2017) mostra ter ocorrido no caso da Ilha Grande com uma parte dos caiçaras locais, mediante contingências políticas de um lado (reivindicar direito ao território) e de interesses frente ao turismo de outro (tornar-se um atrativo). Depois de 12 anos vivendo e convivendo em Arraial do Cabo, percebi que “ser cabista” é se (re)conhecer diante de uma realidade herdada: a de ser nascido na cidade de Arraial do Cabo e de viver conforme um modo de vida local que é associado à cultura da pesca – e ter uma relação direta com o mar (Figura 12).

O orgulho de ser cabista e de ser pescador é algo presente e marcante no município, desde a forma de falar até a forma de se relacionar com o ambiente, o que, como vimos, se traduz na construção de um senso de pertencimento e identidade.

Na dissertação de Luiz Fernando Brettas (2018), o autor sistematizou expressões cabistas relacionadas à pesca. No entanto, o que percebi é que esse orgulho é colocado em xeque algumas vezes. É comum o cabista bater no peito para dizer que é pescador, mas pode não se reconhecer como tal, por exemplo, no momento em que é questionado sobre sua ocupação laboral, o que tem a ver com uma autodesvalorização diante de certas mudanças ocorridas, como apresentarei adiante.

Figura 12 -O cabista e o pescador



Legenda: 12A - pesca de arrasto da Praia Grande, arte tradicional da pesca artesanal. Fonte: Arraial do Cabo histórico (2020); 12B - redes de pesca secando na praia ainda como faziam em tempos passados. Fonte: acervo pessoal (2020). 12C - a famosa cacimba, local onde havia uma bomba para coleta de água doce. No canto inferior esquerdo da foto, a imagem da mesma cacimba no ano de 2017. Fonte: Arraial do Cabo Histórico (2020)

Dentre as características peculiares do cabista, está a forma e o vocabulário utilizado. O cabista tem quase um dialeto próprio, com gírias e hábitos particulares que variam de acordo com a praia, inclusive configurando até mesmo um certo bairrismo entre as diferentes praias. Essas gírias são percebidas no dia a dia, nas conversas de mesa de bar, nas discussões e almoços de família. São termos bastante comuns e muito particulares, e que sustentam essa identidade. Tais expressões motivaram, inclusive, a criação de um dicionário de “cabistês”, que circula informalmente na cidade e onde é possível encontrar as principais expressões usadas pelo cabista e seus significados. Nesta tese, fiz a opção por usar expressões<sup>18</sup> tal qual os cabistas fazem uso, inserindo-as, às vezes, no início da frase, no lugar de uma interjeição.

Se você perguntar ao cabista se ele se orgulha desse jeito particular de falar, com certeza ele vai te responder com um “Ham! Quié djele?”<sup>19</sup>. O orgulho dessas expressões é tamanho que originou uma marca de roupas que traz estampada em suas camisas as mais frequentes.

Para além do vocabulário muito particular, o cabista apresenta costumes igualmente singulares. É comum você chegar no fim da tarde na marina dos pescadores e perceber os mais antigos sentados no píer do cais observando as gaivotas e vaiando quando elas não cumprem com presteza o seu papel de capturar peixes. “Uscaaa!!!<sup>20</sup> Bobalhona.”

É comum, também, encontrar muitos deles na feira do mercado público aos sábados, programa quase obrigatório do tradicional do distrito sede. Também não é estranho chegar na Praia Grande e observar Seu C., pescador antigo, passando o tempo consertando canoas, ou chegar na Praia do Pontal e ver redes secando ao sol (Figura 11B), ao lado dos paióis de pesca. Todas essas práticas alimentam a construção da identidade do cabista.

Não posso deixar de mencionar que uma mesma expressão como essas que usei como exemplo acima, tão comum no dia a dia do cabista, pode ter diferentes significados. Tudo vai depender da entonação adotada pelo autor da fala, trazendo a subjetividade de suas definições.

---

<sup>18</sup>As expressões citadas nesta tese mais algumas, estão no final do trabalho, no anexo 3, “Dicionário Cabistês”.

<sup>19</sup> “Quié djele”- pode significar por exemplo uma expressão usada para interpelar alguém: “claro”, “óbvio”, “qual é a tua”, “tá de brincadeira”

<sup>20</sup> Usca é a expressão usada para dar vaia a algo ou alguém.

Dizem os mais antigos (e alguns dos mais novos reproduzem) que, “quem bebe da água da cacimba nunca mais vai embora”<sup>21</sup>, fazendo alusão aos forasteiros que aqui chegaram e se instalaram. Arraial do Cabo, hoje, tem grande percentual de pessoas de fora do município e até mesmo de fora do país. É perceptível a presença de argentinos, mineiros, paulistas e europeus de diferentes países. Mas esses não são e não se tornam cabistas. Nem mesmo quem nasce da união de um cabista com um forasteiro é um cabista, quando muito: “quase cabista”.

Esse, no caso, é o que chamam de “caringô”, herança do tempo em que Arraial do Cabo foi “invadido” por migrantes para o trabalho na Companhia Nacional de Álcalis. Aliás, há diferentes interpretações sobre quem é caringô, identidade atribuída ainda hoje aos que vêm de fora. Alguns dizem que é aquele que vem de fora, de qualquer canto do mundo. Outros dizem que é apenas quem vem do norte e noroeste fluminense e do estado do Espírito Santo. São muitas as interpretações, mas de forma geral, todas elas deixam claro que caringô é aquele que não é filho da terra, o que não é “cabista da ova do peixe”, cabista raiz.

Ser “cabista da ova do peixe”, que escolhi como título para este capítulo, é a expressão que traduz esse sentimento, de ser nascido e criado em Arraial do Cabo e/ou ter grande prática de pescador. A analogia apontada pelo referido entrevistado é que “no Rio vocês são carioca ‘da gema’”. Para alguns, ser cabista é ser “nascido e criado no Cabo” e esse “nascido” é, literalmente, na cidade, onde nem hospital havia até uma certa altura. Sendo assim, ser cabista é ser nascido de parteira, dentro de casa. Para outros, ser cabista é estar na cidade há muitos anos, mesmo não tendo nascido nela e sim em Cabo Frio, cidade vizinha que teve Arraial do Cabo como distrito até a emancipação.

De acordo com Moresco e Ribeiro,

a identidade tornou-se uma palavra-chave largamente estudada e de relevância sociopolítica da pós-modernidade. A justificativa ampara-se na ambiguidade da palavra e/ou no entendimento de que a identidade é um problema em meio à crise, ao deslocamento, à incerteza. (MORESCO e RIBEIRO. 2015, p. 169)

Tal afirmativa é ilustrada na fala de P. (cabista e biólogo atuante na colônia dos pescadores, da qual é representante) quando questionado sobre o que é ser cabista. Ele diz que é:

*Lutar pelos ideais da nossa própria identidade. Eu vejo hoje que nós perdemos muita identidade, a cidade virou um polo turístico e acabou muito a tradição*

---

<sup>21</sup>Cacimba é o lugar (ver figura 12C) onde os antigos iam buscar água doce. A expressão usada pelos moradores faz alusão a essa tradição.

*que a gente tinha, costumes... hoje nós somos impedidos de subir no farol velho, somos impedidos de tomar banho na ilha, porque tem que ter autorização. Ficou restrito nosso ir e vir dentro da própria cidade. (Sr. P, 2020)*

Na visão de P., houve uma perda do que ele mesmo coloca como a identidade do cabista diante do incremento do turismo e das diferentes referências culturais que se apresentam com a chegada de novos moradores (empregados da Álcalis) e de visitantes frequentes (turismo).

A fala de P. vai ao encontro do que coloca Prado,

No decorrer deste século, dentro de Arraial do Cabo, os costumes mudaram em ritmos diversificados e entre os cabistas natos, o que mais chama atenção é o conflito de gerações. Os que tem mais idade ainda conservam, de certo modo, o Arraial do “antigamente”, com seus sotaques carregados de “erres” ibéricos; lembram com saudade da época em que todos tinham laços familiares e comemoravam juntos, ainda que brigando, suas festividades católicas e é para estes hoje que os acontecimentos se desenrolam rápido demais. Os mais jovens do Cabo, diferentemente, falam com os tons da capital, dificilmente conhecem a vegetação nativa, pouco veem seus padrinhos, e buscam sempre uma vida mais anônima. Quando o assunto se refere às suas idiossincrasias, almejam sempre por mais mudanças e mais liberdade individual. (PRADO, 2002, p. 128)

Nessa linha de reflexão, recorro ainda a Moresco e Ribeiro, que propõem que,

nesse intercâmbio cultural entre os sujeitos na qual a sociedade está embebida – também chamado de interculturalidade – destaca-se a importância da identidade enquanto narrativa. Entende-se que toda identidade é gerada e constituída no ato de ser narrada como uma história, no processo prático de ser contada para os outros. (MORESCO e RIBEIRO, 2015 p.170)

Em uma das narrativas que se apresentam em Arraial do Cabo, o que se coloca é a perda de parte dessa história, no sentido de deixar morrer a memória. As diversas narrativas ficam bem presentes quando se tem como referência as diferentes gerações e suas visões de mundo. E são, também, essas diferenças que pautam a diversidade de opiniões sobre a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo e sua gestão pelo ICMBio.

Também com a implantação da RESEXMar AC, a identidade da população local, ou parte desta – justamente os que se assumem como “pescadores/cabistas” – tornou-se uma questão. O objetivo da criação dessa unidade de conservação de interesse ecológico-social era proteger a atividade da população tradicional (pescadores artesanais), através da normatização das diferentes atividades profissionais e amadoras desenvolvidas naquele espaço e de suas respectivas áreas de uso.

Prado nos diz que

É a partir dessa problemática, mais precisamente a partir dos impasses quanto à existência de populações humanas nas UCs, interdita por lei na maior parte delas, que a noção de população tradicional se constitui no Brasil, com sentidos específicos: no campo político das disputas na vida social; no campo jurídico que regula todo esse universo e que gradualmente vai incorporando a categoria de “população tradicional”; e no campo acadêmico que tenta dar conta de tudo isso. (PRADO.2012, p.03)

Durante as assembleias de criação da RESEXMar AC, segundo Prado (2002, p.103), ficou demonstrada a dificuldade de se definir, com clareza, esses pescadores/cabistas, dados os mecanismos de mudança social incorporados às atividades econômicas desenvolvidas em Arraial do Cabo, que impedem que se saiba quem é e quem não é pescador tradicional.

Entre outros autores<sup>22</sup> que apontam para (e nos seus estudos se referem a) o caráter de construção e de negociação que envolvem a ideia de identidade social, Bauman (2005, p.17) coloca que “pertencimento e identidade não têm solidez, sendo negociáveis e revogáveis, a partir das decisões que o indivíduo toma e dos caminhos que percorre”. Essa perspectiva nos auxilia na consideração do caso dos pescadores/cabistas aqui em questão.

Pude perceber que a população de Arraial do Cabo, aí incluídos os pescadores, ora percorre milhas marítimas em barcos realizando atividades turísticas, ora puxa linhas e redes à beira da praia, ora aluga seus imóveis na alta temporada. Há ainda aqueles que exercem todas essas atividades ao mesmo tempo, o que contribui para a ressignificação de suas identidades enquanto desenvolvem estratégias de enfrentamento das adversidades e seduções econômicas.

Assim, pode-se dizer que a questão da ressignificação da identidade do cabista está diretamente relacionada com a questão da territorialidade, em vista da ocupação dos espaços com a chegada da RESEXMar AC e a intensificação do turismo, que influencia em outras opções socioeconômicas.

Diegues (2007) aponta que, além do conhecimento tradicional que caracteriza um pescador tradicional, o conceito de território se apresenta como apropriação social e cultural por parte dos pescadores como forma de controlar o acesso de outros pescadores vindos de fora para pescar nos pesqueiros “do cabo”. Dessa perspectiva, poderia dizer

---

<sup>22</sup> Ver, por exemplo: Grunewald (2002) a propósito dos índios Pataxó transformados em “índios turísticos” e FCPBIG (2017) a propósito da questão da categoria “populações tradicionais” e dos caiçaras na Ilha Grande.

que em Arraial do Cabo, a pesca perdeu parte do seu território para a atividade turística que ali se intensificou. Ou seja, o conflito não se dá mais com outros pescadores “de fora”, mas com os trabalhadores de turismo.

Para essa análise, recorro, dentre outras, à abordagem e definição de território adotada por Marcelo Lopes Souza (2013, p.78) que o define como “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Essa definição parte da análise de quem e como se domina ou influencia esse espaço. Territórios então, para o autor, são construídos e desconstruídos nas diversas escalas geográficas e temporais, podendo ter caráter permanente ou periódico, dentro de uma abordagem política e cultural. Também o geógrafo Milton Santos coloca que território é o espaço determinado por seu uso e envolvendo relações de poder. Santos (2012, p.137) diz que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. (...) O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida”. Na análise do caso de Arraial do Cabo, podem-se projetar essas visões de território referidas nas relações de poder, considerando-se o que venho colocando sobre a identidade dos cabistas/pescadores e o modo como fazem uso dos espaços para o seu trabalho em convivência e disputa com as atividades turísticas, estas realizadas por cabistas, pescadores cabistas e pessoas de fora.

Bordo et al (2004), em sua avaliação de diferentes abordagens da concepção de território, apresentam uma característica comum a essas abordagens no que se refere à definição de território: em todas elas, a ideia de poder está implícita de uma maneira ou de outra, seja pelo viés político, seja pelo econômico, pelo cultural ou pela relação entre todos esses e a natureza. Sei que esses diferentes autores fazem uma leitura do território a partir de uma questão específica. Milton Santos (2001, 2006, 2014) define território a partir dos diferentes usos que aquele espaço delimitado tem, a partir de uma vertente economicista. Já Rogério Haesbaert (2003, 2004, 2016) define território analisando as identidades presentes naquele espaço, trabalhando com a ideia de multiterritorialidade. Enquanto isso, Marcelo Lopes de Souza (2001, 2013, 2019) faz uma leitura do espaço definido como território a partir dos conflitos existentes. Reconheço e dialogo com essas diferentes visões, não só no que coloco a seguir, mas em outras reflexões nesta tese que envolvem usos, multiterritorialidade, conflitos em relação a território.

A disputa territorial, que hoje ocorre sobretudo mediante as atividades ligadas ao turismo, teve início com a chegada da Companhia Nacional de Álcalis e dos migrantes vindos para trabalhar na empresa, como mencionado anteriormente. Conforme colocado

por Prado (2002) em seu estudo sobre Arraial do Cabo, o antes e o depois da CNA é revelador também quando se percebe o conflito entre uma noção de “cultura” / “civilização” e as visões/práticas dos pescadores nativos. De um lado, a Álcalis representando o lado do desenvolvimento, do progresso, do moderno, do civilizado / detentor de cultura; de outro lado o modo de vida local, que passa a ser identificado como “atrasado” e/ou “primitivo”. Quando um cabista enxerga seus saberes como primitivos, isso explicita o quanto ele assimilou do significado do termo “civilizado” trazido pelos que vêm de fora, os “forasteiros moderninhos” na sua visão. Nessa nova ótica, apenas a industrialização e o “progresso moral” tornariam o Brasil um país desenvolvido (PRADO, 2002). Nesse sentido, segundo a autora, parte da população de Arraial do Cabo introjetou essa ideia e a persegue em suas práticas produtivas cotidianas.

É importante destacar que a RESEXMar AC foi criada há cerca de 20 anos depois da grande “explosão” do fluxo turístico da região turística denominada Costa do Sol. Em toda a região, incluindo Arraial do Cabo, as transformações dos espaços característicos de uma vila pesqueira foram constatadas diariamente e deram lugar a empreendimentos turísticos e à mão de obra para atender ao novo ator social, o turista. Essas novas configurações do espaço litorâneo fizeram com que os pescadores dividam os espaços de seus barcos e apetrechos com barraqueiros, empresas de aluguel de barcos para passeio e banana boats, demais serviços turísticos e turistas, “enquanto no mar atividades de passeios e prática de mergulho dividem espaço com barcos pesqueiros.” (MENDONÇA, MORAES, COSTA, 2013, p. 382).

Inúmeros edifícios modificaram as orlas das várias praias de Arraial do Cabo. O Porto do Forno, inaugurado em 1972, é um exemplo. Modernizado na primeira década dos anos 2000 e apresentado pelo poder público como possibilidade de geração de emprego e renda para a população. Estes itens interferem diretamente na dinâmica litorânea deste município; e pode-se dizer que essa configuração ilustra o que o cabista herdou daquela ideia de progresso no âmbito daquele discurso de progresso.

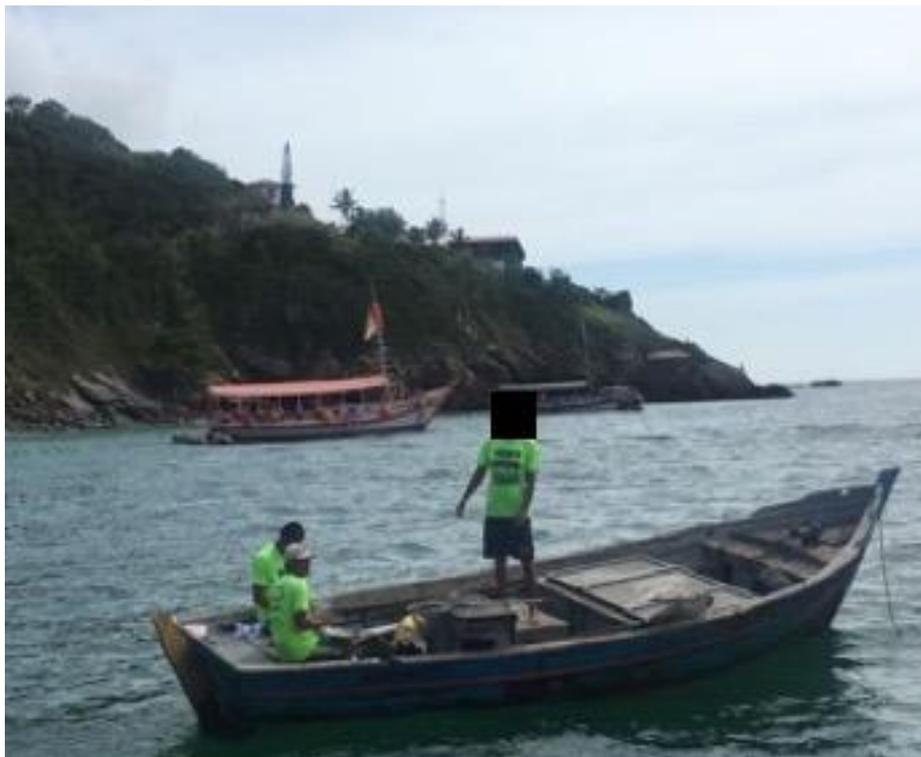
Essas transformações na paisagem são acompanhadas de mudanças na auto identificação do cabista, servindo, muitas vezes, de modelo para os habitantes e evidenciando a existência de relações de poder referidas às posses e ao consumo das elites econômicas locais.

Relacionado a essa estrutura de poder, o que se pode observar é uma hierarquia, na qual os de fora e seus descendentes detêm os terrenos valorizados pela deslumbrante

vista paisagística e, aos descendentes dos nativos, resta apenas servi-los, com passeios turísticos e serviços menos valorizados como garçom, atendente, motorista, caixa de supermercado, caseiros, faxineiros, dentre outros, correspondendo a uma desigualdade social, uma diferença na divisão do trabalho e uma desvantagem na disputa pelo uso do território.

Nesse contexto, percebe-se que restam aos cabistas menos abastados, quando esses têm acesso, os terrenos menos valorizados para construção de suas casas ou para locação de temporada como forma de complementação de renda, os trajetos mais curtos para deslocamento de embarcações com os turistas, como o frete ou mesmo o apoio aos barcos maiores nos desembarques nas praias (Figura 13). Assim como as pequenas embarcações para passeio comparativamente com as dos grandes empresários externos.

Figura 13 -Pescadores artesanais atuando como apoio ao desembarque de turistas nas praias do Pomtal do Atalaia.



Fonte: Acervo Pessoal (2018)

Entendo que todo este cenário apresentado dá um caráter de “arena” ao contexto observado em Arraial do Cabo. Na concepção de Olivier Sardan (1995):

para a socioantropologia do desenvolvimento, uma arena se caracteriza como um lugar de confronto entre grupos (atores) estratégicos heterogêneos movidos por interesses (materiais e simbólicos), atores esses dotados de “poderes relacionais distribuídos de forma desigual” (Olivier de Sardan, 1995: 174). Por outro lado, assinala que arena é também uma noção de natureza interacionista, que toma um espaço social em um sentido mais imediato no qual os atores possuem algum tipo de consciência das disputas que se desenrolam em seu interior.

[O conceito de arena] Evoca, ao mesmo tempo, uma escala mais restrita e uma consciência mais clara dos enfrentamentos por parte dos atores. Uma arena, no sentido que nós a entendemos, é um lugar de confrontações concretas de atores sociais em interação acerca de questões comuns. Ela se refere a um espaço “local”. Um projeto de desenvolvimento é uma arena. [...]. Arena possui um conteúdo descritivo mais forte que o de campo (Olivier de Sardan, 1995: 178-179 *apud* Carneiro. 2012. p. 143)

Essa concepção de “arena” ajuda a avaliar as relações sociais encontradas em Arraial do Cabo mediante a co-presença ali desses três atores principais que são: os pescadores, a RESEXMar AC e o turismo que ali ocorre, como continuaremos a ver capítulos seguintes. Nesse sentido, essa concepção será também utilizada em articulação com o conceito de “arena turística” de Grunewald (2003), focalizando as implicações do turismo na vida local.

Vimos neste capítulo, a propósito da questão da identidade de cabista/pescador predominante em Arraial do Cabo, que a criação da Reserva Extrativista se propunha como alternativa para a garantia de manutenção do modo de vida da população tradicional local, mas o que pode ser percebido é justamente o contrário dessa premissa. Entretanto, a identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo, ainda hoje, 2021, justifica a existência de uma Reserva Extrativista Marinha naquele território.

Veremos a seguir com mais detalhe no capítulo 2 as implicações dessa entrada da RESEXMar AC na vida local.

## 2 A RESERVA NÃO FOI FEITA PRA NÓS, PESCADORES?: A RESEXMAR DE ARRAIAL DO CABO

Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo



Fonte: vídeo sobre a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo

## De Xapuri ao Arraial do Cabo

No final da década de 1980, o movimento dos seringueiros do Acre, liderados por Chico Mendes, obteve êxito em suas lutas por demarcação de áreas reservadas para suas atividades econômicas – extrativismo de látex e castanha. O objetivo dos seringueiros não era uma reforma agrária no formato convencional, com distribuição de terras em caráter particular, mas sim o uso das terras para fins de atividades econômicas de uma comunidade. No entanto, as terras permaneceriam sendo de domínio público, como apresentou Chico Mendes em palestra na Universidade de São Paulo –USP – no final dos anos 80 e disponibilizada na internet (MENDES. 1988 – *online*)<sup>23</sup>

A partir de então, uma série de unidades de conservação - UCs da categoria Reserva Extrativista– RESEX – foi criada, terrestres e marinhas, dentre as quais, a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, objeto desta tese. Veremos aqui o histórico das reservas extrativistas no Brasil até chegar ao caso de Arraial do Cabo.

De acordo com Aguiar (2014), a ideia de territórios destinados à manutenção do modo de vida de populações tradicionais nasceu da luta dos seringueiros do Acre, ainda na década de 1980, dentro de um contexto mundial de lutas pelas causas ambientais crescentes após a Conferência das Nações Unidas pelo Meio Ambiente, realizada em 1972 em Estocolmo, Suécia. A partir desse momento, o interesse pelas questões ambientais aumentou em escala global devido aos riscos iminentes implicados no modo de produção capitalista.

No Brasil, durante o governo militar (1964 - 1985), um programa de expansão e controle territorial em direção ao norte do país pôs em risco o modo de vida dos chamados “povos das florestas”, devido à onda desenvolvimentista instituída pelo governo (PROST, 2018; VIVACQUA, 2018).

Como nos apresenta Alegretti (2002), a luta dos seringueiros nasceu pelo direito à terra e pela afirmação de um modo de vida, buscando a construção de um estilo de desenvolvimento adaptado ao contexto socioambiental e cultural e visando justiça social, qualidade de vida e tecnologias baseadas nos saberes locais. Diante do apoio do movimento ambientalista que crescia não só no Brasil, mas no mundo todo nas décadas

---

<sup>23</sup>[http://www.youtube.com/watch?v=S5\\_hUt-mvvhk](http://www.youtube.com/watch?v=S5_hUt-mvvhk).

de 1970 e 1980, a luta dos seringueiros foi integrada às demandas e interesses da conservação ambiental, o que deu um novo caráter ao movimento.

Em 2000, foi promulgado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação Lei - SNUC (Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000), que apresenta duas categorias básicas de Unidade de Conservação e suas subcategorias: Unidades de Proteção Integral, aquelas que não podem ser habitadas pelo homem e Unidades de Uso Sustentável, aquelas que admitem presença de moradores. A lei que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação traz como objetivo básico das Unidades de Proteção Integral a preservação da “natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei” (BRASIL, 2000, p. 07). Aí está como objetivo básico das categorias de Unidades de Uso Sustentável: “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (SNUC, 2000, p. 08).

As RESEX foram inseridas no grupo de Unidades de Conservação (UC) “de uso sustentável”. No entanto, surgiu uma tensão entre os objetivos de conservação da natureza e os de valorização dos modos de vida e saberes das populações tradicionais, seguido de mudanças significativas no modelo de gestão das RESEX, tais como: i) interesses da conservação ambiental em detrimento aos direitos das populações tradicionais; ii) conhecimento científico prevalecendo em relação aos saberes tradicionais; iii) aumento do poder do Estado. (VIVACQUA, 2018).

Em 1992, ainda antes da lei do SNUC, o modelo de reserva extrativista foi estendido para o ambiente marinho e costeiro. E, na medida em que as RESEX se consolidaram como política de governo, a criação de novas unidades foi realizada visando atingir as metas definidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os acordos internacionais. Junto a isso, aumenta a burocracia dos instrumentos de gestão. O Brasil conta, atualmente, com 62 RESEX federais das quais 24 (Tabela 1) se encontram em bioma marinho (VIVACQUA, 2018).

Tabela 1 - Reservas Extrativistas Marinhas e Costeiras do Brasil.

	Reservas Extrativistas Marinhas	Estados	Ano de Criação	Decreto
1	Pirajubé	SC	1992	533
2	Arraial do Cabo	RJ	1997	s/n
3	Cassurubá	BA	2009	s/n
4	Corumbau		2000	s/n
5	Canavieiras		2006	s/n
6	Baía do Iguapé		2000	s/n
7	Lagoa do Jequiá	AL	2001	s/n
8	Acaú-Goiana	PE	2007	s/n
9	Prainha do Canto Verde	CE	2009	s/n
10	Batoque		2003	s/n
11	Delta do Parnaíba	MA	2000	s/n
12	Baía do Tubarão		2018	9340
13	Itapetinga		2018	9333
14	Cururupu		2004	s/n
15	Arapiranga-Tromai		2018	9339
16	Gurupí-Piriá	PA	2005	s/n
17	Araí-Peroba		2014	s/n
18	Caeté Taperaçú		2005	s/n
19	Tracuateua		2005	s/n
20	Maracanã		2002	s/n
21	Cuinarana		2014	s/n
22	Mestre Lucindo		2014	s/n
23	Mãe Grande de Curuça		2002	s/n
24	Soure		2001	s/n

Fonte: Quadro elaborado pela autora

## A RESEXMar Arraial do Cabo

Na década de 1990, quando a Companhia Nacional de Álcalis anunciou falência, boa parte dos seus trabalhadores, originalmente oriundos da atividade pesqueira, ensaiou um retorno para a pesca artesanal, caracterizando essa atividade como um “refúgio de desempregados e último recurso para quem não quer passar fome.” (PRADO, 2002, p.100). Essa autora ainda nos mostra que, apesar dos números oficiais de pesca serem baixos, é a pesca que não permite a existência da fome no município de Arraial do Cabo, sendo ela uma importante atividade econômica (apesar do baixo retorno financeiro, muito aquém das possibilidades produtivas, tendo em vista a riqueza de pescado).

A referida riqueza do pescado é justificada pelo chamado fenômeno da ressurgência que acontece na região, explicado como o afloramento de águas frias profundas que ocorre na região de Arraial do Cabo devido à geografia da costa (SANTOS, 2018). Esse afloramento faz com que o oceano seja rico em nutrientes que alimentam toda a cadeia alimentar no mar da região, propiciando a ocorrência de grande número de espécies e indivíduos do estoque pesqueiro. Tamanha riqueza é objeto de cobiça da indústria pesqueira e fez com que muitas empresas do ramo da pesca industrial explorassem o espaço marinho de Arraial do Cabo, interferindo diretamente na atividade pesqueira artesanal historicamente desenvolvida na região. Assim, falando da “indústria” pesqueira, entende-se por pesca industrial aquela realizada por barcos que suportam grandes toneladas de pescado. Para que esse modelo de pesca seja realizado, são necessários instrumentos que acabam por danificar o assoalho oceânico, destruindo completamente o fundo do mar, comprometendo o desenvolvimento dos peixes menores ou filhotes, trazendo prejuízos para os pescadores artesanais, como colocado em diferentes momentos pelos pescadores entrevistados.

No entanto, é importante destacar que não apenas a pesca se beneficia do fenômeno da ressurgência ocorrido em Arraial do Cabo. O turismo também. A Secretaria de Turismo do município usa das belezas cênicas resultantes desse fenômeno para vender a imagem de Arraial a ponto de a cidade ser divulgada e conhecida como “Capital do Mergulho”.

Diante desse cenário, iniciou-se na localidade a discussão envolvendo os pescadores tradicionais, os empresários e o poder público a respeito da criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, que veio a ser implementada por Decreto

Presidencial (s/n) publicado no D.O.U. ANO CXXXV - N° 3 de 6 de janeiro de 1997, pautada no Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, de criação das Reservas Extrativistas no Brasil. Esse documento normatiza, no seu artigo 1º, que “as reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (BRASIL, 1997), visando no caso de Arraial do Cabo, proteger a cultura da população pesqueira tradicional e conservar o meio ambiente local.

Pode-se indicar no texto do artigo 1º, acima citado, que as populações tradicionais, como mencionado por Prado (2012, p.04), são tidas / relacionadas “...como o referencial da conservação da biodiversidade, implicando o uso sustentável dos recursos naturais e a prestação de serviços ambientais...” Assim, com a negociação e a cessão do território da RESEXMar AC para uso exclusivo dos pescadores artesanais/tradicionais/cabistas, pode-se inferir que existe “(...) um reconhecimento mútuo e um pacto de tais grupos tradicionais locais com os órgãos ambientais/UCs.” (PRADO, 2012, p.04)

Desse modo, desde 1997, Arraial do Cabo conta com a presença de uma Unidade de Conservação sob gestão do ICMBio, estruturada por um conselho gestor deliberativo, organizado em grupos de trabalho (o GT da Pesca, GT Cadastro e Perfil, GT da Maricultura e GT do Turismo), Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo e as diferentes associações de pescadores e barqueiros, todos participantes da criação do Plano de Manejo que só foi publicado em setembro de 2020. Portanto, de acordo com Prado,

Com a implantação da RESEX as coisas começam a mudar, as regras de utilização dos espaços destinados às atividades pesqueiras, mesmo as tradicionais, passam a ser explicitadas e discutidas com o objetivo de criar um plano de utilização que contemple os interesses das diferentes modalidades de pesca que existem, além de organizarem o uso geral dos espaços marinhos pela comunidade, regulando, por exemplo, as atividades relacionadas ao mergulho turístico. (PRADO, 2002, p. 103)

De minha parte, vi também que, se por um lado, a RESEXMar AC foi criada com o objetivo de proteger a atividade pesqueira tradicional e garantir a sobrevivência dos pescadores artesanais, por outro lado, durante os anos de vivência em Arraiale na pesquisa (entrevistas e conversas com pescadores, barqueiros locais e gestores públicos e ambientais), o que aparece nas falas das pessoas é que, cada vez menos, os pescadores exercem sua atividade como principal fonte de renda, ao mesmo tempo em que se reconhecem como pescadores “devido aos benefícios” advindos da criação da RESEXMar AC. O citado é possível perceber na fala do senhor J. quando diz que: “(...)

*o pescador tá tendo que se adequar obrigatoriamente, se adequar ao turismo, porque o turismo sufocou, está sufocando o pescador.”* (Sr. J., pescador. 2020).

Os motivos para essa mudança são variados, compreendendo desde a suposta redução do estoque pesqueiro disponível – identificado a partir da análise de relatórios<sup>24</sup> da FIPERJ dos anos de 1993 a 1996 e 2011 a 2017 – *online*<sup>25</sup>, disponíveis na internet, onde claramente pode ser observada uma divergência dos valores do estoque pesqueiro – até o aumento do turismo, fenômeno bem marcante e perceptível no distrito sede de Arraial do Cabo. Apesar dos dados disponíveis, não é possível afirmar que houve uma redução do estoque pesqueiro pois, segundo o gestor do ICMBio, “*o que ocorreu foi a falta de divulgação dos dados coletados pelo órgão municipal e disponibilizados para o órgão estadual*”, resultando na discrepância dos números. Entretanto, a redução do estoque pesqueiro também foi percebida e divulgada no Plano de Manejo da RESEXMar, publicado apenas em setembro de 2020.

A condição atual dos recursos pesqueiros é preocupante pois foi avaliado que os estoques de quase todas as espécies estão em declínio com poucas informações sobre determinadas espécies e com tendência de manter a diminuição dos estoques ao longo do tempo. As principais causas deste declínio são a pesca industrial e a pesca predatória, aliados a uma fiscalização ineficiente destas atividades e o turismo desordenado. (BRASIL, 2020. p.15)

Diferentes estudos realizados na localidade reportam esses aspectos, como é o caso de Prado (2002), Fabiano (2011) e Moraes (2019).

Fazendo uma revisão sobre o que já foi estudado a respeito de Arraial do Cabo e seus pescadores, posso afirmar que, como indicado acima por Prado (2002) e dito por entrevistados, foi no momento de criação da RESEXMar AC que se iniciaram as disputas territoriais no espaço delimitado para a implantação da reserva.

*Mas muitos ficaram pau da vida depois que criou regras, muitas regras. Você tinha o acesso. O pessoal fala... proteger o quê? Já tinha isso tudo, que era protegido por quem? Se tem isso tudo aqui, foi protegido pelo pescador. O pescador, ele não é destruidor não. O turismo em massa que é destruidor, avassalador. Ele (o turista) vem, ele quer o quê? Ele quer ir pra praia. Não importa o que... o lixo vai ficando e causa muito impacto. Hoje eu acho que tem que ter reserva, mas tem que ter compromisso da comunidade em fiscalizar e não deixar isso ao “Deus verá” que está dando dentro de Arraial do Cabo.* (Sr. P, pescador e biólogo. 2020.)

De início, houve os conflitos para definir quem é ou não pescador. Depois, houve os conflitos a respeito da representatividade dentro do conselho gestor da UC.

*(...) muita gente fala às vezes que não tem representatividade, aí eu falo que*

<sup>24</sup>Os relatórios da FIPERJ com os dados de 1993 a 1996, constam no trabalho de Jablonksi, datado de 1997.

<sup>25</sup>Os relatórios da FIPERJ com os dados de 2011 a 2019, constam no site do órgão, de forma individual, conforme referenciado.

*é... até que eu vejo no momento tem representatividade. A pessoa que não tem representatividade é a pessoa que não tá envolvida na pesca. Hoje no momento eu não to como pescador, mas eu to envolvido com maricultura, to envolvido na cadeia produtiva da pesca. E pra você ter paciência e tempo que é destinado da tua vida pra lutar, é muito desgastante. Eu tava vendo o plano de manejo, a gente levou uma semana de manhã até meia noite. Uma semana... é desgastante, sem ganhar nada?... Tudo é de graça. (Sr. P., pescador e biólogo. 2020).*

Desde o início das discussões, como também nos mostra Prado (2002) ao longo do seu trabalho, a representatividade junto ao órgão ambiental e a identidade do pescador são tratadas. Hoje, passados 24 anos da criação da RESEXMar AC, a representatividade junto aos órgãos gestores e o reconhecimento da identidade de pescador/cabista ainda são objeto de insatisfação e discussão por parte dos pescadores principalmente acerca do uso do espaço delimitado para a unidade de conservação.

Como dito anteriormente, a reserva compreende um cinturão pesqueiro entre as praias de Massambaba, na localidade de Pernambuco, e a praia do Pontal, na divisa com Cabo Frio, incluindo a faixa marinha de três milhas da costa de Arraial do Cabo (Figuras 8 e 14).

Figura 14 - Delimitação da área que compreende a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.



Fonte: Instituto Socioambiental - ISA

Por se tratar de uma área marinha onde ocorre o fenômeno da ressurgência, o que contribui para que a região apresente águas cristalinas e ricas em biodiversidade, a região automaticamente é um convite ao turismo náutico, colaborando com o crescimento dessa atividade dentro da área delimitada inicialmente para a atividade de pesca artesanal.

É nesse contexto que, de acordo com o que também observei ao longo dos trabalhos de campo realizados, se dá o crescimento do turismo náutico em Arraial do Cabo, na enseada dos Anjos e praias próximas. Por esta razão, dentro da RESEXMar AC,

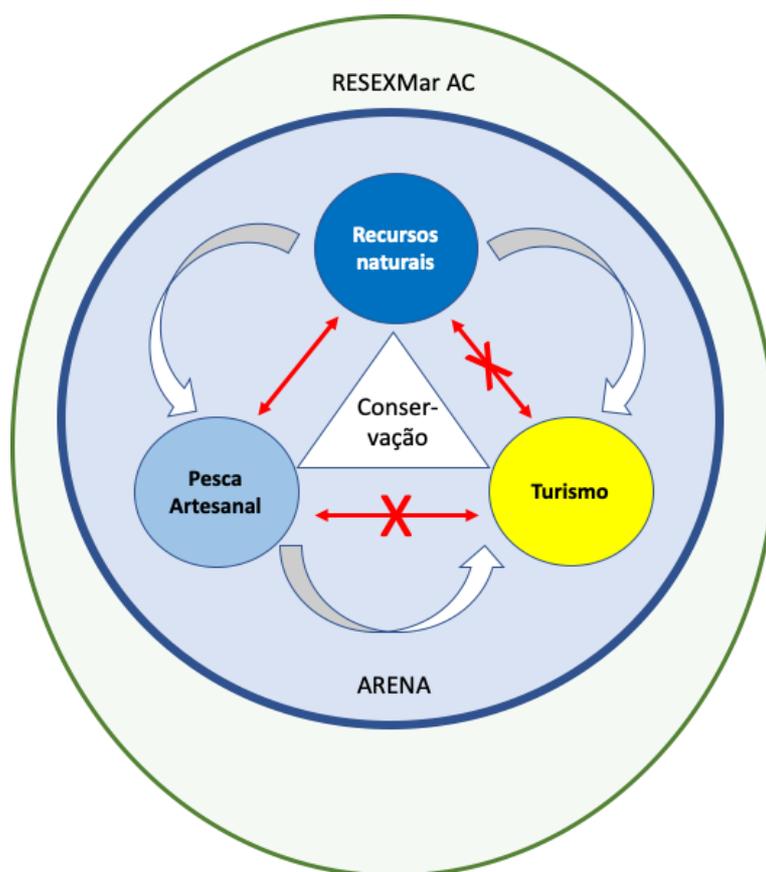
desencadeia-se um conflito territorial, confirmando o que coloca Fabiano (2011, p.25) no sentido de que “o turismo é um fenômeno que se concretiza no uso do território. Se esse uso não se efetiva, não há turismo. Por essa razão, não se pode falar em desenvolvimento do turismo sem levar em consideração, ou, mesmo, refletir sobre sua ação no território.”

Como também mostra Heidrich,

O território e a territorialidade consistem em expressão geográfica que não são simples ocorrências, posição ou distribuição de objetos no espaço. Não é simplesmente paisagem. Trata-se da ocorrência pertinente à ação. Ação que permite fixação, separação, uso, posse. Elas são o elo entre o ator e o objeto, resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço. (HEIDRICH, 2008. p. 274)

Isso nos leva de volta à já referida concepção de “arena” de Olivier Sardin (1995) no sentido de “um lugar de confrontações concretas de atores sociais em interação acerca de questões comuns” (SARDIN, 1995, p. 178, apud CARNEIRO, p. 143), percebendo parte da RESEXMar AC como uma arena, conforme Figura 15 esquemática criada por mim (círculo maior interno). Nesta, as atividades ocorrem (Figura 15, círculos menores) e é onde disputas também acontecem entre interesses conflitantes de setores econômicos, ou de opções econômicas individuais para os próprios pescadores (Figura 15, setas vermelhas). Nessa arena, como no restante da reserva (círculo maior externo), as atividades deveriam ser harmonizadas e reguladas pelo órgão gestor da UC (Figura 15 triângulo). No entanto, para além desse aspecto, há que se considerar que todos os atores sociais (pescadores, não pescadores, trabalhadores e empresários do turismo e cabistas) estão envolvidos nessa arena com diferentes motivações, inserções, papéis, visões e repercussões.

Figura 15 - Arena



Fonte: Elaborado pela autora

Identificando a RESEXMar AC como um território de pesca por conta da legislação, foi possível identificar essa área específica que vejo como arena, onde são identificados múltiplos usos levando ao que também se pode ver como uma questão de “múltiplaterritorialidade” a partir do que coloca Rogério Haesbaert (2004):

Para falar em multiterritorialidade precisamos, em primeiro lugar, esclarecer o que entendemos por território e por territorialidade. Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terro-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2004, p.1.)

Os pontos colocados ao final do capítulo anterior – e ilustrados na Figura 13, na qual vemos um pescador cabista, parte de uma população tradicional, adotando uma nova estratégia de reprodução social – referem-se às ocupações que os pescadores/cabistas são levados a assumir mediante a consolidação da RESEXMar e do turismo na localidade. Esses mesmos pontos ilustram as ações na arena identificada na Figura 15, bem como as disputas implicadas nessa múltipla territorialidade, envolvendo poder, através da qual também se pode entender a configuração social local. O pescador é “proibido” de pescar sendo levado a aceitar acordos não oficiais para uso da área e do contexto aqui vistos como arena. O pescador passa a atuar como apoio logístico da atividade turística desenvolvida no local. Haesbaert cita Lefebvre para comentar o uso do território, que...

reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986:411-412, apud HAESBAERT, 2004, p.2)

Se por um lado, com a chegada do turismo os novos usos, valores sociais, culturais e econômicos dados à RESEXMar AC interferem nos modos de vida, nas práticas socioeconômicas e produtivas, na articulação dos segmentos sociais, sobretudo dos pescadores, por outro lado, esse conjunto de novos fatores é responsável pela criação de novas alternativas econômicas para parte desses grupos e moradores de Arraial do Cabo. Este contexto tem gerado conflitos socioambientais, remetendo ao que afirmam Vivacqua e Vieira:

o termo conflito socioambiental designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural. Essas situações de litígio, vigentes nos níveis material e simbólico, podem ou não assumir a forma de um embate mais direto. Elas decorrem, muitas vezes, do esforço investido na simples prevenção ou mesmo na reparação de danos ambientais (VIVACQUA e VIEIRA, 2005. p. 140).

Tudo isso implica uma perspectiva processual e de negociação em torno do turismo, que deve ser sempre tomado como traduzido de alguma forma e considerado empiricamente numa situação específica, e nunca genericamente, como veremos no capítulo seguinte. Trata-se da questão central que atravessa os fatores que aqui destaco – pescadores, RESEX e turismo –, que são as implicações do turismo na vida local. Ou, pode-se ainda dizer que se trata da “turismização” (MENDONÇA e PRADO, sd;

MENDONÇA, 2010, 2011, 2015) de Arraial do Cabo, como também veremos no próximo capítulo.

Ao longo da pesquisa de campo, em conversas com moradores sobre essas implicações do turismo na vida local e durante as entrevistas, fui informada de que as discussões dentro do Conselho Gestor giram em torno, principalmente, do turismo, dos barcos de turismo e pouco se discute sobre a pesca artesanal, que é o precípua objetivo da RESEXMar. Isso leva a pensar que a RESEXMar AC não tem focado sua ação em seu papel de UC nos moldes propostos pelo SNUC, no caso dessas áreas onde os passeios acontecem. No entanto, segundo o gestor entrevistado, a ideia de uma nova classificação enquanto Unidade de Conservação não figura no horizonte do ICMBio local.

No seu trabalho sobre a Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ), Mendonça (2010) também registrou que nas reuniões do conselho gestor do Parque Estadual da Ilha Grande, assim como de outros fóruns públicos locais, o turismo era tema recorrente. A autora entende esse destaque no âmbito das reuniões como uma demonstração do “processo turismizador” da Ilha, que é o objeto principal de seu estudo. Cabe aqui avaliar também a turismização no caso de Arraial do Cabo – e a imbricação desse processo com a existência dos pescadores e da RESEXMar AC, que são objeto do capítulo 3.

Como já colocado, as Reservas Extrativistas, enquanto unidades de conservação, têm sua gestão sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão federal que tem o dever de fiscalizar o cumprimento da legislação dentro das unidades de conservação e de atuar junto às populações tradicionais. No entanto, o que percebi em Arraial do Cabo, e que inclusive é questionado na fala dos entrevistados, é uma atuação do órgão em prol da ação de barcos de turismo dentro da área da enseada dos Anjos e praias adjacentes, evidenciando e exacerbando a disputa territorial e os conflitos socioambientais:

*A gestão deixou fazer isso aí. Ela sabe qual é o perfil pra você ter um barco e ter uma licença. Ela não é burra. Acho que todo mundo ali fez faculdade. Todo mundo sabe o que é um perfil. Eles não têm um perfil de uma pessoa pra ter uma embarcação em uma reserva? A reserva não foi feita pra nós, pescadores? (Seu J. pescador antigo, 2020)*

A fala do Seu J., reproduzida no título deste capítulo, expressa bem o impasse quanto à justificativa de criação da reserva e à obediência aos critérios da concessão crescente de licenças para os referidos barcos de passeio. Isso permite fazer um paralelo com o caso de pescadores da Ilha Grande que, sendo exímios condutores dos barcos, têm vários impedimentos para obter suas licenças marítimas para conduzir os barcos de

passeio, como mostra Mendonça (2010). No seu trabalho, ficaram muito bem evidenciadas as mudanças ocorridas naquele território da Ilha Grande, e que levaram aos conflitos ambientais que ali também vieram a ocorrer, assim como se pode constatar no presente estudo.

A Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ) apresenta dois acontecimentos que marcam a história recente do lugar: a instituição de leis ambientais com a criação de quatro unidades de conservação da natureza (entre 1971 e 1990); e a intensificação do fluxo turístico após a implosão do Instituto Penal Cândido Mendes- IPCM (1994), que marcou o fim de cerca de 100 anos de sistema penitenciário. A ilha, sempre associada às belezas naturais e à ideia de paraíso, a partir desse momento, deixa de ser referida como o “paraíso-inferno” e passa a ser reconhecida predominantemente pelas potencialidades paisagísticas, voltando-se para o turismo, que se torna um componente central da vida no lugar. (MENDONÇA, 2010, p.9)

As unidades de conservação da Ilha Grande, em suas diversas categorias de proteção integral e sustentável (área de Proteção Ambiental, Parque, Reserva Biológica, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e extinto Parque Marinho) estão sob gestão estadual e foram criadas em data anterior a de criação da RESEXMar AC (1997), exceto a RDS. Também em Arraial do Cabo, com a preservação ambiental garantida a partir RESERXMar AC, as “potencialidades paisagísticas” estimulam o turismo, e “se torna um componente central da vida no lugar” (MENDONÇA, 2010), dando origem inclusive ao título de “Arraial do Cabo: capital do mergulho”.

É interessante notar similaridades e diferenças nos dois processos. Apesar das UC da Ilha Grande não serem de natureza extrativista, e, portanto, não estarem diretamente relacionadas à proteção de populações tradicionais, até a criação da RDS do Aventureiro em 2014, como acontece no caso da RESEXMar AC, o mesmo fenômeno de conflito socioambiental ocorre nos dois casos. No entanto, cabe relativizar a visão sobre o prejuízo dos pescadores, na medida em que há espaços onde a pesca se realiza e o que acaba acontecendo é uma nova configuração referida ao turismo, na qual os diversos atores negociam suas atividades e identidades como veremos a seguir a propósito de outras RESEXMar.

Várias reservas extrativistas estão hoje enfrentando impasses quanto às diferentes atividades que nelas ocorrem. Autores que trabalharam sobre a inserção do turismo nas reservas extrativistas marinhas (STORI, 2005, FREITAS, 2013) colocam que a atividade turística tem se apresentado como alternativa à geração de emprego e renda dentro das reservas extrativistas marinhas espalhadas pelo Brasil. Entretanto, é possível perceber que

a beleza natural e a fuga dos grandes centros são os principais motivos para o advento do turismo nessas áreas que se mantêm conservadas devido à implantação das UC.

Semelhante ao que pude perceber em Arraial do Cabo, é relatado por Stori a respeito da RESEXMar de Corumbau na Bahia. Segundo a autora, ocorrem na referida RESEX

Transformações sociais e ambientais relacionadas à sobreexploração dos estoques pesqueiros e à extrapolação da capacidade de suporte de balneários turísticos. A maior parte das comunidades tradicionais está migrando forçada pela economia opressiva do turismo, deixando a pesca e enfrentando conflitos socioculturais. No ano de 2000 a RESEXMar do Corumbau foi criada com o objetivo de garantir a sustentabilidade da pesca artesanal frente à atividade industrial predatória e proteger a rica biodiversidade local. (STORI, 2005. p. 01)

Ainda segundo Stori, em Corumbau, a criação da reserva surgiu a partir da demanda dos pescadores, mas

apesar do objetivo da criação da RESEXMar ter sido centrado na sustentabilidade da atividade pesqueira extrativista, o turismo praticado hoje, tanto na parte terrestre, como na parte aquática, torna-se um importante fator econômico a ser considerado na gestão da UC. (STORI, 2005, p. 06)

O mesmo pode ser identificado na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, localizada em Bragança, no estado do Pará. De acordo com Freitas, na UC de Bragança

A atividade turística vem crescendo, no que se refere à busca dos turistas por ambientes naturais conservados, que tragam a eles a apreciação e o contato com a natureza, além de procurar o afastamento dos grandes centros urbanos onde se concentram vários problemas do cotidiano. (FREITAS, 2013, p. 14)

Comparando com o que acontece nas UC citadas acima, em Arraial do Cabo o turismo foi intensificado a partir da criação da Reserva Extrativista Marinha, o que garantiu a conservação da biodiversidade local e a balneabilidade das praias, tornando a cidade internacionalmente conhecida por suas belas paisagens.

Porém não é a RESEXMar AC inteira que recebe esse tipo de atividade turística, sendo apenas uma área determinada, que, em continuidade à concepção de arena adotada em relação à RESEX, vou considerar como “arena turística”, a partir do conceito trabalhado por Grunewald (2003, p. 154) no sentido de “espaço social onde ocorrem interações geradas pela atividade turística”. É a área/contexto dessa arena turística – que será aprofundada no próximo capítulo – que recebe a carga da atividade do turismo náutico, provocando o conflito com a atividade da pesca.

Quando iniciei a pesquisa, focada na área marítima que abrange o espaço dos roteiros de passeios de barcos, iniciada na enseada dos Anjos devido à marina dos

pescadores e ao píer na beira da praia, eu já entendia que a RESEXMar AC, enquanto UC dentro dos moldes do SNUC, não seguia os requisitos originais de sua criação. Analisando os documentos apresentados na linha do tempo (Figura 16), foi possível perceber que a partir de 2017 a atividade turística ocorre ali como atividade permitida. Entretanto, essa permissão só acontece oficialmente a partir de um acordo estipulado e publicado no Plano de Manejo, aprovado e publicado somente em setembro de 2020, que delimita a área onde o turismo náutico pode acontecer.

As embarcações de esporte e recreio de visitantes somente poderão fundear nas áreas estabelecidas para este fim na praia do Anjos e na praia do Forno, cumprindo as distâncias estabelecidas nas Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (NPCP) da Marinha do Brasil. (BRASIL, 2020. P. 53)

Figura 16 - Linha do Tempo dos documentos da RESEXMar AC



Fonte: Elaborado pela autora

Destaca-se que todo o processo relatado pode ser justificado pelo fato de os ambientes costeiros e litorâneos serem marcados pelas estratégias utilizadas para a comercialização de diversos destinos turísticos brasileiros. Desta forma, as populações extrativistas marinhas e das zonas costeiras, como o caso de Arraial do Cabo e outros, são as mais afetadas e vulneráveis por impactos diversos oriundos de atividades humanas nos ecossistemas marinhos, muitos deles “gerados pelo turismo sobre o uso e apropriação do espaço terrestre e aquático.” (MENDONÇA, MORAES, COSTA, 2013, p. 374)

Antes de terminar este capítulo, cabe uma reflexão sobre a organização muito recente, ano de 2020, dos documentos da RESEXMar AC no site do Instituto Socioambiental (ISA). Durante a realização do trabalho de campo, não foi fácil ter acesso aos documentos listados na Figura 16, que mostra a linha do tempo dos 24 anos de existência da reserva. Apesar de os decretos originais de 1997 e 1999 serem omissos em relação ao tema do turismo, a partir de 2017, os documentos passam a mencionar atividades turísticas. Também não é fácil participar das reuniões do Conselho Deliberativo. Elas ocorrem em dias e horários mal divulgados e raramente a sociedade civil recebe a informação. As atas do conselho também são de difícil acesso.

Durante o período de realização da pesquisa, tive acesso às informações exclusivamente através das pessoas que se disponibilizaram a participar das entrevistas ou a conversar pessoalmente, uma vez que me tornei amiga pessoal de alguns moradores (cabistas). Todavia, fica claro nas conversas, que o turismo (a ser aprofundado no Capítulo 3) é assunto principal dentro e fora das reuniões, se fazendo presente de forma intensa na vida do cabista (apresentado no Capítulo 1). Assim, apesar de este capítulo se referir às categorias de análise território/territorialidade e conflitos socioambientais, ele já introduz a categoria de turismo/turismização e retoma a categoria de populações tradicionais/pescadores, mostrando um profundo imbricamento de todas essas concepções na complexa teia de relações dos problemas investigados nesta tese. Também aqui, os autores de nossa orientação teórica contribuem para uma melhor compreensão do problema, especialmente aqueles que se aprofundam nas questões conflituais. Como aponta Little:

Nesse quadro maior, a antropologia ajuda na análise dos modos culturalmente específicos de adaptação ecológica de distintos grupos sociais – os sistemas produtivos e tecnologias que empregam, os recursos naturais que exploram e as ideologias que utilizam para justificar seu modo de adaptação e as reivindicações territoriais que defendem – e da interação dinâmica e conflituosa provocada pelo choque entre esses modos de adaptação. O foco nos grupos sociais invariavelmente levanta o tema das práticas ambientais em

conflito de tal forma que a análise dos chamados “conflitos socioambientais” se tornou um elemento central da ecologia política. (LITTLE, 2006, p. 88)

Stori (2005) e Freitas (2013) também detectaram conflitos socioambientais nas RESEX marinhas foco de suas pesquisas. A RESEXMar AC, como estamos vendo, entra nesse rol, ao enfrentar o problema do conflito entre a preservação do tradicional pescador cabista em seu fazer extrativista e as novas estratégias de reprodução social que estão surgindo para a população daquele território, todas muito voltadas ao turismo, abordado no próximo capítulo.

### 3 O TURISMO ATRAPALHA? MANIFESTAÇÕES DE TURISMO EM ARRAIAL DO CABO

Marina dos Pescadores



Fonte: Acervo Pessoal

Como já coloquei anteriormente, adoto neste estudo a perspectiva de Steil (2004), juntamente com a de outros autores (COHEN, 1985; GRUNEWALD, 2003) para considerar o caso de Arraial do Cabo. Steil (2004), em seu artigo intitulado “Antropologia do turismo: comunidade e desterritorialização”, nos apresenta perspectivas de dois momentos da pesquisa antropológica: um primeiro, quando os estudos veem o turismo como algo negativo, que vem para “destruir” tradições dos lugares visitados; e outro momento, em que o turismo é visto como um fenômeno social que envolve visitantes e visitados em relações diversificadas que implicam negociações de parte a parte.

Coloco-me junto com esses autores sobretudo no que diz respeito ao entendimento de que é imprescindível considerar as particularidades do modo como o turismo incide em cada lugar, não sendo possível generalizá-lo enquanto um fenômeno social. Quanto a Steil (2004), adoto com ele a visão de que tudo o que diz respeito a turismo deve ser reconhecido, mesmo que não focalizado, em relação tanto a visitantes como a visitados, envolvendo negociações de parte a parte. Aí se encaixam em contiguidade as ideias de arena (SARDIN, 1995) e arena turística (GRUNEWALD, 2003), como já indicado e a ser exemplificado adiante.

Focalizo, em especial, os atores sociais do universo da pesca, a exemplo do que já fizeram outros pesquisadores (PRADO, 2002; FABIANO, 2011; MORAES, 2019). No entanto, como já antecipado nos capítulos anteriores, não há como fugir da relação entre o universo da pesca e o universo do turismo em Arraial do Cabo. Na verdade, entendo também que não há como fugir do turismo para tratar da realidade de Arraial, reconhecendo a “turismização” do local.

Recorro então a esse novo conceito, apresentado desde a tese de Mendonça (2010) que foi “descoberto” (formulado) na pesquisa de doutorado dessa autora e trabalhado mais recentemente em novo trabalho (MENDONÇA e PRADO, sd). Mendonça (2010, 2011, 2015) na busca pelos significados, representações do turismo, assim como das relações permeadas por este na Ilha Grande, chegou à teoria da turismização dos lugares como

um processo histórico de construção de um fenômeno associado a um processo de interiorização das diferentes facetas do turismo pelos grupos e pelas pessoas, que influencia nas relações e no modo de vida de determinado lugar (MENDONÇA, 2010, p. 226).

Para Mendonça, enquanto a ideia de “turistificação”, um termo oriundo do campo da Geografia, toma o espaço como elemento de intervenção e apropriação pelo turismo,

a ideia de “turismização”, referida à área das Ciências Sociais, diz respeito a um “fenômeno que tem o lugar simbólico – de relações, de representações, de significados, identitário e histórico – como elemento apropriado pelo turismo” (MENDONÇA, 2010, p. 272).

Na pesquisa realizada em Arraial do Cabo percebi a turismização acontecendo, como resultado de um processo histórico no qual a pesca artesanal era dominante e levou à criação de uma reserva extrativista marinha, mas vem se vendo ultrapassada pela inserção de outras atividades de cunho turístico. Assim, não se trata apenas de a questão “turismo” ser inserida num contexto extrativista. Trata-se, também, desse processo que pode ser considerado como um “processo turismizador” (MENDONÇA, 2011, 2015), que “leva a transformações no comportamento cotidiano das pessoas, seja no trabalho ou no lazer; dita novas regras, novas etiquetas a seguir; molda comportamentos referidos às novas configurações locais...” (MENDONÇA, 2010, p. 229) e como propõem Mendonça e Prado (sd), que vem influenciando profundamente a dinâmica socioambiental, as relações, as representações e os modos de vida locais.

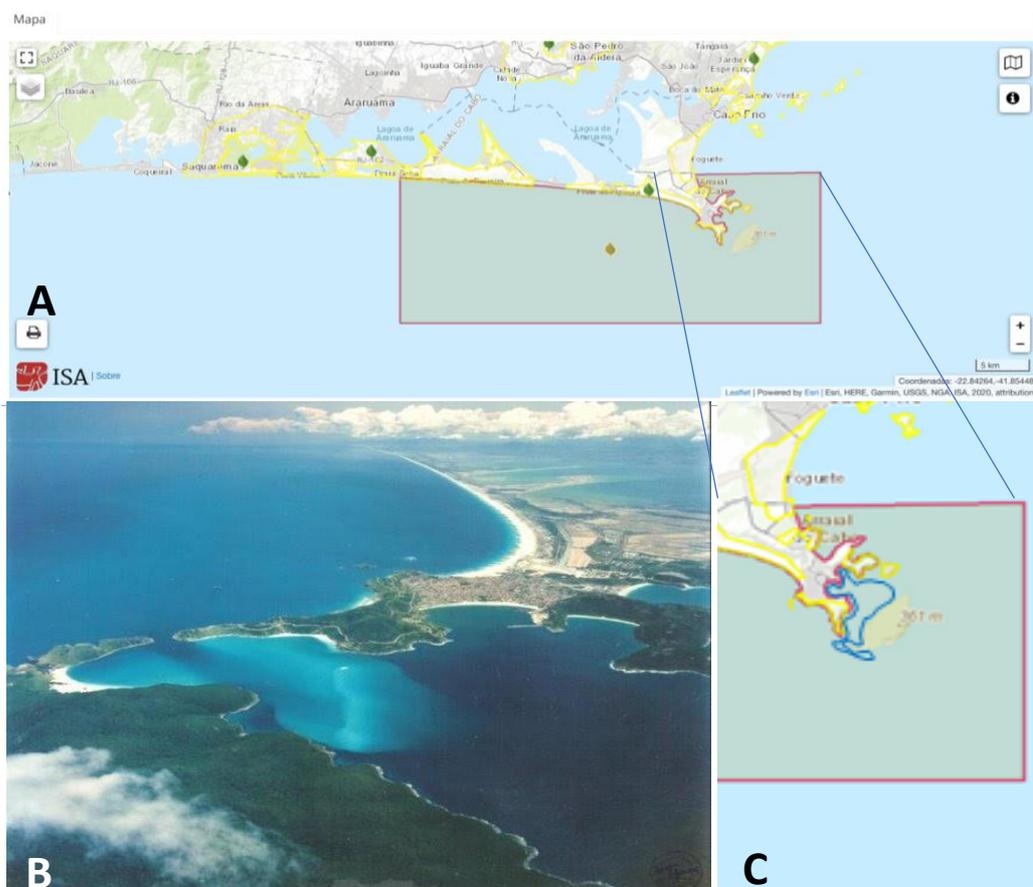
Em minha pesquisa notei de forma muito clara o fato descrito por Célia Fabiano (2011) em sua dissertação, precisamente sobre as relações do turismo com a pesca artesanal em Arraial do Cabo: “o turismo vem crescendo e se expandindo rapidamente, influenciando, dessa forma, as relações sociais” (p. 24). O turismo no que chamo de Distrito Sede de Arraial do Cabo se apresenta como aquele que é classificado nos estudos de turismo como um “turismo de massa”, intenso, definido por Zaoual (2009, p. 57) como um turismo que “privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos.” Entendo que o que cabe avaliar é de que modo acontece ali esse turismo nas suas particularidades, pois tais especificidades ilustram a sua repercussão no local, confirmando a concepção que adoto aqui: no sentido de que não é possível se referir a “turismo” como se fosse uma coisa só, e sim a formas de turismo conforme a sua ocorrência em diferentes localidades (“os turismos”).

Nessa mesma direção, faço um raciocínio paralelo àquele desenvolvido por Grunewald (2002) a propósito de turismo étnico no caso dos índios Pataxó no litoral baiano, vendo os pescadores/cabistas como ocupando uma posição equivalente à do grupo indígena estudado pelo autor. Grunewald, ao analisar o turismo na aldeia Pataxó, buscou entender as relações entre o que ele chama de uma “comunidade étnica” (os indígenas Pataxó da aldeia local) e a “comunidade turística” (criada para o turismo, ou

seja, envolvida nas atividades ligadas ao turismo) e como estas “podem se entrelaçar concreta (empírica) e teoricamente.” (GRUNEWALD, 2002, p.152). O autor trabalhou ainda com a concepção de “arena turística”, definida por ele como “espaços sociais onde ocorrem interações geradas pela atividade turística” (p. 03). Considero um conceito que é interessante para uma análise relativa a Arraial do Cabo, na medida em que pode, por analogia, ser usado no caso aqui em questão: sendo essa arena compreendida como palco, cenário, local, contexto, onde as atividades que abrangem a pesca, a reserva e o turismo se desenvolvem simultaneamente, de forma conflituosa ou não.

Assim, inserida na arena RESEXMar AC (Figuras 17A e B), tomo uma área/contexto específico da RESEXMar AC como uma “arena turística” (Figura 17 C) da qual participam alguns pescadores tradicionais extrativistas, por analogia ao caso analisado por Grunewald relativo aos índios Pataxó como uma “comunidade étnica” e como uma “comunidade etnoturística”. E conforme os novos usos socioeconômicos, culturais e produtivos da RESEXMar AC, identifico também uma “comunidade turística” – a das pessoas envolvidas com o turismo –, que leva à criação/estabelecimento de novas atividades econômicas dentro da Unidade de Conservação.

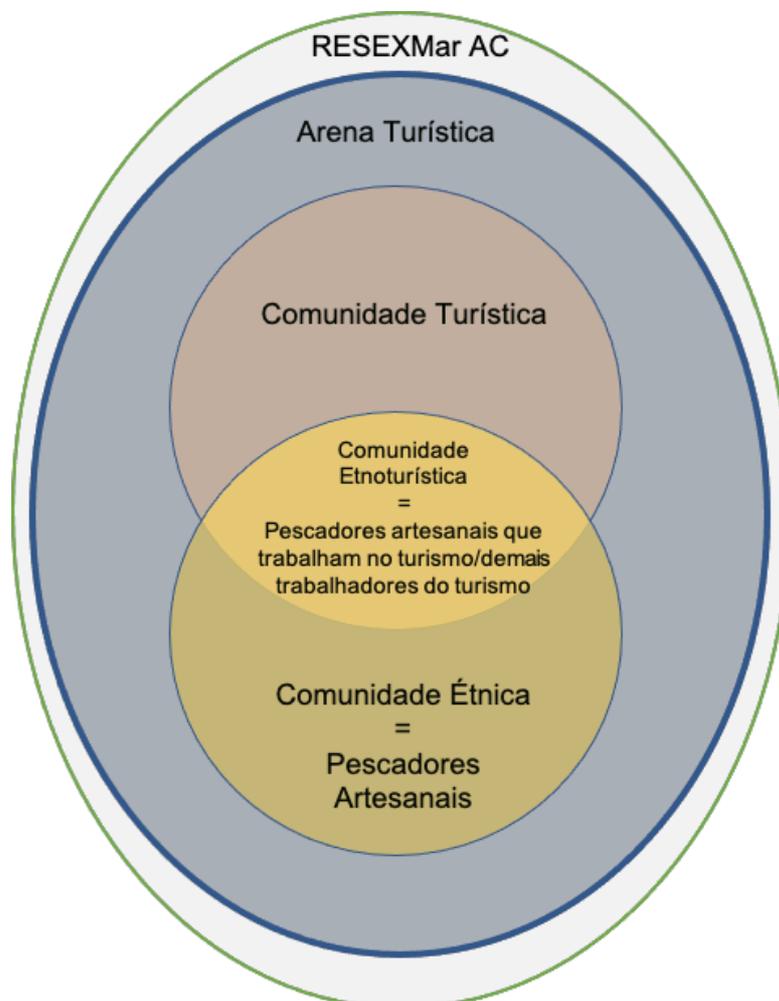
Figura 17 - Arena Turística



Legenda: Localização da "Arena" (delimitada pela linha azul) na área marítima. 17A – Mapa da RESEXMar AC. Fonte: ISA. 17B – Fotografia aérea da Arena turística. Fonte: (ipatrimônio.org). 17C – delimitação da Arena Turística. Fonte: Elaborado pela autora a partir da base do ISA (2021).

Grunewald (2002) destaca que nem todos os indígenas estão engajados ou participando da comunidade e da arena turística, mas os que estão acabam constituindo uma comunidade turística na arena turística, juntamente com outros componentes não indígenas e que atuam nas referidas comunidade e arena. Neste caso, aos indígenas envolvidos com o turismo, ele chama de “comunidade etnoturística” (que revela a etnicidade indígena se manifestando e atuando no turismo). Projetando para o caso de Arraial do Cabo, temos o esquema na Figura 18.

Figura 18 - Esquema Ilustrativo Conceitual de Arena Turística



Fonte: Elaborado pela autora

Assim como no caso dos Pataxó, nem todos os pescadores artesanais em Arraial do Cabo estão engajados com as atividades ligadas ao turismo. Nessa arena turística de Arraial temos: i) uma “comunidade de pescadores artesanais” (que, na analogia que faço com a perspectiva de Grunewald, corresponde à comunidade étnica dos indígenas por ele analisados); ii) uma “comunidade turística” formada por pescadores e não pescadores, cabistas, turistas, agentes públicos e privados, o Estado diretamente representado pelo gestor e funcionários da RESEXMar AC, seu conselho deliberativo, etc. Embora reconhecendo que esse esquema teórico do autor tem um rendimento específico para o campo do turismo étnico, entendo que seria possível ainda ver, no caso de Arraial do Cabo, uma comunidade correspondente àquela que ele chama de “enoturística”, cujo nome teria que ser inventado. Seria a iii) a comunidade “pescador-turística” – abrangendo

os pescadores artesanais envolvidos com o turismo, na intersecção entre a comunidade de pescadores e a comunidade turística, que pode ser visualizada no esquema da Figura 18.

Dessa forma, é sobre uma comunidade de pescadores (que “corresponde” à comunidade étnica no caso analisado por Grunewald) que lanço o olhar de análise, para entender como estes espaços sociais e os atores envolvidos se entrelaçam, dialogam, se conectam, conflitam. Comunidade em que uns se lançam e outros rejeitam fazer parte da comunidade turística, e ainda outros são impedidos de realizar a atividade tradicional da pesca, sendo empurrados para atuação na atividade turística, principalmente durante a alta temporada, inclusive recebendo auxílio financeiro dos grandes barcos de turismo como forma compensatória à não pesca.

Minha atenção recai sobre o que ocorre a partir da Praia dos Anjos (Figura 8B), ponto de partida e de chegada dos circuitos náuticos e pesqueiros da arena que configura o espaço físico e territorial de análise (Figuras 8 e 9). Ali percebo que a atividade turística afeta diretamente a atividade pesqueira, o que acontece em menor intensidade nas demais praias, como já visto anteriormente. Isso ocorre porque a atividade voltada para a pesca em Arraial do Cabo sempre foi territorializada, dividida por “bairro” (Figura 12), cada praia da cidade tendo sua própria arte de pesca (CARNEIRO et al., 2014, p.83), diretamente relacionada com os saberes não formais da população tradicional de cada área. Essas informações me foram confirmadas através de entrevista com o gestor do ICMBio à época da pesquisa. De acordo com ele, “*nenhuma arte de pesca foi extinta. A canoa ainda existe, a traineira, a pesca de lula, o arrasto de praia, todas elas existem apesar de enfrentarem grandes dificuldades*” (Gestor ICMBio, 2020).

Também de acordo com o representante do órgão fiscalizador responsável, a pesca ainda se configura como fonte de renda, mesmo que secundária, para grande parte das famílias cabistas.

Com relação à RESEXMar AC, o que se observa atualmente, é que, apesar de também disputar território costeiro com o turismo, principalmente na alta temporada, inclusive na arena turística que estou considerando, em praias mais afastadas do cais da Marina dos Pescadores, como Praia Grande, Praia do Pontal e Prainha, a atividade da pesca artesanal ainda se mantém viva e mais presente do que nas praias inseridas nos roteiros de passeio.

O turismo náutico se dá principalmente na enseada dos Anjos, no baixio, região de águas azul turquesa devido à diferença de profundidade. É ali também onde a pesca sofre mais, atingindo os pescadores de canoa de rede da Praia dos Anjos. Antes da intensificação do turismo, eles pescavam na praia da ilha do Cabo Frio, nas praias do Atalaia, na Praia dos Anjos, onde agora praticamente não se pesca mais, por conta do número de barcos de turismo.

Cabe reconhecer que, nessa arena turística de Arraial do Cabo, inserida em parte da área da RESEXMar AC, ocorre uma contrapartida econômica para alguns pescadores mediante o seu afastamento das atividades da pesca. Existe um “acordo de cavalheiros” entre os pescadores de canoa da Praia dos Anjos e os barcos de turismo náutico, onde cada barco paga 20 reais por dia de não pesca para cada canoa. Desta forma, os pescadores artesanais que aceitam, passam a atuar no turismo (Figura 13).

Além dos barcos de turismo, principalmente durante o verão, muitos dos pescadores vão para um outro campo de atividades ligadas ao turismo. Cresce, assim, o número de trabalhadores informais atuando no setor de serviços ligados ao turismo. São pescadores que passam a vender cerveja, prestar serviço no auxílio no desembarque de turistas nas praias. Cada “praia”, atualmente, está tentando reinventar uma atividade ligada ao turismo para conseguir manter uma renda mínima, sem que se precise pescar, dentro de um território delimitado a partir da existência da pesca artesanal. Isso fica bastante explícito na afirmativa do mesmo gestor do ICMBio, quando diz que:

*(...) além dos barcos de turismo, agora no verão principalmente, muitos dos pescadores, eles vão pra uma outra área ligada ao turismo... vende cerveja, presta serviço... e cada praia hoje tá tentando inventar uma atividade ligada ao turismo. Um já falou em o pescador colocar um chuveiro na praia e cobrar 2 reais pro turista tomar banho, o outro falou em colocar a raia e cobrar do desembarque, o outro quer fazer barraquinha pra vender cerveja e gelo... na praia do Pontal tem os trapiches dos pescadores para vender cerveja e gelo... tem tido alguns problemas nesse sentido, de vender, alguma atividade que eles criam pra gerar renda que não tá ligada à pesca também não. (Gestor ICMBio, 2020)*

No caso de Arraial, é um turismo que acontece principalmente por conta do atrativo natural marinho, mas que, ultimamente, tem ganhado um incremento terrestre com algumas atividades como passeio de bugre e trilhas. De qualquer modo, no âmbito da arena turística, tudo gira em torno daquilo que é visto pelos frequentadores como a beleza natural do município (Figura 4), em que o mar é dominante, com diversas opções de lazer no mar, do surf e suas variantes como *windsurf*, *kitesurf*, aos pequenos e grandes barcos, do “banana boat” aos saveiros.

É uma região de águas cristalinas, de excelente balneabilidade e com areias claras, cenário perfeito para atividades turísticas marinhas, fotográficas e submarinas. Além disso, tem vento predominante de nordeste e microclima semiárido, resultando num volume baixo de pluviosidade, garantindo assim que as atividades turísticas possam acontecer durante o ano todo, com aumento no período do verão. Esse período se estende até meados do mês de abril.

No entanto, como pude observar nas falas provenientes de diferentes segmentos sociais locais, para eles, esse turismo tem se apresentado como algo desordenado, como se tivesse “fugido do controle”. Tanto os pescadores, quanto os barqueiros, assim como o gestor do ICMBio e outros moradores reconhecem tal "desordenamento", como se verifica na fala de Seu P.

*O turismo foi bom, mas... não bagunçado do jeito que tá. Embarcação com 140 passageiro? Onde; que nós votamos que o máximo é 80 passageiros. Tá? Aí o barco gigantesco... o povo hoje questiona o quê? Que essas embarcações muitas não são do cabista, são de gente de fora. É questionado isso. A grande questão é essa. (P. cabista, pescador, biólogo. 2020)*

O tipo de turismo chamado pelos moradores por turismo náutico, e assim também definido em normativa pelo ICMBio, aumenta na mesma proporção em que aumentam os barcos de passeio. De acordo com o gestor do ICMBio por mim entrevistado,

*houve um aumento do número de embarcações e pedidos de licença para o turismo, principalmente depois da crise econômica [de petróleo e gás] que deixou muitos que trabalhavam embarcados desempregados e voltaram pra casa com o dinheiro da indenização e compraram barcos de turismo. (gestor do ICMBio 2020)*

O aumento do número de embarcações fez emergir problemas socioambientais sob a forma de conflito entre os diferentes atores da comunidade turística, o que me remete ao que Muniz apresenta quando afirma que:

*os problemas socioambientais são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação entre sociedade e natureza. Assim, travam-se, em torno dos problemas do uso e apropriação dos recursos naturais, confrontos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, seguindo lógicas próprias a cada um deles. (MUNIZ, 2009. p. 194)*

Na arena turística, que vejo em Arraial do Cabo, esses conflitos se apresentam também na medida em que existem diferentes associações de barqueiros (identifiquei pelo menos três em meus trabalhos de campo), organizadas relativamente ao tamanho dos barcos. Alguns dão início ao passeio a partir do deque da Praia dos Anjos, enquanto outros partem do terceiro píer do cais da marina dos pescadores, na mesma praia. Os motivos de

conflitos entre os barqueiros variam, desde o número de passageiros que ocorre por embarcação (de 24 a 80 pessoas, ou às vezes mais, por falta de fiscalização), até o valor cobrado por pessoa por passeio (há embarcações que cobram R\$ 100, outras R\$ 60), incluindo a forma de abordagem ao turista e os serviços oferecidos. Esses conflitos entre os barqueiros começam antes mesmo de o turista chegar à praia ou ao cais, principalmente entre os barqueiros de embarcações menores. Ela tem início ainda na “pista”, na rua, durante a abordagem ao turista, muitas vezes “pescado” no grito. Quanto às embarcações maiores, como as escunas e saveiros, a “pesca” do turista se dá através das agências de turismo, outros atores nessa arena.

Seu J., pescador de 64 anos, já várias vezes aqui referido e que muito me orientou quanto às questões locais, é morador do distrito de Figueira. Ele conta que o turismo acontece em Arraial do Cabo “há muitos anos” e que os próprios pescadores tinham o hábito de fazer o transporte de turistas para as praias mais distantes, em seus barcos de pesca, no que ele chama de “frete”.

*O pescador, quando fala nessa base de turismo, eles sempre fizeram isso. Eles levavam sempre um turista pra pescar com ele ... então ele nunca cobrou. Ele não dava valor àquilo que eles estavam fazendo. Então o turista por exemplo chegava e dava qualquer coisa pra ele, dava 20 reais pra ele, e pra ele tava ótimo. (...) Antes de existir a Reserva nós fazíamos frete, a gente chamava de frete. O frete, a gente fazia na beira da praia. Não vinha aqui pro cais não, pra não atrapalhar o pescador. A gente não atrapalhava o pescador. Mesmo a gente sendo pescador, nós não pegávamos turista aqui. Nós pegávamos na praia. Botava o joelho pro turista subir no barco da gente pra fazer o frete, entendeu? (Sr. J., 2020)*

Seu J. questiona em sua fala sobre que tipo de turismo é esse de agora que não traz benefício para o "tradicional" e “sim para o empresário”, uma vez que ele só é possível devido à reserva extrativista, que garantiu a preservação ambiental, proporcionando uma beleza que atrai o turista. Segundo Seu J. o pescador saiu perdendo nessa relação.

*Os pescadores perderam espaço, qualidade de vida. Quem teria que entrar pra se adequar, não seria o pescador se adequar ao turismo. O turismo teria que se adequar ao pescador. Mas tá ao contrário. O que que tá acontecendo? O pescador tá tendo que se adequar obrigatoriamente, se adequar ao turismo, porque o turismo sufocou, está sufocando o pescador. E sem apoio, né. Pior que é sem apoio. Não tem apoio. Já tô falando como cabista mesmo, viu? Eu já tô começando a esquentar as turbinas. Por isso que eu não gosto de falar, porque eu falo até o que eu não devo (Sr. J., Pescador antigo, 2020)*

Estamos aqui no âmbito de questões da “comunidade pescador-turística”, na intersecção da comunidade turística com a de pescadores, abrangendo no caso aqueles

envolvidos com o turismo. Nesse espaço, os conflitos maiores, assim como as perspectivas a serem consideradas giram em torno da polaridade entre turismo náutico e a pesca artesanal local. A RESEXMar AC está no centro dessa polaridade, para a qual os pescadores entendem que a reserva contribui, e mediante a qual ela deve se posicionar.

Segundo o entrevistado, o turismo que ocorre hoje em Arraial do Cabo não é o turismo que as pessoas dali demonstram querer, ou que se tenha pensado um dia para o município. Isso indica que na arena turística aqui considerada, e mais especificamente no âmbito das comunidades turística e dos pescadores, o turismo de massa realizado na cidade é altamente questionado até mesmo por quem vive dele. A vinda de muitos grupos para fazer exclusivamente os passeios de barco, e que ao final do dia retornam para as cidades vizinhas onde estão hospedados, incomoda os cabistas porque não traz os benefícios esperados à economia da cidade. Apesar de esse tipo de turismo se dar de forma mais intensa no distrito sede, a repercussão econômica é vista localmente como atingindo a todo o município, e o desejo de um “turismo diferente” permeia o imaginário de boa parte dos pescadores/cabistas.

Uma das falas dos pescadores destacou a possibilidade de um Turismo de Base Comunitária (TBC), ideia já introduzida pelo Ministério do Turismo, mas ainda mal difundida em Arraial do Cabo. O documento seminal sobre TBC é o livro organizado por Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), onde a conceituação foi desenvolvida e exemplificada com iniciativas apoiadas por editais públicos.

O turismo de base comunitária (TBC), ou turismo comunitário, consiste em um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de determinada localidade. Assim, carrega em sua essência o protagonismo das comunidades receptoras na gestão e oferta de bens e serviços turísticos (FABRINO et al. 2016, p.174).

Assim, o TBC pretende ser uma modalidade de turismo desenvolvida pelas próprias populações locais/tradicionais, que poderá articular atividades, operações e empreendimentos na comunidade e receber de modo sustentável os visitantes e turistas que procuram o município.

Figueira, local onde mora Seu J., é um dos oito distritos de Arraial do Cabo. Os distritos mais distantes são menos atendidos pelo poder local e menos procurados pelo turista. Posto isso, fica mais fácil compreender que ainda não se tenha desenvolvido uma atividade turística forte por lá, com fluxos de massa. A proposta de Seu J. para a região de Figueira é adotar o Turismo de Base Comunitária. Essa mesma ideia circula entre alguns barqueiros do distrito sede, principalmente aqueles que possuem barcos menores

e “são seus próprios padrões”. Embora Figueira esteja fora do espaço físico que corresponde à arena turística que aqui focalizo dentro da RESEXMar AC, o interesse por estabelecer ali um “Turismo de Base Comunitária” indica que o processo de turismização que ocorre nessa arena se estende por todo o município de Arraial do Cabo. O compartilhamento desse interesse na instituição do TBC pelos pescadores barqueiros do distrito sede é com certeza uma manifestação do processo turismizador que ali já ocorre, cabendo reconhecer a sua expansão para o restante do município.

A ideia do Turismo de Base Comunitária é uma manifestação em prol de um tipo de turismo, o que faz parte de uma discussão que permeia a vida da cidade, e de modo especial a dos pescadores. A discussão sobre o turismo e suas múltiplas facetas (dos turismos) é assunto constante nas rodas de conversa dos pescadores em torno da mesa da sede da Colônia. A ideia de ingressar no turismo é atraente uma vez que *“quando sai pra pescar, o pescador sai com dívida. Quando sai pra levar o turista, ele sai com dinheiro no bolso”* (Sr J., 2020)

A título de comparação, reproduzo aqui a fala de ex-pescador da Ilha Grande, retirada do trabalho de Mendonça (2010, p. 238)

Tá no mundo, tá na época de diminuição de uma coisa [pesca] e crescer outra. Hoje cresceu o turismo. O forte da Ilha Grande era o peixe. Sumiu o peixe, surgiu vocês, surgiu o turismo. Já viu a quantidade de barcas que está no turismo? Os barcos eram da pesca. Por que pararam a pesca? [...] num barco de pesca trabalhava 23 pessoas. Vamos dizer, nos barcos maiores, 23 tripulantes. Hoje trabalha 3. Só ligar a máquina, um mestre e outro joga a corda... Vocês entram no barco com os pés de vocês, saltam lá, só metem a mão no bolso e entregam. [...] O peixe do pescador agora é o turista ...[...] Eu acho bom [o turismo], se não tem o turista hoje na Ilha Grande, o turismo, acabou a Ilha Grande. Enquanto o sol está bonito, está um sol lindo, de feriado, gente na Ilha Grande “tá assim”. Bateu tempo de chuva. Tempo esfriou, acabou aqueles 2 meses, “coisa e moda”, saiu o turismo, a Ilha Grande “encruza os braços.” [...] O turismo é... vamos dizer... é a alma da Ilha Grande... hoje é a alma da Ilha Grande. Porque se for pela lei é o turismo que está dando e não tem mais [...]. Se for pela floresta hoje não se faz nada. Então o que é o pessoal faz. Estão indo para o turismo. O turismo está chegando de montão... Você vê a quantidade de lanchas que traz o turismo. Cada uma “lanchona” enorme. E o pessoal tem 2 lanchas, estão querendo 4... (Sr. Clarindo, data, citado por MENDOÇA, 2010)

A autora menciona a fala desse ex-pescador, além de outros exemplos também significativos (como aquele, referido no capítulo anterior, de “o turismo” ser um tema de todas as reuniões públicas ocorridas na Ilha), para demonstrar o que entende como a “turismização da Ilha Grande” por ela estudada. Visto pelo “processo turismizador”, o turismo é a “alma da Ilha”, em que as “leis ambientais” transformaram a natureza em seu principal produto; em que as transformações de pescadores em trabalhadores nos barcos

para turismo, revelando a força desta atividade nas relações sociais, nos modos de vida local e nas relações e práticas socioeconômicas, apontam para a questão das relações de poder apresentadas ao longo deste trabalho por Santos (2001, 2006, 2012, 2014), Haesbaert (2003, 2004, 2016) e Lopes de Souza (2001, 2013, 2019), uma vez que o turismo se coloca como alternativa econômica, disputando com a pesca.

O conceito de turismização foi inspirado nas ideias do “processo civilizador” conforme Norbert Elias (1993), e do “processo ambientalizador” conforme Leite-Lopes (2006), tendo Mendonça proposto a concepção de “processo turismizador/turismização” juntamente com sua análise da realidade da Ilha Grande. Acredito que o caso de Arraial do Cabo pode ser considerado nessa mesma trilha, pois também pode ser compreendido como um município vivendo um processo de turismização: um turismo que também vem se revelando como “a alma” de Arraial de Cabo e da RESEXMar AC, da mesma forma como se dá a importância do turismo nesta UC, onde, para muitos atualmente, “o peixe do pescador agora é o turista”, ou seja, uma analogia direta entre o turista e o peixe como recurso, como pode ser percebido pela fala de Z. (pescador antigo) *“Não tem jeito. É o turismo. Tem um aí que tava pescando, já tá com barco”*.

Esta fala, me leva a mais um exemplo da Ilha Grande, que indica a força do turismo, o processo turismizador, e como ele permeia a vida local. Mendonça (2010) relata uma conversa entre um professor e um jovem de 16 anos da Ilha, que estava trabalhando à noite em uma pousada, ao atender ao pedido da diretora da escola para convencer um aluno a voltar a estudar:

Eu vim falar contigo para voltar a estudar... Ele foi e me fuzilou. Professor, quanto é que o senhor ganha por mês? Por que você quer saber? Porque eu ganho R\$ 100,00 por dia? [Trabalhando em barco]. Dá para mim voltar a estudar?! Perguntei: Tem uma vaga neste barco? Ganha isto no verão, fora do verão não é tanto... (Professor R. citado por Mendonça, 2010, p. 240)

Assim, essas relações entre turismo e pesca, pescadores e barqueiros, grandes barcos (empresários) de turismo e barcos de pesca, ou seja, o uso dos recursos na arena que é parte do território da RESEXMar AC, pelas atividades ligadas ao turismo, não prevista na sua criação, remete a Milton Santos (2012) quando coloca que território é o espaço determinado por seu uso e envolvendo relações de poder. Remete também a Bordo et al (2004) ao relacionar território a poder, seja com viés político, econômico ou nas relações entre eles; assim como a Haesbaert (2007) e Arruda (2010), que não deixam de pensar no tema do poder quando fazem reflexões sobre território. Na mesma linha da

referência ao poder, pode-se recorrer a Xerardo Pereio e Filipa Fernandes (2018) referindo vários autores,

O controle político dos meios de produção (terra, território, água, paisagem, cultura, símbolos identitários) e mediação turística (imagem, experiência turístico) são um terreno de luta entre grupos e setores sociais que é preciso estudar abraçando uma visão dialética do turismo enquanto campo de relações de poder no qual se produzem tensões, diferenças, desigualdades, resistências, oposições, reivindicações, conflitos, acordos, desacordos e negociações (cf. Bonfill, 1987; Robinson e Boniface, 1999; Gascón, 2009; Macleod e Carrier, 2010; Toledo Solha, Elesbão e De Souza, 2017; Gascón e Milano, 2017). (p. 388).

## **O mar de Arraial do Cabo durante o isolamento social imposto pela pandemia de covid-19: impactos na pesca e no turismo e emergência do plano de manejo da RESEXMAR.**

Durante a pesquisa, fomos todos surpreendidos, em março de 2020, pela pandemia de COVID-19 e a quarentena exigida, fechando-se as fronteiras do município em 16 de março de 2020. Decidi passar esse período em Arraial do Cabo e aproveitar o acontecimento, da melhor forma possível, para o estudo. Foi a decisão mais acertada que tomei, na medida em que, no contexto da incidência dessa pandemia, pude ver com mais clareza vários dos aspectos já observados quanto à realidade de Arraial do Cabo. Além disso, foi durante a pandemia que o Plano de Manejo da RESERXMar AC foi finalmente publicado, em 25 de setembro de 2020, posteriormente a todas as entrevistas que realizei.

Os elementos daquilo que, inspirada em Grunewald (2002) como explicado acima, vejo em Arraial do Cabo, na RESEXMar, como uma “arena turística”, envolvendo uma “comunidade turística” e uma “comunidade de pescadores artesanais”, emergiram para mim com mais clareza ao longo do que pude acompanhar no período da pandemia. Da mesma forma, considero que, assim como DaMatta (1977) e Peirano (2003) colocam em relação aos rituais – no sentido de que determinados fatos da vida cotidiana entram em destaque nos rituais –, e tomando o contexto da pandemia como um evento análogo ao ritual, pude também avaliar com relação ao evento da pandemia, o quanto vários aspectos já detectados das relações entre os atores sociais locais se tornaram mais evidentes, como num contexto ritual, isto é, fazendo aflorar e trazendo mais à luz fatos já constatados.

A complexidade das relações entre o poder público em Arraial do Cabo e os demais atores sociais componentes da arena turística que focalizo se mostra, por exemplo, quando, nesse período, a prefeitura de Arraial do Cabo tomou algumas medidas para controlar os índices da pandemia na cidade, pelo menos nos limites do que chamo aqui de Distrito Sede. Uma barreira considerada como sanitária (Figura 19) foi instalada na entrada da cidade, em frente às ruínas da Álcalis. Nessa barreira era pedido, para cada veículo que se propusesse entrar na cidade, comprovação de moradia ou prestação de serviço. A barreira ficou funcionando 24 horas por dia até o dia seguinte ao resultado das eleições municipais, quando o prefeito não reeleito retirou a barreira e liberou o acesso à cidade.

Figura 19 - Barreira Sanitária no acesso a Arraial do Cabo.



Fonte: G1

Antes desse período da pandemia, Arraial do Cabo sempre foi muito procurada devido a sua beleza natural. Não à toa o número de barcos de turismo cresceu imensamente, como foi possível perceber durante o trabalho de observação participante e as entrevistas.

Também não é novidade que os pescadores utilizam seus barcos para atuar no ramo do turismo. O que chama a atenção, atualmente, é a proporção que isso tomou, como é possível observar na Figura 20 (A, B, C e D), que mostra o crescimento do número de barcos de turismo e a mudança na paisagem da Praia dos Anjos.

Durante a pandemia, quando os passeios foram suspensos e todos os barcos ficaram ancorados durante muito tempo, foi possível ter clareza sobre o crescimento do número de embarcações da atividade turística.

A Figura 20A mostra a Praia dos Anjos ainda sem o píer, por volta da década de 1960, apesar do já funcionamento do Porto, com poucos barcos de pesca ancorados na beira da praia, enquanto a Figura 20B por volta da década de 1980, mostra uma exclusividade de canoas na Praia dos Anjos, sugerindo pouca presença de turismo náutico e uma maior atividade pesqueira.

A Figura 20C, datada do início da década de 2000, já apresenta um aumento significativo do número de barcos de passeio, ocupando uma maior área da Praia dos Anjos, inclusive ocupando o cais da marina. A Figura 20D é uma fotografia de 2020, onde

só é possível perceber barcos de passeio. Nela é possível perceber que as canoas desaparecem na paisagem, transparecendo a força do turismo sobre a pesca.

Figura 20 - Crescimento do número de barcos de turismo.



Fonte fotos A, B e C: página do facebook Arraial do Cabo Histórico. Fonte foto D: Acervo Pessoal.

A possibilidade de observação participante em Arraial do Cabo também durante o período da pandemia de COVID-19, de março a novembro de 2020, quando o turismo foi totalmente reduzido e a pesca artesanal passou a ser a única atividade em operação, desnudou claramente aquela estrutura reinante de relações entre pesca e turismo, que foi invertida mediante a pandemia.

Não só a “comunidade dos pescadores” foi visivelmente afetada – no caso, beneficiada com o aumento da pesca – nesse período; a “comunidade turística” foi igualmente atingida – no caso, com várias restrições. Durante aproximadamente 4 meses a cidade esteve “fechada” aos visitantes e, conseqüentemente, à entrada de dinheiro no mesmo ritmo que vinha ocorrendo. As praias foram bloqueadas e seus acessos restringidos até mesmo para os moradores. Apenas pescadores tinham acesso ao mar. Os barcos de passeio foram proibidos de circular, as pousadas foram fechadas e não restou outra alternativa para muitos donos de barco, principalmente os donos de barcos menores que não tinham uma reserva financeira expressiva, que não fosse sair para pescar.

Assim como visto e divulgado nas mídias sociais e televisivas, ocorrido em outras

localidades, com a ausência dos barcos, o que foi percebido em diferentes praias de Arraial do Cabo, foi o retorno dos peixes (Figura 21), cardumes inteiros estavam presentes na beira das praias. Ou seja, também as comunidades não humanas nessa arena foram afetadas – no caso, positivamente – pela retração do turismo no local. Espécies de pescado que foram relatadas como ausentes ou difíceis de serem encontradas voltaram a cair nas redes que, por sua vez, voltaram a ser lançadas ao mar, em áreas antes dominadas pela atividade turística, indicando um retorno, mesmo que momentâneo, da pesca, inclusive por aqueles que usavam seus barcos para passeio e turismo náutico em período anterior à pandemia.

Figura 21 - Registros pandêmicos.



Legenda: 21 A –Folheto de anúncio/comemoração da colônia Z5 pela oferta de pescado. Fonte: Colônia Z5; 21B - desembarque de pescado no cais; 21 C - qualidade e a calma das águas no cais de onde partem os barcos de turismo; 21D - distribuição de pescado em dia de boa pescaria. Fonte das fotos B, C e D: Acervo pessoal.

A abundância do pescado que aconteceu no momento pandêmico pôde ser registrada e comemorada pela colônia Z5, constatada pela quantidade de pescado sendo

descarregado no cais. Além da quantidade de pescado, houve melhora na qualidade da água e uma calmaria das águas no cais de onde partem os barcos de turismo, reduzindo o movimento das embarcações, permitindo que se observasse com clareza a presença de tartarugas e espécies de peixes de fundo de mar. A oferta de pescado e a redução da demanda por conta do baixo funcionamento dos restaurantes e da diminuição de turistas permitiu que uma tradição local, a distribuição de pescado em dia de boa pescaria, pudesse acontecer outra vez. Vale lembrar que é comum a distribuição de 1 ou 2 unidades de peixe para quem ajuda a puxar o cerco na praia, ou para quem passa no cais na hora do desembarque, mas o que foi visto no período pandêmico foi um aumento da quantidade de peixes oferecidos gratuitamente para as pessoas. Eu mesma recebi, no dia em que fiz a fotografia 21 D, 10 unidades do peixe da espécie raquete. Em outras ocasiões, o máximo que recebi foi 2 peixes.

Nesse mesmo período, foi publicado o Plano de Manejo da RESEXMar AC, documento previsto em lei para todas as UC, que trata do uso, gestão e normas da área da reserva e que, durante todo o tempo da pesquisa, não configurava como documento disponível.

De acordo com a Lei No 9.985/2000 (Lei do SNUC), o plano de manejo (PM) é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais em uma unidade de conservação, incluindo a implantação de estruturas físicas necessárias à sua gestão.

O PM é um dos principais instrumentos de gestão da UC, pois constitui o seu documento oficial de planejamento, definindo quais usos serão desenvolvidos na UC, bem como onde e de que forma os usos poderão ocorrer. Também descreve a relevância da UC ao identificar o seu propósito, a sua significância e os seus recursos e valores fundamentais (RVF), fornece subsídios para a interpretação ambiental, avalia as necessidades de planejamento e dados para a UC e identifica seus atos legais (ou regras específicas) e seus atos administrativos previamente existentes. (BRASIL, 2020. p. 06)

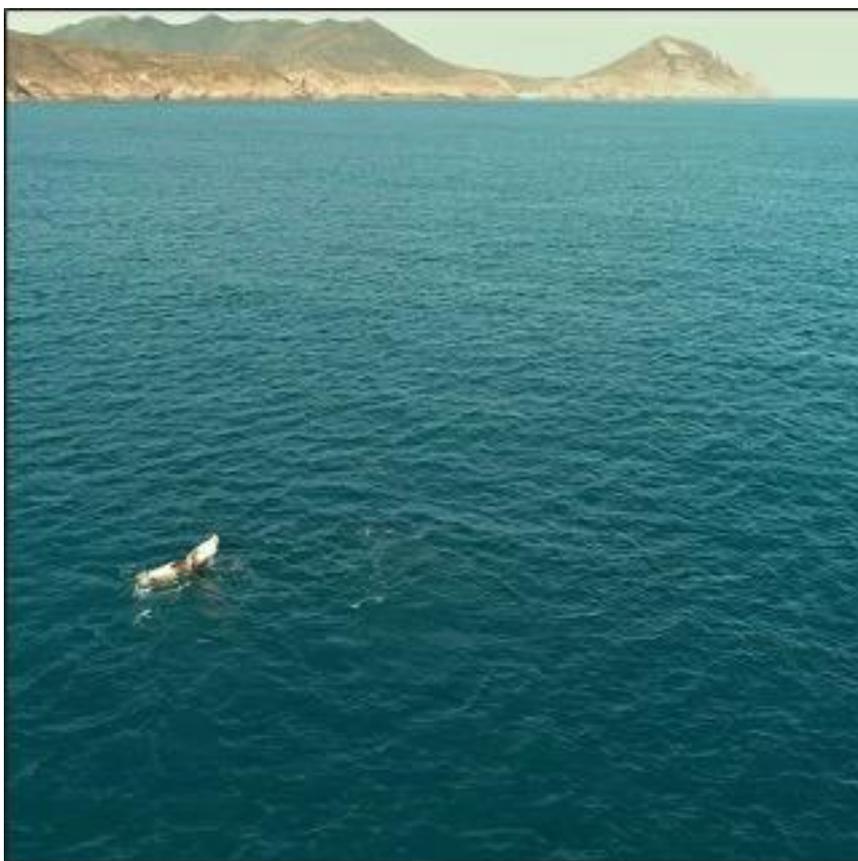
O Plano de Manejo está estruturado em 3 partes principais, apresentando: os componentes fundamentais na parte 1, onde são apresentados os elementos que levaram à criação da UC e suas justificativas no âmbito socioambiental e cultural; os componentes dinâmicos na parte 2, onde são apresentados os itens que podem variar de acordo com tempo, tais como os recursos para interpretação ambiental, os atos legais e administrativos e a avaliação de necessidades de dados e planejamento; os componentes normativos na parte 3.

Também no período pandêmico em que estive em Arraial do Cabo, foi possível perceber a vegetação reocupando seu espaço original nas praias mais afastadas; o

movimento das dunas com o vai e vem dos grãos de areia transportados pelo vento; o balé de baleias e golfinhos nadando e se exibindo em maior número que o de costume (Figura 22), tornando claro que Arraial do Cabo está na rota de migração de baleias que vão a Abrolhos (Bahia) todos os anos.

O que houve de diferente no ano de 2020 foi a pandemia<sup>26</sup> e, com ela, pode ser percebido que as baleias e golfinhos, além de estarem em maior número, também pareciam bem mais “confortáveis” ao nadar, com menor circulação de embarcações.

Figura 22 - Jubarte no mar de Arraial do Cabo em junho de 2020



Fonte: @drone\_adventuresbr

No entanto, em 1 de setembro de 2020, a prefeitura reabriu a cidade para os visitantes. Ainda com algumas restrições e regras, mas o fato é que os turistas voltaram a

---

<sup>26</sup>É possível detectar na literatura outras reflexões recentes sobre impactos da pandemia no turismo como, por exemplo, Carneiro et al (2021)

circular por Arraial do Cabo. Economicamente foi importante esse retorno. No primeiro feriado seguinte à abertura, o feriado de 7 de setembro, a cidade ficou lotada de turista (Figura 23B), um turismo conhecido por todos na cidade, como um turismo de massa.

Figura 23 - Marina dos Pescadores

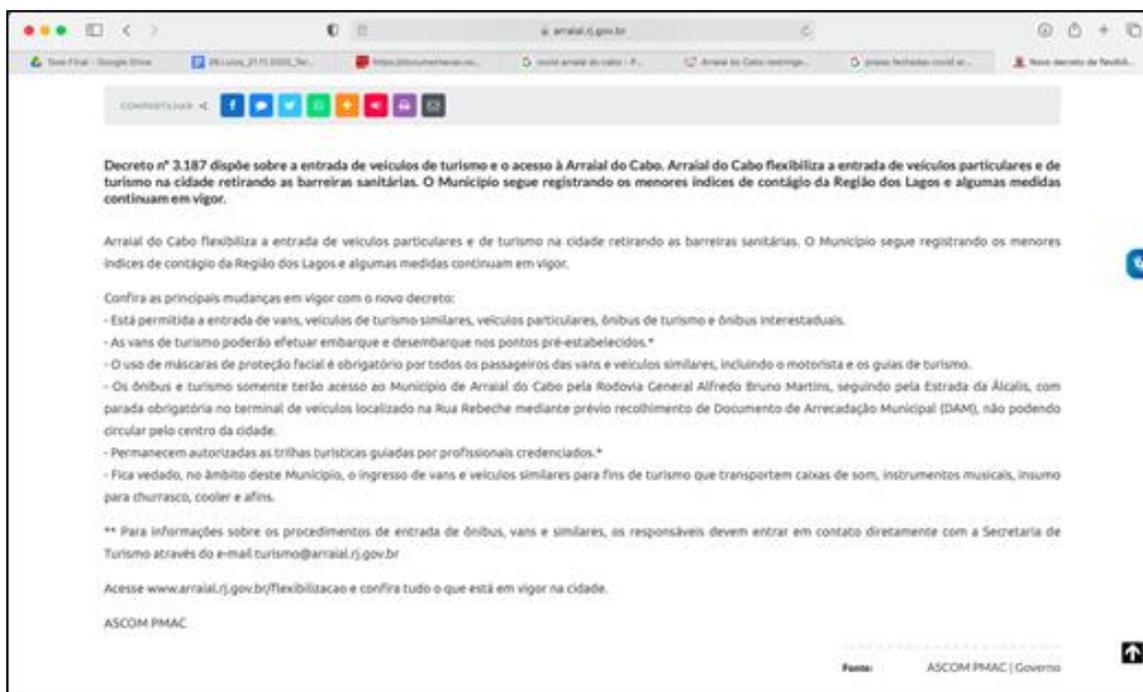


Fonte: 23 A – Acervo Pessoal; 23 B – Jornal A Shama

No pleito eleitoral de 15/11/2020, o prefeito Renatinho Viana, da gestão durante a qual desenvolvi minha pesquisa (2017 a 2020), não conseguiu a reeleição. Quinze dias depois do processo eleitoral, emitiu um decreto (Figura 24) suspendendo a barreira sanitária e autorizando livremente a entrada de ônibus, vans e carros. O resultado foi um final de semana de muita aglomeração e grande risco de contaminação.

Arraial do Cabo é uma cidade pequena, com apenas um hospital municipal que contava com somente 3 respiradores no período em que essa pesquisa foi realizada e que não suportaria um descontrole da COVID-19, retratando uma imensa irresponsabilidade social e sanitária.

Figura 24 -Publicação do decreto de flexibilização após o pleito eleitoral.



Fonte: Prefeitura de Arraial do Cabo

O painel de indicadores de COVID-19 do Ministério da Saúde (Figura 25A, acesso em 14/2/2021) mostra com muita clareza o pico de 18 casos novos ocorridos na cidade em 17/12/2020, exatamente um mês depois da retirada das barreiras sanitárias, expressando o que se passa nesse contexto de disputas políticas locais. Em dezembro de 2020, a cidade já registrava 472 casos acumulados de COVID-19 e uma taxa de letalidade de 1,69% segundo os dados da secretaria de Estado de Saúde do RJ (Figura 25B). Os dados estaduais (Figura 25B) e federais (Figura 25A) frequentemente estão em desacordo, por diferença nas datas de atualização.

Figura 25 -Dados do COVID em Arraial do Cabo



Legenda: A- Curva diária de novos casos de COVID-19 de março de 2020 a fevereiro de 2021 em Arraial do Cabo, obtida na página do Ministério da Saúde em 14/2/2021. ([https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)).

B- Dados da Secretaria Estadual de Saúde do RJ (<https://dadoscovid19.cos.ufrj.br/pt>)

Ainda que não seja objeto da tese, nesse contexto, como a pandemia oportunizou o acesso a múltiplas bases de dados sobre a evolução do problema nos municípios brasileiros, e também no mundo, assim, não há como deixar de observar e de comentar indicadores que mostram fragilidades do município de Arraial do Cabo para as atividades de turismo durante a pandemia. O site FarolCovid, mantido por uma parceria de três organizações da sociedade civil sem fins lucrativos – Impulso, do Instituto Arapyau e do Instituto de Estudos de Políticas de Saúde (IEPS) –que buscam dar apoio às gestões municipais em relação à decisões sobre reabertura segura, combina 4 dimensões para indicar o nível de risco de uma cidade: 1. a situação da doença, que busca medir como a doença está se espalhando no território; 2. o controle da doença, que retrata a capacidade do poder público de detectar os casos; 3. a capacidade de respostas do sistema de saúde, que reflete a situação do sistema de saúde e risco de colapso; e 4. a confiança dos dados, que reflete a qualidade das medições de casos sendo feitas pelos governos.

Os dados coletados no dia 12/2/2021 para Arraial do Cabo como um município, apontam um nível de alerta altíssimo (Figura 26), o maior dos quatro níveis avaliados pelo site (altíssimo/ alto/ moderado/ novo normal).

Figura 26 - Nível de alerta para Covid-19 em Arraial do Cabo



Legenda: Nível de alerta sobre a COVID-19 para a cidade de Arraial do Cabo, segundo o algoritmo do site FarolCovid (<https://farolcovid.coronacidades.org/#>) em 12/2/2021.

Não é novidade que a pandemia de COVID-19 impactou o turismo no Brasil e no mundo nas suas variadas formas. O tema vem sendo inclusive objeto de publicações acadêmicas, como verifiquei no trabalho de Meca e Gedoz (2020) sobre impactos econômicos na região turística da Serra Gaúcha, e também no trabalho de Renasinghe et al (2021), sobre países da África, Caribe, América Central e parte da Ásia, que tematiza o problema de economias baseadas em turismo no contexto da pandemia.

Meca e Gedoz (2020) trazem uma análise sobre o impacto econômico da pandemia no turismo de Bento Gonçalves (RS), sinalizando que a atividade turística ficou comprometida por conta dos riscos de contágio, uma vez que “pontos turísticos são, por sua natureza, lugares de aglomeração de pessoas”. O mesmo foi percebido em Arraial do Cabo, onde a atividade turística de maior expressão, o passeio náutico, tem por característica aglomerar pessoas dentro e fora dos barcos, em dias de muito calor, sol e banho de mar, o que contribuiu para o não uso das máscaras e para o não distanciamento social. Dessa forma, durante o período de restrição, a Marina dos Pescadores ficou fechada para o turismo, interrompendo os passeios de barco, trazendo à tona um problema social, como falta de trabalho e geração de renda, para a prefeitura e para as associações.

De acordo com Renasinghe, “mais importante ainda, as intervenções políticas impulsionadas positivamente devem ser estabelecidas para diminuir os efeitos potencialmente chocantes do surto sobre o bem-estar das atividades econômicas vulneráveis” (RENASINGHE et al, 2021 p. 62).

Na mesma linha do que aponta Renasinghe, percebi que o período da pandemia descortinou episódios relacionados ao posicionamento da prefeitura evidenciando com mais clareza o peso que o poder público local tem na esfera da arena turística no âmbito da RESEXMar AC, bem como o entrelaçamento dos diferentes atores sociais que compõem essa arena, indicando que o turismo atrapalha a pesca por ser uma atividade economicamente mais atraente, como bem disse um dos entrevistados, dando o título deste capítulo, na disputa diária por espaço nessa arena, levando a uma maior procura por parte dos cabistas, pelo desenvolvimento de atividades do ramo do turismo, levando o pescador a se adequar à atividade do turismo.

**CONCLUSÃO: “NÃO SERIA O PESCADOR SE ADEQUAR AO TURISMO. O TURISMO TERIA QUE SE ADEQUAR AO PESCADOR.”**

Tudo junto e misturado



Fonte: Acervo Pessoal

Depois de analisar os elementos pesca e turismo da arena que observei, posso concluir que os caminhos percorridos durante a realização desta tese, me permitem afirmar que dentro da arena “turístico-pesqueira” de Arraial do Cabo, quando lhes interessa, os pescadores se percebem como pescadores tradicionais, mas isso ocorre com a maioria que está em transição para a categoria de trabalhadores do turismo, principalmente durante o verão.

Pode-se ser levado a questionar a prática da atividade turística pelos pescadores “tradicionais”, ao se colocar que o turismo pode ser contestado enquanto uma atividade tradicional e que este uso não poderia ser permitido por questões legais, conforme a categoria de uma Resex Marinha. Assim, ver o turismo sendo praticado nestes espaços sociais, do tipo Resex Mar, previstos para pesca artesanal, me remeto mais uma vez a Grunewald, inspirador da perspectiva de meu olhar de campo.

(...) as arenas turísticas podem ser muito bem aproveitadas para o posicionamento (discursivo) das comunidades étnicas no mundo globalizado. Essas comunidades acabam muitas vezes por fazer dessas arenas os pontos de onde conseguem falar de si ao mundo, um mundo pós-moderno que necessita cada vez mais do primitivo como contraponto estratégico (GRUNEWALD, 2003, p. 155).

A “comunidade pescador-turística” da RESEXMar AC tem também no turismo uma possibilidade de falar de si para o mundo, dos diversos significados, elementos, olhares, lutas, identidades além de significar ser um pescador artesanal trabalhando com turismo, em contrapondo às questões políticas estratégicas de âmbito mais macro.

As falas desses pescadores revelam que três estratégias foram implementadas atuando nas duas frentes, da pesca e do turismo, ao mesmo tempo em que buscando assegurar sua reprodução social na arena: a primeira, se mantendo como pescador artesanal, para garantir o recebimento dos benefícios previstos pela legislação de apoio à atividade extrativista; a segunda, adotando a posição de trabalhador do turismo, seja como barqueiro ou como apoiador logístico da partida e chegada de barcos; a terceira, quando são pescadores de canoas e não têm barcos grandes para fazer passeios turísticos, fazendo acordos com os atores sociais do turismo, que passam a pagar compensações aos pescadores para não jogarem suas redes nas áreas em que o turismo náutico estiver ocupando o território. Todas essas estratégias, por mais que os coloquem em um novo papel, não ressignificam a identidade “habitada” por esses atores, que mantêm o auto reconhecimento como pescadores, mesmo atuando nas atividades turísticas.

Paralelamente a como os atores sociais envolvidos nessa arena se percebem, ficou

claro que eles percebem a RESEXMar AC, inicialmente, como uma garantia para a manutenção da cultura tradicional dessa população (“*a reserva não foi feita pra gente?*”), mas em seguida questionam a gestão/fiscalização das normas de atuação na reserva, ao constatar que o número de barcos de turismo cresce em detrimento da atividade pesqueira. O último acordo de gestão da RESEXMar AC, assinado em setembro de 2020 pelo presidente do ICMBio local, expressa claramente que a atividade turística, não citada no documento de criação da RESEXMar AC, passa agora a ser admitida na reserva.

As atividades produtivas, dos extrativistas regulamentadas nesse Acordo de Gestão, compreendem o aproveitamento racional dos recursos pesqueiros, pesca artesanal, mariscagem, maricultura, beneficiamento, comercialização de pescado e *atividades de lazer ligadas a visitaçao (turismo náutico com ênfase ao turismo de base comunitária, pesca amadora, esportes náuticos e ecoturismo)* - [grifos meus] (BRASIL, 2020)

Diante desse cenário, é fácil perceber que pescadores tradicionais enfrentam conflitos de interesse relativos ao uso do território com todas as demais categorias profissionais ligadas ao mar, em especial barqueiros e empresários do turismo. Os gestores ambientais, que deveriam fiscalizar e regulamentar o uso do território, nem sempre dão conta de dirimir tais conflitos, nos quais os trabalhadores extrativistas estão mais enfraquecidos na luta pela ocupação e uso econômico do território.

Diante disso, o turismo em Arraial do Cabo acontece de forma intensa, do tipo turismo de massa, motivado pelas belezas paisagísticas e a promessa de ser uma maior fonte de renda em relação à pesca. Isso foi bem evidenciado nas falas de alguns entrevistados que afirmaram que “*para pescar, o trabalhador sai com dívida; na atividade turística, o trabalhador sai com dinheiro no bolso*”. (Sr. J. cabista, pescador)

Toda essa nova dinâmica, me permite concluir que a RESEXMar “abraçou” o turismo, a julgar pelo Acordo de Gestão que foi publicado em 25/9/2020, no qual elementos de Ecoturismo e de Turismo de Base Comunitária já são apontados como atividades produtivas que podem ser exercidas pelos extrativistas, isto é, os pescadores, na reserva. No entanto, ainda cabe bastante discussão sobre essa inclusão das atividades turísticas no rol de atividades possíveis de serem realizadas pelos pescadores, até porque o Plano de Manejo publicado no site do ICMBio indica que “o turismo náutico desordenado está entre as atividades que mais ameaçam a RESEXMar AC” (BRASIL, 2020 p.10). Desse modo, percebe-se uma mudança nos marcos legais da reserva, que implica uma pauta de discussão e regulamentação relacionada à questão do turismo em Arraial do Cabo, indicando que houve uma assunção por parte dos atores sociais



Considerando que na nuvem se destaca ainda a palavra “reserva”, pode-se ver como essas palavras mais citadas correspondem aos próprios capítulos desta tese, que, por sua vez, dizem respeito às principais questões aqui tratadas. E é preciso lembrar que esses eixos temáticos, embora tenham sido separados em termos do seu desenvolvimento, são totalmente imbricados na vida local, como se pôde perceber nas referências cruzadas entre os capítulos e no seu sequenciamento.

Como vimos no capítulo 1, a pesca sempre foi um elemento formador da cultura cabista, presente no cotidiano da cidade desde a sua formação histórica e trazendo para sua população uma marca de identidade e orgulho. Na pandemia de COVID-19, com o fechamento do acesso ao Distrito Sede do município pelas barreiras sanitárias, essa particularidade ficou bem demarcada quando em Arraial do Cabo os pescadores partiram para o mar exercendo sua atividade extrativista, e em Ilha Grande, por exemplo, os barqueiros ficaram sem opções (CARNEIRO e ALLIS, 2021).

Apesar desse contexto histórico, constatei ao longo da pesquisa que cada vez menos os pescadores exercem sua atividade pesqueira como principal fonte de renda, adotando o turismo e os diversos serviços associados a ele como fonte primária de renda. Os motivos para essa redução da atividade pesqueira são variados, compreendendo desde a redução do estoque pesqueiro disponível, apontado por alguns pescadores, até o aumento do turismo, fenômeno bem marcante e perceptível no distrito sede de Arraial do Cabo e que aos poucos vai avançando por outras áreas da RESEXMar AC.

A crise de emprego, na primeira década de 2000, empurrou o trabalhador de “volta para a casa” com dinheiro no bolso e a fim de comprar um barco para atuar no turismo náutico, conforme ouvi nas diferentes falas dos gestores e dos moradores locais, inclusive nas conversas de mesa de bar. Essa dinâmica configurou uma mudança na paisagem do distrito sede do município de Arraial do Cabo, resultando em uma nova organização territorial. Essa nova organização, fruto das novas relações produtivas, gera um aumento do número de pessoas envolvidas com o turismo náutico, com outras formas de turismo e serviços associados. Isso interfere diretamente na pesca artesanal, levando à construção de novas identidades e reforçando a tese de Bauman (2005) e FCPBIG (2017). Leva também à gênese de novas territorialidades na RESEXMar AC, segundo os conceitos de Haesbaert (2003, 2004, 2007), Spósito (2009) e Arruda (2010). Isso leva ao questionamento do que significa ser um pescador artesanal (como “habita” a categoria de pescador/população tradicional) nesse contexto de reorganização socioambiental da

pesca e turismo, bem como na caracterização dos pescadores como população tradicional, resultando na ressignificação, inclusive, do que seja a RESEXMar AC e sua função.

Com o fomento do turismo de massa, apresentado no capítulo 3, uma nova ordem socioambiental se instalou, repercutindo no imaginário social e levando o município a se apresentar como conhecemos hoje: como uma cidade que vive do turismo, nos deixando confortáveis para afirmar que Arraial do Cabo, tal qual a Ilha Grande, “respira” turismo.

Confirmei neste trabalho o processo de turismização (MENDONÇA e PRADO, sd; MENDONÇA, 2010, 2011, 2015) que pôde ser percebido em Arraial do Cabo a partir do momento em que toda a dinâmica social, ambiental e territorial se reorganiza em referência à atividade turística e tudo que veio dela. Entretanto, em Arraial do Cabo existe um elemento a ser considerado nesse processo de turismização, trata-se de um elemento instaurado sob forma de lei. Uma unidade de conservação do tipo Reserva Extrativista Marinha que, como vimos no capítulo 2, impõe certos limites de atividade dentro do território marítimo delimitado por ela, por mais que sejam identificadas flexibilizações e disputa de poder entre turismo e pesca.

Mediante essa realidade, o caminho encontrado por alguns pescadores que dependem do recurso marítimo foi a assunção de acordos, muitas vezes extra oficiais, de gestão de parte da área da RESEXMar AC para transformar esse território em um espaço de uso comum para as atividades de pesca e turismo.

Como mostrado no capítulo 3, considerei esse território – compreendido entre a Enseada dos Anjos, Enseada do Forno, Prainhas do Pontal, Baixio, Praia da Ilha, Boqueirão e parte do lado externo da Ilha de Cabo Frio – como uma arena turística abrangendo uma área comum às atividades turísticas e de pescadores. Esta área e o contexto por ela produzido, considerei como uma “comunidade turístico-pesqueira”, por analogia ao que Grunewald (2002) entendeu como uma “comunidade etnoturística” na sua análise sobre os índios pataxó na Bahia, também alcançados fortemente pelo turismo.

Diante de toda essa dinâmica que se apresenta em Arraial do Cabo, posso concluir que tanto a RESEXMar AC está assumindo novos significados para além daqueles estipulados por lei, quanto a atividade turística hoje já se apresenta como atividade tradicional, inclusive constando no plano de manejo da RESEXMar AC aprovado em setembro de 2020, durante a pandemia da COVID-19. Tudo isso atende às expectativas dos pescadores, que estão optando pelas oportunidades que lhes trazem mais rendimentos. Em suas palavras: *“Hoje quem trabalha com turismo tá rico. Quem tá com a pesca, tá*

*devagarzinho*”. (Sr. Z. Cabista, Pescador). Esta fala me remete às conversas que tive com os pescadores mais antigos, citadas na Introdução em que os pescadores mais velhos revelam que os mais jovens não querem trabalhar na pesca, e que para eles seria melhor que os mais novos se tornassem “alguém na vida”. Identifico que o turismo representa, para muitos, esta transformação em “alguém na vida”, em contraposição a um estigma local (para alguns) do que seria o trabalho na pesca, ser um pescador, mesmo que essa transformação não venha apenas como resultado da formação escolar, mas sim pela possibilidade de “ficar rico”.

Dessa forma, posso afirmar que, na arena estudada na RESEXMar AC, entre a pesca e o turismo ocorrem diversas relações, disputas, congruências, elos, conexões, desconexões, diálogos, reconfigurando a dinâmica socioambiental da RESEXMar AC e econômica do município a ponto de o turismo, assim como atividades esportivas e a pesca amadora por não pescadores artesanais, passar a ser previsto como atividade produtiva permitida em área da RESEXMar AC que pode ser exercida pelos pescadores enquanto “população tradicional”, no mais recente acordo de gestão da RESEXMar AC, tal qual a pesca, como explicitado no item 2 do Capítulo II – “Das Atividades Extrativistas” – do documento oficial

2. As atividades produtivas, dos extrativistas regulamentadas nesse Acordo de Gestão, compreendem o aproveitamento racional dos recursos pesqueiros, pesca artesanal, mariscagem, maricultura, beneficiamento, comercialização de pescado e atividades de lazer ligadas a visitação (turismo náutico com ênfase ao turismo de base comunitária, pesca amadora, esportes náuticos e ecoturismo). (BRASIL, 2020)

Isso garante a manutenção da unidade de conservação na categoria em que se encontra, como Reserva Extrativista Marinha, e coloca novos desafios para a sua gestão e para as relações com as populações tradicionais, consideradas aqui como todos os que vivem de forma artesanal da pesca, do marisco e inclusive do turismo, enfatizando-se uma proposta de ecoturismo e turismo de base comunitária, uma real expectativa de alguns pescadores, como detectamos na pesquisa e que foi confirmado pelo plano de manejo recentemente publicado.

Destaca-se que neste contexto mesclam-se usos/atividades permitidos (as), nesta arena, de duas categorias de UC distintas. Uma de uso sustentável, a RESEXMar, que tem o extrativismo como a principal prática produtiva (indicando até autorização da pesca esportiva para não “pescadores tradicionais” e atividade de lazer compatível com os interesses locais e de acordo com o Plano de Manejo, aprovado em setembro de 2020,

durante a pandemia de Covid-19) e uma de uso restritivo (categoria de proteção integral), o Parque, em que as atividades de cunho contemplativo e vivenciais para fins de turismo e de lazer são possíveis (turismo, mergulho, esporte náutico, visitas a praias, trilhas, grutas, entre outros). Será que estaríamos diante de uma nova categoria sustentável-proteção integral de UC de uso misto? Os novos usos, levam a novos significados do que seja a RESEXMar AC. Estamos assim, diante de um desafio para a gestão da RESEXMar AC, diante da sua ressignificação.

Esta pesquisa então, me permitiu evidenciar que nessa arena turística, que identifiquei em Arraial do Cabo, marcada por belas paisagens preservadas pela criação da unidade de conservação, que deu à cidade o reconhecimento de “Capital do Mergulho”, os pescadores confrontam situações de permanente ameaça a sua atividade extrativista tradicional e se lançam a desenvolver outras ligadas ao turismo, para garantir mais uma fonte de renda e sua reprodução social.

Dessa forma, é possível concluir que, *“não seria o pescador se adequar ao turismo. O turismo teria que se adequar ao pescador”*, como queria o entrevistado. O que se percebe é que a disputa por espaço nessa arena, dia após dia, faz emergir uma nova configuração social, em que os pescadores resistem, mas também negociam antigas e novas possibilidades de usos econômicos na arena. Embora a criação da RESEXMar AC tenha se justificado pela presença dos pescadores artesanais vistos como população tradicional, as atividades turísticas, como mostro nesta tese, vieram a ter uma presença também forte na arena/território, a ponto de passarem a ser admitidas como possíveis de serem exercidas por esses pescadores, sem que isso lhes retire a qualidade de “extrativistas” e de “tradicionais”.

É de se notar que, no acordo de gestão indicado no Plano de Manejo, o “turismo de base comunitária” é enfatizado nesse contexto, apontando para a reafirmação da comunidade local/pescadores. Trata-se da recomendação de um tipo específico de turismo, que tem sido reconhecido e adotado no Brasil, referido, entre outros aspectos ao protagonismo de populações locais. A compreensão do caso da RESEXMar AC, no seu desenrolar e na sua situação atual, nos remete às diversas situações das tantas unidades de conservação no Brasil que – prevendo ou não a presença de humanos – são levadas a composições variadas com essa presença e que passam a demandar alteração na legislação bem como atenção e soluções específicas por parte dos gestores. Nesse sentido, espero que esta tese contribua com esse campo de entendimento, particularmente no que diz

respeito à incidência do turismo no universo de UCs extrativistas marinhas.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Sobre os usos sociais da cartografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2014. Disponível em:

[http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt\\_analitico/ACSELRAD\\_Henri\\_-\\_Sobre\\_os\\_usos\\_sociais\\_da\\_cartografia.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/ACSELRAD_Henri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf)

AGUIAR, Luiza Araujo Jorge. Análise das transformações Socioambientais e suas consequências na paisagem litorânea do Bairro da Prainha, Arraial do Cabo/RJ: Estudo de Caso. Monografia (Especialização em Gerenciamento Socioambiental Costeiro). Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia. Programa de Engenharia de Produção. COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. Chico Mendes e sua contribuição para a Educação Ambiental: reflexões para o ensino de geografia e meio ambiente. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal do Rio de Janeiro. Nilópolis, RJ. 2014.

ALLEGRETTI, Mary Helena. A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, 827p., mm. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2002.

ALMEIDA, M.; CUNHA, M. C. Populações tradicionais e conservação. In: Programa Nacional da Diversidade Biológica – Seminário de Consulta. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira. Macapá, 1999.

ALMEIDA, Isabel Lima de; TARDIN, Raquel. Paisagem da Pesca em Arraial do Cabo: conflitos e potencialidades. Trabalho completo em congresso Arquisur, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2019.

ARRUDA, D. O.; MARIANI, M. A. P. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 2010.

BARTHOLO, Roberto (Org.); SANSOLO, Davis Gruber (Org.); BURSZTYN, Ivan (Org.) Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. v. 1. 508p.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi / Zygmunt Bauman; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEAUD, Stéphane & WEBER, Florence. Guia para a pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes, 2007.

BORDO, Adilson Aparecido; SILVA, Cleide Helena Prudêncio da; NUNES, Marcelo; BARBOSA, Túlio; MIRALHA, Wagner. As diferentes abordagens do conceito de território. FCT/UNESP. 2004.

BRASIL. Decreto N. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

BRASIL, Imprensa Nacional. Decreto de criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – RJ. D.O.U. ANO CXXXV - N° 3 de 6 de janeiro de 1997. Disponível em (<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=06/01/1997>) - último acesso em 14/09/17

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Histórico de cidades. Disponível em (<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330025&search=rio-de-janeiro|arraial-do-cabo|infograficos:-historico>) - ultimo acesso em 14/09/17.

BRASIL, Lei de instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm) - último acesso em 14/09/17

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília. DF. 2000. – disponível em [http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas\\_protetidas/snuc/Livro%20SNUC%20P NAP.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protetidas/snuc/Livro%20SNUC%20P NAP.pdf) - último acesso em 14/09/17. - 2017a

BRASIL. Decreto de criação das Reservas Extrativistas. decreto no 98.897 de 30 de janeiro de 1990 – disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d98897.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm) - último acesso em 14/09/17 - 2017 b

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Último acesso em 06/08/2019.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm)

\_\_\_\_\_. Roteiro para criação e legalização das Reservas Extrativistas. Portaria n.º 51-N, de 11 de maio de 1994. Último acesso em 06/08/2019. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/PT0051-110594.PDF>.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. 2020. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2282-resex-marinha-do-arraial-do-cabo> . Último acesso em 14/02/2021.

BRETTAS, Luiz Fernando de Melo. Do mar à mesa: a pesca e a alimentação em Arraial do Cabo entre as décadas de 1930 e 1960 – Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 159 f. 2018.

- CARNEIRO, J; ALLIS. T. Como se move o turismo durante a pandemia da COVID-19? Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo,15(1),2021.  
<http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.2212>
- CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. Revista Sociologia & Antropologia. Vol. 02.04: 129 – 158. 2012.
- COHEN, Anthony P. The symbolic construction of community. London: Routledge, 1985.
- CUNHA, M. C. e ALMEIDA, M. W. B. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In. Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios, orgs João P., R. Capobianco et al, São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, pp. 184-193.
- DAMATTA, Roberto. Centralização, estruturas e o processo ritual. Anuário Antropológico ISSN 2357-738X, ISSN-e 0102-4302, vol.1, Nº 1, 1977, págs. 327-335
- DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. 3.a edição editora HUCITEC. São Paulo, 2001
- \_\_\_\_\_. Cultura marítima, conhecimento e manejo tradicionais na RESEX marinha do Arraial do Cabo, São Paulo, NUPAUB – USP, 2007.
- ELIAS, N. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1993.
- FABIANO, Celia Cristina Lapagesse. O Turismo e a sua Contribuição na Manutenção e na Preservação da Pesca Artesanal e da Cultura Tradicional na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. 2011.
- FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172- 190, dez. 2016.
- FCPBIG-Fórum Contra a Privatização da Baía da Ilha Grande. Há, sim, caiçaras na Ilha Grande. Angra dos Reis, 2017
- FERREIRA, H. C. A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande-RJ, Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2010.
- FERREIRA, C. E. L; GONÇALVES, J. E. A. e COUTINHO, R. Cascos de navios e plataformas como vetores na introdução de espécies exóticas. In: SILVA, J.S.V. e SOUZA, R.C.C.L. Água de lastro e bioinvasão. Ed. Interciência. P. 143 – 145. Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA-KRUEL, Viviane Stern da; PEIXOTO, Ariane Luna. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. *Acta bot. bras.* 18(1): 177-190. 2004.

FREITAS, LETÍCIA LIMA DE. Sustentabilidade Sociocultural e Turismo na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu. Dissertação de mestrado. UnB. 2013. 139 f.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei de criação do Município de Arraial do Cabo. Lei nº 839, de 13 de maio de 1985 – disponível em <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/149844/lei-839-85> - último acesso em 14/09/17.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. 1ª ed., 13 reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. OS PATAXÓ E OS FLUXOS COLONIAIS. Trabalho apresentado no GT – POVOS INDÍGENAS, coordenado por João Pacheco de Oliveira e John Manuel Monteiro no XXVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG. 2002.

\_\_\_\_\_. TURISMO E ETNICIDADE. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, outubro de 2003.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. *Território, Territórios. Ensaio Sobre O Ordenamento Territorial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2007.

\_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 29: 11 – 24, jan. 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>

\_\_\_\_\_. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. *Territórios Alternativos*. 3 ed., 3 reimpr., São Paulo: contexto, 2017.

HEIDRICH Álvaro Luiz. Conflitos Territoriais Na Estratégia De Preservação Da Natureza. In: *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos / Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) --1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.*

JABLONSKI, Silvio. A pesca em Cabo Frio e Arraial do Cabo. *Análise das estatísticas de desembarque (1990 -1996)*. Rio de Janeiro. 1997

LITTLE, Paul E. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In SOUZA LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMANN, Maria Introdução (orgs.) *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria/LACED, 2002.

\_\_\_\_\_. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103. jan./jun. 2006.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. Horizontes Antropológicos, Antropologia e Meio Ambiente, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006. p. 31-64.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., e CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2.

MCNAUGHT, Carmel; LAM, Paul. Using Wordle as a Supplementary Research Tool. Qualitative Report, v15 n3 p630-643 May 2010

MECCA, M. S. e GEDOZ, M. G. do A. (2020). Covid19: reflexos no turismo. Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade, 12 (3 – Especial Covid 19), 1-5, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3a06>

MENDES, Chico. Palestra proferida ao departamento de geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. 1988. Último acesso em 05/08/2019. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=S5\\_hUt-mvhk](http://www.youtube.com/watch?v=S5_hUt-mvhk).

MENDONÇA, T. C. M. Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande. 2010. Tese (Doutorado em ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, T. C. M. La tourisisation des sites: découverte de pistes et cartographie des pratiques sociales. 1ères DOCTORIALES du Tourisme de la Chaire « Culture, Tourisme, développement ». Tourisme/Tourism Concepts et méthodes à la croisée des disciplines. Paris: Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. 2011 Disponível em: <[https://www.pantheonsorbonne.fr/fileadmin/doctoriales-tourisme/Textes\\_doctoriales/Miranda\\_Doctoriales.pdf](https://www.pantheonsorbonne.fr/fileadmin/doctoriales-tourisme/Textes_doctoriales/Miranda_Doctoriales.pdf)>. Acesso em 19 set. 2018.

MENDONÇA, T. C.M. The Tourismization of Ilha Grande. Tourism Research Frontiers: Beyond the Boundaries of Knowledge, 20: 27-47. 2015.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de; COSTA, M. A. M. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.372-390, dez. 2013.

MENDONÇA, Teresa; PRADO, Rosane Manhães. A “ALMA DE UM LUGAR”: O CONCEITO DE TURISMIZAÇÃO E SUA APLICAÇÃO. 2021. No prelo.

MICHAELIS: Dicionário escolar língua portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MINAYO, M. C. S; DELANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. 96p.

MORAES, Mayara Duarte Silva de. Comunidades pesqueiras em contextos pós-coloniais: Conflitos na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. XIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Porto Alegre (RS), 2019.

MORAES, Camila dos Santos. Museu da favela: pensando turismo e patrimônio no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2011.

MORESCO, Marcielly Cristina; RIBEIRO, Regiane. O conceito de identidade nos estudos culturais britânicos e latino-americanos: um resgate teórico. Revista Interamericana de comunicação midiática. E-ISSN 2175-4977. Vol. 14 n. 27. 2015

MUNIZ, Lenir Moraes. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos socioambientais. Revista Pós Ciências Sociais v.6, n.12, p. 181 – 196. 2009

PEIRANO, Mariza. Rituais ontem e hoje. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 22 de jul. de 2003 - 57 páginas

\_\_\_\_\_. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>

\_\_\_\_\_. Etnografia, ou a teoria vivida. Ponto. Urbe (USP), v. vol. 2, p. versão 2.0, 2008.

PEREIRA, Bárbara Elisa e DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p.37-50, jul./dez. Editora UFPR, 2010.

PEREIRA, Walter Luiz C. de Mattos. Vagas da modernidade: a Companhia Nacional de Álcalis em Arraial do Cabo (1943-964). Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, no 46, p. 321-343, julho-dezembro de 2010.

PEREIRO, Xerardo; FERNANDES, Filipa. Antropologia e Turismo: Teorias, métodos e práxis. Tenerife: PASOS, RTPC. 496 p. 2018.

PINA, José Hermano Almeida; LIMA, Osmar Almeida de; SILVA, Vicente de Paulo da. Município e distrito: um estudo teórico. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008.

PRADO, Rosane Manhães. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In STEIL, Carlos Alberto e CARVALHO, Isabel Cristina de M. (orgs.) Cultura, percepção e ambiente. Diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

PRADO, Simone Moutinho. Da anchova ao salário-mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ. Niterói: EdUFF, 2002.

PROST, Catherine. Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso? In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 48, Edição especial: 30 anos do Legado de Chico Mendes, p. 321-342. Paraná. 2018. DOI: 10.5380/dma. v48i0.58351. e-ISSN 2176-9109

RANASINGHE, J.P.R.C., KARUNARATHNA, A.C.I.D. and HERATH, H.M.J.P. (2021). After Corona (COVID-19) impacts on global poverty and recovery of tourismbased service economies: An appraisal. *International Journal of Tourism and Hospitality*. 1(1), 52-64. doi: 10.51483/IJTH.3.1.2021.52-64.

RIO DE JANEIRO, RJ. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Anual. 2011.

\_\_\_\_\_. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Anual. 2012.

\_\_\_\_\_. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Anual. 2013.

\_\_\_\_\_. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Anual. 2014.

\_\_\_\_\_. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Anual. 2015.

\_\_\_\_\_. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Anual. 2016.

\_\_\_\_\_. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Anual. 2017.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes novos estudos 79. novembro 2007

SANTOS, H. S. e BRANDÃO FILHO, J. B. Desafios da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento econômico na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo. In: III Semana da educação ambiental na UFRRJ, 2010, Seropédica – RJ. Anais da III Semana da educação ambiental na UFRRJ.

SANTOS, Herick Simas. Distribuição espacial e estrutura populacional de *Tubastraea coccínea* e *T. tagusensis* na Região dos Lagos / RJ. Dissertação de mestrado apresentada no PPGEE / UERJ. 142p. 2018.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI, Editora Record, São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao Lugar. 1. Ed., 3. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

\_\_\_\_\_. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 2 reimp. São Paulo: EdUSP, 2006.

\_\_\_\_\_. Pensando o espaço do homem. 5 ed. 3. reimp. São Paulo: EdUSP. 2012.

SILVA, CatiaAntonia da. Políticas Públicas e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Christian Nunes da. A percepção territorial-ambiental em zonas de pesca. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 3, p. 25-32, set-dez. 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial. 1 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

\_\_\_\_\_. Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 11-16.

STEIL, Carlos Alberto. Antropologia do Turismo: Comunidade e Desterritorialização. Trabalho apresentado na XXIV reunião de antropologia. Olinda, junho 2004.

STORI, Fernanda Terra. Pescadores e turistas em uma área marinha protegida: uma contribuição ao planejamento da reserva extrativista marinha da ponta do Corumbau, Bahia – Brasil. Dissertação de mestrado. São Carlos:UFSCar, 2005.

VALENTIN, Jean-Louis. The Cabo Frio upwelling system Brazil. In: SEELIGE, U. e KJERFVE, B. Coastal marine ecosystems of Latine America. Ecological Studies (analyses and synthesis). Vol. 144. Springer. Berlin. 2001. p.97 – 105.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 22 No. 63, 2012.

VIVACQUA, Melissa e VIEIRA, Paulo Freire. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação Política e Sociedade. UFSC. Nº 7. p. 139 a 162. 2005.

VIVACQUA, Melissa. Reservas Extrativistas marinho-costeiras: reflexões sobre o estágio pré-implantação. In: Ambiente & Sociedade, v. 21. São Paulo. 2018.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BURSZTYN, Ivan; SAN SOLO, Davis Gruber; BARTHOLO, Roberto. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. ISBN 978-85-61012-01-4

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

**Sites:**

ARRAIAL DO CABO HISTÓRICO. Página no Facebook disponibilizando fotos antigas cedidas à página. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/arraialdocabohistorico> - Último acesso 13 de dezembro de 2020

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.  
<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2282-resex-marinha-do-arraial-do-cabo>

BRASIL. Petrobrás. [https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/?gclid=Cj0KCCQiA8dH-BRD\\_ARIsAC24umZnx9DUYmNkfpKm1gfxKi06qqQASItM8QxZe8KWgXdozCALJ7YeFH4aAja-EALw\\_wcB](https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/?gclid=Cj0KCCQiA8dH-BRD_ARIsAC24umZnx9DUYmNkfpKm1gfxKi06qqQASItM8QxZe8KWgXdozCALJ7YeFH4aAja-EALw_wcB) – Último acesso 12 de dezembro de 2020.

CABUFA. Pontos de Mergulho em Arraial do Cabo. Apresenta informações sobre pontos de mergulho. Disponível em: <http://www.cabufa.com/mergulho/pontos-mergulho-arraial-do-cabo.htm> - Último acesso 13 de dezembro de 2020

Dicionário Cabistês –Lista de palavras e termos próprios da população de Arraial do Cabo. Disponível em: <https://www.folhadoslago.com/cultura/usca-conheca-dezessete-palavras-do-dicionario-cabistes/1539/>. Último acesso em: 07 de junho de 2021.

Estações Ferroviárias do Brasil (E.F. DO BRASIL) –Página que traz o histórico das estradas de ferro no Brasil. Disponível em:  
[http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl\\_ramais\\_3/cabofrio.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_ramais_3/cabofrio.htm). Último acesso: 07 de junho de 2021

FarolCovid – página organizada por instituições sem fins lucrativos para informar sobre dados da pandemia de Covid-19. Disponível em:<https://farolcd.coronacidades.org/>. Último acesso: fevereiro de 2021.

G1. Portal Globo. Disponível em<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2020/07/26/cerca-de-300-veiculos-sao-impedidos-de-entrar-em-arraial-do-cabo-no-rj.ghtml> - Último acesso em 14 de outubro de 2020.

IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/arraial-do-cabo/historico>. Último acesso: 07 de junho de 2021.

ISA. Instituto Socioambiental. Página com dados socioambientais. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1149>. Último acesso 01 de outubro de 2020.

PATRIMÔNIO FLUMINENSE. Página com diversas informações sobre o patrimônio material e imaterial do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:  
<http://www.patrimoniofluminense.rj.gov.br/?p=9563> – Último acesso 13 de dezembro de 2020.

PORTO DO FORNO. Página que traz informações sobre o funcionamento do Porto do Forno.

Disponível em: <http://www.portodoforno.com.br/docs/licenca/lidencadeoperacao.pdf>-  
Último acesso: 07 de junho de 2021.

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO. Disponível em:  
<https://www.arraial.rj.gov.br/portal> – Último acesso 07 de junho de 2021.

RIO DE JANEIRO, RJ. Fundação Instituto de Pesca do estado do RJ. Relatórios Anuais FIPERJ. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/main/relatorioanual>.  
Último acesso em 07 de junho de 2021.

You Tube. Palestra ministrado por Chico Mendes à Universidade de São Paulo – USP em maio de 1988, organizada no youtube em 5 partes. Disponíveis em:

parte 1 - [https://www.youtube.com/watch?v=S5\\_hUt-mvhk](https://www.youtube.com/watch?v=S5_hUt-mvhk).

Parte 2 - <https://www.youtube.com/watch?v=lunqdxJ-GQk>

Parte 3 - <https://www.youtube.com/watch?v=DvVwzqcpq9M>

Parte 4 - <https://www.youtube.com/watch?v=D7Ak7orerpw>

Parte 5 - <https://www.youtube.com/watch?v=u37clXxUwTo>

**APÊNDICE A - Entrevista semiestruturada**

O roteiro de entrevista foi pensado buscando compreender como se identificam, qual/quais sua/suas atividade/atividades e o que pensam sobre a RESEXMar AC, como percebem o turismo, sua relação com a pesca e seus potenciais conflitos e benefícios na região e sobre a auto percepção de mudança de identidade social no trabalho. Conforme o andamento da entrevista, mais ou menos perguntas iam sendo feitas, respeitando ou não a sequência pré definida.

1. Qual o seu nome?
2. E a sua idade?
3. Você cursou escola? Até que ano?
4. Você pratica alguma religião:
5. Você é nascido em Arraial?
6. Caso não seja, de onde vem?
7. Há quantos anos você mora em Arraial do Cabo?
8. Pra você, o que é ser um cabista?
9. Você se vê como cabista?
10. No momento, você trabalha com quê? (Só isso? Dá pra viver assim?)
11. Você pode me contar como foi sua vida de trabalho? (Como que é o seu trabalho com pesca? Você sempre trabalhou dessa maneira?)
12. Vocês usam esse termo, pescador artesanal? O que é ser pescador artesanal? Você se considera um?
13. Você trabalhou na Álcalis? Sim ( ) Não ( ) Quando? Em qual atividade?
14. O que você pensa da Reserva?
15. O que você acha do turismo aqui de Arraial? (O turismo modificou seu trabalho em Arraial do Cabo? Como? Atualmente, o seu trabalho se relaciona com o turismo? ; o turismo interfere no seu trabalho de alguma forma?)
16. Você acha que houve perda por parte dos pescadores? Como? (Houve desapropriação dos pescadores em relação às áreas marinhas utilizadas com a pesca devido ao crescimento do turismo?)
17. Você acha que existe tensão ou conflito? Entre quem? Por quê? De que jeito que isso se dá?
18. Você sabe se houve negociações entre os grupos envolvidos? (gestores públicos (RESEXMar, Marinha do Brasil, ICMBio), empresários (Petrobrás, donos dos barcos) e os pescadores em relação a essa desapropriação das áreas marinhas)
19. Você é ligado a alguma associação? Você acha que ela defende os interesses do seu grupo?
20. Voltando à questão da RESEX e do turismo, como você acha que isso mudou a vida em Arraial?
21. Você acha que melhorou alguma coisa desde que criaram a RESEX?

22. E a chegada / aumento do turismo, você acha que trouxe benefício?
23. A criação da RESEXMar trouxe uma nova organização político-social para Arraial do Cabo?
24. Todos os pescadores assumiram outra atividade produtiva, como por exemplo, ser barqueiro de turismo?
25. O trabalho como barqueiro trouxe uma nova maneira de enxergar o mundo e novas oportunidades de geração de renda e melhoria das condições de vida?

**APÊNDICE B - Entrevistados**

Todos os entrevistados assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – e Termo de Cessão de Imagem e/ou Áudio. Foram suprimidas as identidades dos entrevistados visando manter o sigilo dos mesmos.

Gestor ICMBio – Analista Ambiental na RESEXMar AC

Sr. J. – 64 anos, Cabista, católico, ensino médio completo, pescador.

Sr. P. – 50 anos, Cabista, Representante da BETEPAC; Colônia Z5, Biólogo, Pós Graduado, católico.

Sr. M. – 39 anos, cabista, pescador, barqueiro, geógrafo.

Sr. JM. – 54 anos, Cabista, Técnico em Meio Ambiente, Gestor Ambiental da FIPAC / PMAC

Sra. D. – 54 anos, Cabista, Técnica em Meio Ambiente, Gestora Ambiental na FIPAC / PMAC

**APÊNDICE C -** Imagens ilustrativas da capa e dos capítulos.

Fonte: Acervo pessoal na capa e capítulos 1, 3 e 4. A imagem do capítulo 2 foi obtida da internet, no vídeo sobre a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – Parte 1 – Episódio 26. <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=e4P6RGo3-LA>

**ANEXO A - TCLE****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“Pescadores artesanais e atividades turísticas: identidade ressignificada na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo/RJ”**, conduzida por Luiza Araujo Jorge de Aguiar. Esta pesquisa tem por objetivo analisar as repercussões recíprocas da existência dos pescadores, da RESEX e do turismo, focalizando em especial a trajetória dos pescadores vivida como: o grupo “tradicional” que justificou a criação da RESEXMar de Arraial do Cabo e a interação dos pescadores e da RESEX com o turismo na localidade, analisando igualmente como se caracteriza e se traduz “o turismo” que ali ocorre, considerando os processos nele envolvidos e por ele implicados.

Você foi selecionado(a) por ser morador(a) local; atuar no setor de pesca e/ou turismo e/ou órgão gestor. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

Sua participação na pesquisa não oferece riscos. Todavia, caso você se sinta incomodado com alguma pergunta ou desconfortável em compartilhar informação de caráter pessoal, você não precisa respondê-la. Sua participação não será remunerada e nem implicará em gastos.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas segundo um roteiro de entrevista pré-estabelecido, que será conduzido por Luiza Araujo Jorge de Aguiar. O conteúdo da entrevista é composto por questões que visam obter informações sobre a relação do entrevistado com a pesca e/ou turismo e com a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Caso seja permitido por parte do entrevistado, a entrevista poderá ser gravada e transcrita posteriormente (ver TCIA em anexo).

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Abaixo, seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Luiza Araujo Jorge de Aguiar, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Bloco F,

sala 12005, bairro Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, e-mail: [lajaguiar@gmail.com](mailto:lajaguiar@gmail.com), telefone: (21) 97925-0807.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: [etica@uerj.br](mailto:etica@uerj.br) - Telefone: (021) 2334-2180.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_

**ANEXO B - TCIA****TERMO DE CESSÃO DE IMAGEM E/OU ÁUDIO**

Pelo presente instrumento de cessão de imagem e/ou áudio,

\_\_\_\_\_  
RG ou CPF nº \_\_\_\_\_, de maneira inteiramente gratuita e sem fins lucrativos, cedendo os direitos autorais, autoriza a utilização de sua imagem/voz no projeto de pesquisa intitulado “Pescadores artesanais e atividades turísticas: identidade ressignificada na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo/RJ”, desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da autoria da doutoranda Luiza Araujo Jorge de Aguiar, e-mail [lajaguiar@gmail.com](mailto:lajaguiar@gmail.com), telefone para contato (21) 97925-0807, que tem como objetivo analisar as repercussões recíprocas da existência dos pescadores, da RESEX e do turismo, focalizando em especial a trajetória dos pescadores vivida como: o grupo “tradicional” que justificou a criação da RESEX-Mar de Arraial do Cabo e a interação dos pescadores e da RESEX com o turismo na localidade, analisando igualmente como se caracteriza e se traduz “o turismo” que ali ocorre, considerando os processos nele envolvidos e por ele implicados.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome:

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

## ANEXO C – Dicionário Cabistês

Matéria do jornal Folha dos Lagos em comemoração aos 30 anos de emancipação de Arraial do Cabo.

A matéria traz alguns termos que constam no dicionário de cabistês que nunca chegou a ser publicado.

### “Usca! Conheça dezessete palavras do dicionário cabistês

<https://www.folhadoslago.com/cultura/usca-conheca-dezessete-palavras-do-dicionario-cabistes/1539/>

Modo peculiar de falar faz parte da identidade cultural de Arraial, que comemora 30 anos de emancipação

### RODRIGO BRANCO

- Vai à festa hoje, galo?
- Quié do cara! Nada, bobo!
- Então vamos logo porque vou me acabar!
- Haaam! Cala boca!

Para os não iniciados, o diálogo acima pode soar incompreensível, afinal poucos povos são tão peculiares como o cabista. Afeitos aos ‘causos’ que remontam a época da antiga vila de pescadores, então ainda um longínquo distrito de Cabo Frio, os moradores de Arraial do Cabo têm um senso de humor muito particular, fato que se reflete diretamente no seu estilo de vida e, claro, nas criativas expressões e na maneira de falar. Hábitos como o de vaiar as gaivotas (usca!) da Praia dos Anjos ou chamar alguém no diminutivo (‘elazinha’, ‘elezinho’) fazem parte da identidade cultural da população da cidade que completa esta semana 30 anos de emancipação política-administrativa.

A **Folha** listou 17 verbetes. Confira!

**GALO** - Forma de tratamento entre cabistas.

**É O GALO, ELE!** – Expressão usada para exaltar (ou ironizar) alguém.

**CALABOCA** – Expressão que significa algo como “Puxa, nem me fale!”

**QUIÉ DJELE OU DJELA (CORRUPTELA DE ‘DELE’ OU ‘DELA’)** – Questionamento a alguém.

**XÓ, QUE QUEIXA!** – Que pena!

**NADA, BOBO!** – Algo como “Claro!”

**PORROU NA LULA (ou na anchova)** – Sinônimo de ‘mandar bem’, ter sucesso em algo.

**USCA!** – Representa o ato de vaiar, ‘patrimônio’ imaterial da cidade.

**ATCHEZA!** – Expressão usada na pesca que significa puxar a corda da rede.

**LASCA E BREIA** – Abrir um pão e passar manteiga.

**HAM!** – Interjeição no início da frase que dá ênfase a um comentário.

**SE HÁ DE ME DOER UM DENTE** – Frase que expressa indiferença ou “Tô nem aí!”

**OEDJA! ou EU EIDJA!** – Frase que expressa indiferença ou “Tô nem aí!”

**TÁ ESTRAGADO** – Comentário irônico para algo muito bom.

**É RUIM DE TCHU, HEIN!** – Negativa a uma pergunta.

**TÔ TCHEZO!** – Estou sem dinheiro.

**TOMEI CAFÉ AGORA** - Não quero fazer isso.

## ANEXO D – Autorização Comitê de Ética

UERJ - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Pescadores artesanais e atividades turísticas: identidade ressignificada na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo/RJ

**Pesquisador:** Luiza Araujo Jorge de Aguiar

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 20162019.8.0000.5282

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 3.577.428

**Apresentação do Projeto:**

Projeto de doutorado de Luiza Araujo Jorge de Aguiar sob orientação da professora Rosane Prad com foco no Meio Ambiente do PPGMA/UERJ. Trata-se de um estudo para analisar a problemática vivenciada por um grupo de pescadores, que podem ser denominados “artesanais”, visando descrever e compreender como esse grupo lida com certos tipos de problemas socioambientais que afetam diretamente sua reprodução social.

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar as repercussões recíprocas da existência dos pescadores, da RESEX e do turismo, focalizando em especial a trajetória dos pescadores vivida como: o grupo “tradicional” que justificou a criação da RESEX-Mar de Arraial do Cabo e a interação dos pescadores e da RESEX com o turismo.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos relacionados com a participação dos sujeitos da pesquisa podem ser constrangimentos perante pessoas e instituições, caso sua identidade venha a público. No entanto, é garantido que isso não ocorrerá sob hipótese alguma.

Benefícios são subsidiar o processo de fortalecimento político das populações tradicionais locais, para criação de políticas públicas, além de contribuir para o conhecimento e percepção dos aspectos relacionados à educação ambiental.

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018

**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900

**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

Continuação do Parecer: 3.577.428

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é importante pois investiga a problemática vivenciada pelas populações tradicionais que vivem e trabalham na zona costeira.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Tem carta de anuência da Marinha para o projeto (Autorização para atividades com finalidade científica)

Folha de rosto carimbada e assinada pelo Coordenador da PPGMA

Cronograma so tem a coleta de dados a partir de dezembro de 2019 e outro está so com data não identificada.

Tem Orçamento geral e cronograma sem identificar o ano que começam as atividades

Tem o roteiro das entrevistas semi-estruturada.

Tem TERMO DE CESSÃO DE IMAGEM E/OU ÁUDIO (TCIA) e termo de compromisso e responsabilidade.

Tem TCLE (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO) apropriado.

**Recomendações:**

Recomenda-se. Em termos dos dados para análise ética está aprovado, mas o cronograma deve indicar o ano que começam as atividades e mudar o nome da Universidade pois o correto é Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Ante o exposto, a COEP deliberou pela aprovação do projeto, visto que não há implicações éticas.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para setembro de 2020. A COEP deverá ser informada de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1287875.pdf	20/08/2019 20:02:17		Aceito
Projeto Detalhado	08_brochura_investigador.pdf	20/08/2019	Luiza Araujo Jorge	Aceito

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018

**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900

**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

UERJ - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 3.577.428

/ Brochura Investigador	08_brochura_investigador.pdf	19:59:11	de Aguiar	Aceito
Folha de Rosto	01_Folha_de_rosto.pdf	20/08/2019 19:54:18	Luiza Araujo Jorge de Aguiar	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	07_Termo_de_concesao_de_imagem_e_audio_Luiza.pdf	19/08/2019 19:58:11	Luiza Araujo Jorge de Aguiar	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	06_TCLE_Luiza.pdf	19/08/2019 19:57:53	Luiza Araujo Jorge de Aguiar	Aceito
Declaração de Pesquisadores	05_Termo_de_compromisso_e_responsabilidade.pdf	19/08/2019 19:57:30	Luiza Araujo Jorge de Aguiar	Aceito
Cronograma	04_CRONOGRAMA.pdf	19/08/2019 19:57:13	Luiza Araujo Jorge de Aguiar	Aceito
Brochura Pesquisa	02_brochura_da_pesquisa.pdf	19/08/2019 19:56:46	Luiza Araujo Jorge de Aguiar	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	03_declaraCAO_UERJ_SISBIO.pdf	18/08/2019 15:18:33	Luiza Araujo Jorge de Aguiar	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 16 de Setembro de 2019

Assinado por:

**Patricia Fernandes Campos de Moraes**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018  
**Bairro:** Maracanã **CEP:** 20.559-900  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

## ANEXO E – Autorização ICMBio



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

## Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 64177-2	Data da Emissão: 04/09/2019 16:28:05	Data da Revalidação*: 01/07/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

## Dados do titular

Nome: Luiza Araujo Jorge de Aguiar	CPF: 056.392.107-29
Título do Projeto: PESCADORES ARTESANAIS E ATIVIDADES TURÍSTICAS: IDENTIDADE RESSIGNIFICADA NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO/RJ	
Nome da Instituição: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	CNPJ: 33.540.014/0001-57

## Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Pesquisa de Doutorado	06/2018	09/2020

## Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em <a href="http://www.mma.gov.br/icgen">www.mma.gov.br/icgen</a> .

## Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva Extrativista Arraial do Cabo	RJ	Marinho	Não	Dentro de UC Federal

## ANEXO F – Trabalho Apresentado em Evento Internacional





Conferência Internacional  
de Ambiente em Língua Portuguesa  
XX Encontro REALP  
XI CNA

**AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS**

**Universidade de Aveiro · Portugal**

**8 > 10 MAIO'18**

## CERTIFICADO

Luiza Araujo Jorge de Aguiar

---

esteve presente na Conferência Internacional de Ambiente em Língua Portuguesa (CIALP), no XX Encontro da Rede de Estudos Ambientais de Países de Língua Portuguesa (REALP) e na XI Conferência Nacional do Ambiente, na Universidade de Aveiro, de 8-10 de maio de 2018, onde apresentou as comunicações orais intituladas "Paisagem transformada e identidade ressignificada: a especulação imobiliária e as "populações tradicionais" de Arraial do Cabo – RJ" e "Bioinvasão na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo - RJ: Ampliação do debate em unidades de ensino público do município".



Profª Doutora Ana Isabel Miranda  
Presidente da Comissão Organizadora

Organização  
<http://cialp.web.ua.pt>



Parcerias



Patrocínios





AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS

Universidade de Aveiro · Portugal

8 > 10 MAIO'18



Conferência Internacional  
de Ambiente em Língua Portuguesa

XX Encontro REALP

XI CNA

Volume I

## PAISAGEM TRANSFORMADA E IDENTIDADE RESSIGNIFICADA: A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E AS “POPULAÇÕES TRADICIONAIS” DE ARRAIAL DO CABO RJ

Luiza AGUIAR<sup>1</sup>, Elza Neffa<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

<sup>2</sup> Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

[lajaquiar@gmail.com](mailto:lajaquiar@gmail.com), [elzaneffa@gmail.com](mailto:elzaneffa@gmail.com)

### Resumo

*Esta pesquisa qualitativa analisa como as comunidades percebem os processos de restrição de uso e apropriação do território no distrito sede de Arraial do Cabo/RJ. Utiliza levantamento bibliográfico e documental; imagens e observação participante em visitas- técnicas para coleta de informações com vistas a demonstrar que as transformações ocorridas na paisagem em função dos processos de desterritorialização/desapropriação das “populações tradicionais” de Arraial do Cabo - RJ têm contribuído para a ressignificação de suas identidades e para a construção de estratégias de enfrentamento ao mecanismo sociometabólico do capital.*

### Introdução

Esta pesquisa resulta da ampliação do estudo desenvolvido a respeito do processo de ocupação desordenada do distrito sede do município de Arraial do Cabo/Rio de Janeiro/Brasil, quando a antiga vila de pescadores foi investigada para compreensão das transformações ocorridas em sua paisagem<sup>1</sup>.

Etimologicamente, o termo paisagem traduz o conjunto de elementos visíveis ou sensíveis que integram e caracterizam determinado território. Atualmente, o conceito paisagem trabalhado na geografia associa-se a uma diversidade de fatores: à estrutura ecológica, à geologia, à geomorfologia, ao relevo, ao clima, ao tipo de solo, à flora e à fauna, às marcas da ocupação e às atividades humanas produzidas no passado e no presente<sup>2</sup>.

Considerando a complexidade desta realidade multidimensional, a paisagem constitui um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores influenciam e evoluem ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global.

A noção de paisagem engloba tanto os aspectos naturais como os culturais e é cada vez mais considerada como apropriada para o planejamento e a gestão do território, visando à sustentabilidade socioambiental. A paisagem exprime a interação espaço-temporal do ser humano com o ambiente natural, em toda a sua diversidade e criatividade<sup>2</sup>. Em Arraial do Cabo/RJ, não é difícil perceber essa interação e identificar as transformações tanto ambientais, quanto sociais, ocorridas nas últimas décadas, principalmente no que tange à ressignificação da identidade da população local.

No entanto, o território, a partir dos diferentes usos em variados momentos históricos, é compreendido por e a partir das relações de poder<sup>3</sup>. Nessa perspectiva, pretendemos analisar como as comunidades se percebem e como percebem os processos de restrição de uso e apropriação do território, com vistas a entender como ocorrem as negociações internas e externas frente à inserção de estratégias do capital de exclusão social, desapropriadoras das populações tradicionais. Esse objetivo intenta identificar quais elementos apontam a ressignificação das identidades sociais e a configuração de uma política de inclusão social.

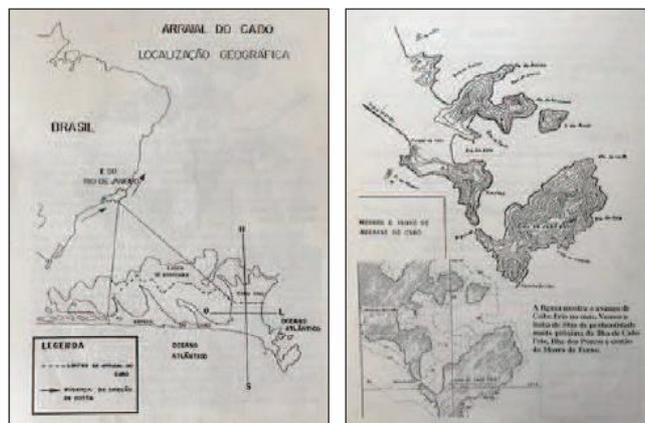
Para desenvolvimento do estudo qualitativo, com abordagem descritivo-analítica, adotamos como categorias: conflitos socioambientais; territorialização/desapropriação; identidade social; autonomia (poder de reivindicação) e participação (em conselhos e instâncias de descentralização do poder político na gestão ambiental, na formulação de políticas públicas, em projetos/parcerias). Como procedimentos metodológicos, utilizamos o levantamento bibliográfico, a revisão e análise de imagens e de documentos, além da observação participante em visitas-técnicas para coleta de dados.

A escolha do bairro Prainha para investigação justifica-se devido a grande modificação da sua paisagem em função da intensa procura turística, além de ser o “cartão de visita” do distrito-sede, uma vez que é a primeira praia que se avista ao se adentrar a cidade.

### **Conhecendo o cenário do estudo**

O município de Arraial do Cabo está localizado ao norte da cidade do Rio de Janeiro, na latitude: S 22° 57' 35.5" e na longitude: W 42° 01' 32.3", sendo delimitado ao norte pelos municípios de Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio e, ao leste

e ao sul, pelo oceano Atlântico. A oeste, limita-se com o município de Araruama (Figuras 1 e 2).



**Figuras 1 e 2:** Arraial do Cabo, Rio de Janeiro/Brasil.

**Fonte:** Prado (2002).<sup>4</sup>

O distrito sede do município é cercado por morros, cujas encostas foram densamente ocupadas na maioria das vezes por população de menor poder aquisitivo. A análise das imagens (figuras 3 e 4) demonstrou que Arraial do Cabo tinha sua geomorfologia costeira formada por dunas e áreas lagunares que hoje não existem mais. Os caminhos que levavam até a cidade ou levavam para fora da cidade seguiam por montes de areias<sup>4</sup>.



**Figura 3:** Praia Grande 1969. **Fonte:** História Cabista.



**Figura 4:** Praia Grande 2016. Fonte: Tripadvisor

Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g1056623-d2510755-i164456708-Pousada\\_Caminho\\_do\\_Sol-Arraial\\_do\\_Cabo\\_State\\_of\\_Rio\\_de\\_Janeiro.html](https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g1056623-d2510755-i164456708-Pousada_Caminho_do_Sol-Arraial_do_Cabo_State_of_Rio_de_Janeiro.html)

A ocupação urbana adquiriu força a partir do momento em que a Companhia Nacional de Álcalis (CNA) instalou-se no bairro da Prainha. Criada durante o Estado Novo, em 1943, esta empresa estatal de barrilha e sal só foi viabilizada, em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek no âmbito da ideologia nacional-desenvolvimentista. A CNA incorpora à sua história graves problemas atrelados ao circuito de interesses interno e externo. A CNA acarretou uma intensa e desordenada ocupação de áreas pouco povoadas em Arraial do Cabo com a chegada de trabalhadores do Nordeste, do Norte do Estado do Rio de Janeiro e do Estado do Espírito Santo. Sua instalação na cidade deu início ao intenso processo de transformação da paisagem. Essas transformações estimularam a investigação de como esses segmentos da sociedade fizeram e fazem uso desse território. Conforme ilustrado nas imagens abaixo (Figuras 5, 6, 7 e 8), a paisagem natural da Prainha foi completamente descaracterizada em um período de 30 anos, dando lugar a empreendimentos imobiliários construídos na orla sem planejamento e sem obedecer aos padrões estabelecidos pelo Plano Diretor e pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)<sup>5</sup>.



**Figura 5:** Processo de transformação da paisagem da Prainha, 1945. Fonte: Slideplayer - Disponível em: <http://slideplayer.com.br/slide/1268721/>



**Figura 6:** Paisagem na década de 1970/1980.  
Fonte: Cartão Postal.



**Figura 7:** Paisagem nos anos 1990.  
Fonte: Pousada Verdes Mares. [Disponível em: www.verdesmarespousada.tur.br/prainha](http://www.verdesmarespousada.tur.br/prainha)



**Figura 8:** Paisagem na década de 2000. Fonte: Aguiar, Arraial do Cabo, 2009.<sup>3</sup>

A mudança no perfil das construções, que passaram de 40 para 50 m<sup>2</sup>, favoreceu a especulação imobiliária e a construção de novos apartamentos na orla marítima do município. Possíveis irregularidades na mudança de gabarito para as edificações neste município foram apontadas na matéria de o jornal O Globo (online) de 2008. Importante destacar também que, no Plano Diretor publicado na internet, os gabaritos não se encontram disponibilizados.

Regiões urbanas nas costas litorâneas, principalmente nas capitais dos estados brasileiros, sofreram grandes transformações dificultando, em alguns casos, o reconhecimento das feições originais<sup>6</sup>. Essas feições se expressam no alinhamento intencional das casas que, desde a ocupação de Arraial do Cabo, no início do séc. XX, se enfileiram em cada um dos lados das vias principais, obedecendo à tradição portuguesa de largos independentes interligados por ruas estreitas<sup>7</sup>.

Na década de 70, a construção da Ponte Rio-Niterói e da rodovia BR-106 contribuíram para que Arraial do Cabo fosse bastante visitada. Suas belas praias atrativas dos turistas e a biodiversidade marinha resultante do fenômeno da ressurgência<sup>a-8</sup> costeira renderam-lhe o título de ‘capital mundial do mergulho’ que, junto ao fluxo migratório, contribuiu para a ampliação da ocupação humana, cujos desdobramentos estão sendo sentidos nos dias de hoje.

O aumento do turismo no litoral e a demanda por casas e terrenos na modalidade 2ª residência (veraneio) gerou rápida expansão de loteamentos, hotéis e marinas<sup>9</sup>. A ocupação desordenada e o aumento da especulação imobiliária, resultante da chegada da CNA, da falta de planejamento urbano e de uma política habitacional, dificultaram o acesso da população mais empobrecida à moradia e contribuíram para a ocupação de áreas consideradas impróprias à habitação.

A partir da instalação desta empresa, construções irregulares espalharam-se pela cidade em uma explosão imobiliária, com vistas a garantir renda no período do verão. Atualmente, Arraial do Cabo caracteriza-se por encostas cobertas de pequenas casas disponíveis para aluguéis de temporada e por áreas planas onde se instalaram condomínios de casas e edifícios de alto valor econômico, sempre próximos às mais belas e procuradas praias do litoral fluminense.

No município de Arraial do Cabo, a transformação da paisagem marca não só a sua geografia mas, também, a ressignificação da identidade de sua população. Nesse cenário, encontram-se moradores que eram exclusivamente pescadores e que, atualmente, agregam atividades turísticas à sua prática produtiva.

Durante muitos anos, este município teve na pesca artesanal a sua principal fonte

de renda. Até o ano de 2005, a pesca contabilizava um efetivo de 1240 pescadores e 400 embarcações divididas em diversas modalidades de pesca<sup>7</sup>. A partir da década de 60, a pesca artesanal foi marcada pelo “avanço tecnológico” e severamente ameaçada pela frota comercial e industrial. Para proteção do pescador artesanal e para preservação da biodiversidade marinha, em 3 de janeiro de 1997, o IBAMA criou a 1ª Reserva Extrativista Marinha do Brasil (RESEX-Mar). A partir disso, as coisas começaram a mudar<sup>4</sup>. As regras para utilização do espaço passam a ser mais explícitas, ocorrendo uma revalorização e um retorno às raízes do ofício tradicional de pescador.

A população local sempre viveu sob a influência dos ciclos econômicos<sup>10</sup>. Da mesma forma, Arraial do Cabo manifesta esse fenômeno quando o pescador se apresenta como barqueiro, locatário de imóveis e ator ativo de atividades ligadas ao turismo.

### **(Re)Identificando e (Re)Conhecendo**

Com a implantação da RESEX-Mar ficou evidente a “ausência” de uma identidade comum dos pescadores artesanais. O objetivo da criação dessa Unidade de Conservação de interesse ecológico-social, era proteger a atividade da população tradicional (pescadores artesanais), através da normatização das diferentes atividades profissionais e amadoras desenvolvidas dentro da RESEX e de suas respectivas áreas de uso. Durante as assembleias de criação da RESEX, ficou demonstrada a dificuldade de se definir, com clareza<sup>4</sup>, esses trabalhadores, dados os mecanismos de mudança social incorporados às atividades econômicas desenvolvidas em Arraial do Cabo, que impedem que se saiba quem é e quem não é pescador tradicional.

Tal fato talvez ocorra porque, pertencimento e identidade não tem solidez, sendo negociáveis e revogáveis, a partir das decisões que o indivíduo toma e dos caminhos que percorre<sup>11</sup>. Como nos demonstrou a observação participante, a população de Arraial do Cabo ora percorre milhas marítimas em barcos de turismo, ora puxa linhas e redes à beira da praia, ora aluga imóveis em alta temporada. Há ainda aqueles que exercem todas essas atividades ao mesmo tempo, contribuindo para a ressignificação de suas identidades e para a construção de estratégias de enfrentamento ao mecanismo sociometabólico do capital, o que sugere uma reterritorialização.

Em geografia, território é o espaço delimitado por e a partir de relações de poder. “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. (...) O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida”<sup>12</sup>. É nesse sentido que compreendemos a ressignificação da identidade da população cabista, a

partir dos diferentes usos do território que se realizam com base nas relações de poder estabelecidas nesse cenário.

A disputa territorial que culminou com a ressignificação da identidade dos cabistas teve início com a chegada da CNA e dos migrantes vindos para trabalhar na empresa, como já descrevemos anteriormente. O antes e o depois da CNA é revelador também quando se percebe o conflito entre o que se entende por “cultura” e “civilização” e, os costumes e as práticas dos pescadores nativos, passam a ser identificadas como “atrasadas” e/ou “primitivas”. Quando um cabista enxerga seus saberes e culturas como primitivos, explicita o quanto ele assimilou do significado do termo “civilizado” trazido pelos os que vm de fora, os “forasteiros moderninhos”. Nessa nova ótica, apenas a industrialização e o “progresso moral” tornaria o Brasil um país desenvolvido<sup>4</sup>. Nesse sentido, percebe-se que a população de Arraial do Cabo introjetou essa ideia e a persegue em suas práticas produtivas cotidianas.

Um crescente número de barcos transforma a paisagem da Praia dos Anjos, inúmeros edifícios modificam as orlas das várias praias de Arraial do Cabo e o Porto do Forno, inaugurado em 1972, modernizado na primeira década dos anos 2000 e apresentado como possibilidade de geração de emprego e renda para a população, interferem diretamente na dinâmica litorânea deste município e ilustram o que o cabista entende por “civilização” no âmbito do discurso desenvolvimentista.

Essas transformações na paisagem são acompanhadas de mudanças na identidade do cabista, evidenciando a existência de uma relação de poder estruturada pelo capital. As elites “civilizadas” servem de modelo para os habitantes nativos/primitivos. No entanto, o que se observa nas visitas-técnicas é uma hierarquia, onde os descendentes dos “de fora” detém os terrenos valorizados pela deslumbrante vista paisagística e, aos descendentes dos primitivos, resta apenas servi-los, com passeios turísticos e serviços menos valorizados. Nesse contexto, percebe-se que restam aos cabistas menos abastados os terrenos menos valorizados, completamente ocupados com construções verticais construídas, muitas vezes, com a finalidade de contribuir para a complementação de renda.

Nesse cenário percebe-se a relação entre a especulação imobiliária, a transformação da paisagem e a ressignificação da identidade da “população tradicional” do Arraial do Cabo, uma antiga vila de pescadores que serviu de “cobaia” para o “teste” do projeto político desenvolvimentista que provocou transformações sociais e identitárias.

## Considerações finais

Este estudo deriva da percepção da rápida transformação paisagística ocorrida em Arraial do Cabo que resultou da instalação da CNA e do incremento das atividades imobiliárias e turísticas desenvolvidas neste território nas últimas décadas. Essa transformação demandou pesquisas sobre as representações das comunidades em relação aos processos de exclusão social explicitados nos mecanismos de desapropriação das populações tradicionais dos seus territórios. Nessa esteira interpretativa, as análises identificaram quais elementos apontam a ressignificação das identidades sociais e a configuração de uma política de inclusão social, tendo em vista que as promessas de melhoria da qualidade de vida atreladas ao discurso moderno-desenvolvimentista não garantiram condições dignas de vida às populações tradicionais, o que provocou a construção de alternativas produtivas geradoras de novas identidades sociais, para além das características de pescadores artesanais.

## Referências

1. AGUIAR, Luiza Araujo Jorge. Análise das transformações Socioambientais e suas consequências na paisagem litorânea do Bairro da Prainha, Arraial do Cabo/RJ: Estudo de Caso. Monografia (Especialização em Gerenciamento Socioambiental Costeiro). Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós- Graduação e Pesquisa de Engenharia. Programa de Engenharia de Produção. COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
2. MENDES, Sandra Paula Leite Curvelo. Determinação de Indicadores da Paisagem Contributo para o Desenvolvimento Turístico e Gestão Integrada da Unidade de Paisagem das Furnas (São Miguel Açores), Dissertação de Mestrado, 2004. pp 27.
3. SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial. 1 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
4. PRADO, Simone Moutinho. Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo / RJ. 145 p. Niterói: EdUFF, 2002.
5. Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), RESOLUÇÃO CIRM Nº 5, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1997.
6. NEVES, Claudio Freitas; MUEHE, D. Vulnerabilidade, impactos e adaptação a mudanças do clima: a zona costeira. Parcerias Estratégicas (Brasília), 2008.
7. AGUIAR, David Barreto de. Análise socioambiental do uso e ocupação do solo no morro do forno, Arraial do Cabo – RJ. Dissertação mestrado UFF. 2005.
8. LOPES, Clarice Leão. Variação espaço temporal do ictioplancton e condições oceanográficas na região de Cabo Frio-RJ. Tese de Doutorado. Instituto Oceanográfico. Universidade de São Paulo, 2006.
9. TERRA, Alessandra Dale Giacomini. O sal da terra: ocupação irregular em área de expansão turística, o caso da localidade de Poças, na Restinga de Massambaba, em Arraial do Cabo – RJ, 2012. In: Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU, Uberlândia, Vol. I, p. 14266-14285. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos//cod=d0fb963ff976f9c3>
10. ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia, V. 43 nº 1. São Paulo, USP, 2000,
11. BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi / Zygmunt Bauman; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
12. SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. 1 ed., 3. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 176p

## ANEXO G – Trabalho Apresentado em Evento Nacional



## **OCUPAÇÃO DESORDENADA E SEUS IMPACTOS NA PAISAGEM DO BAIRRO DA PRAINHA / ARRAIAL DO CABO - RJ: ESTUDO DE CASO**

Luiza Araujo Jorge de Aguiar  
luaguiar.cp2@gmail.com

A ocupação do litoral brasileiro, sob a forma de ação antrópica, principalmente nas proximidades das grandes cidades, vem introduzindo gradualmente transformações na paisagem costeira. Essa deterioração da paisagem em função da ocupação vem se caracterizando por gerar impactos ambientais. Casas e edifícios são construídos nas proximidades imediatas da orla a ponto de estarem sujeitos a risco potencialmente elevado de perda por erosão. Arraial do Cabo é município costeiro da região das Baixadas Litorâneas no Estado do Rio de Janeiro reconhecido como um dos mais tradicionais núcleos pesqueiros do estado. No entanto, o município de pequena extensão territorial que abriga duas áreas de preservação ambiental, o Parque Estadual da Costa do Sol e a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, tem sido palco, ao longo do tempo, de uma série de mudanças na sua paisagem através da industrialização, urbanização e turismo. Em cidades costeiras, a presença humana e suas atividades trazem uma preocupação além da preservação ambiental. A preocupação passa pelo âmbito do econômico pois a zona costeira representa um cenário de grande atividade econômica e alta concentração populacional. A noção de paisagem engloba tanto os aspectos naturais como os culturais e é cada vez mais considerada como apropriada para o planejamento e a gestão do território, visando à sustentabilidade socioambiental. A paisagem exprime também, a interação espaço-temporal do ser humano com o ambiente natural, em toda a sua diversidade e criatividade. Em Arraial do Cabo, não é difícil perceber essa interação e identificar as transformações tanto no espaço geográfico, quanto na cultura. Para o desenvolvimento do estudo qualitativo, adotamos abordagem etnográfica descritivo-analítica que teve como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico; a revisão e análise de imagens e de documentos, além da observação direta. A escolha do Bairro da Prainha se deu a partir da preocupação com a condição ambiental local, tendo em vista a atividade turística sazonal que vem favorecendo a urbanização desordenada devido à necessidade que população local apresenta em disponibilizar espaços de aluguel para temporada, o que muitas vezes, constitui uma porção substancial da renda de muitas famílias. Os atores sociais que se fazem presentes em determinadas épocas do ano e as consequências dessa presença, afetam diretamente o meio ambiente e até mesmo a economia da cidade. No entanto, apesar de todos os problemas identificados, o bairro da Prainha é um local de extrema beleza paisagística.

Palavras-chave: ocupação desordenada; impacto ambiental; paisagem